

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

DESAFIOS PARA O TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ)

CLAUDIA FRAGELLI

RIO DE JANEIRO

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA
DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

**DESAFIOS PARA O TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ)**

CLAUDIA FRAGELLI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientação: Dra. Marta de Azevedo Irving

RIO DE JANEIRO

2007

Fragelli, Claudia.

Desafios para o Turismo Inclusivo na Gestão de Parques Nacionais: o caso do Parque Nacional da Tijuca (RJ)

/ Claudia Fragelli.

Rio de Janeiro, 2007.

V, 146 f.:il.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Programa EICOS. Instituto de Psicologia, 2007.

Orientadora: Dr^a. Marta de Azevedo Irving

1. Turismo. 2. Parques Nacionais. 3. Parque Nacional da Tijuca

FOLHA DE APROVAÇÃO

**DESAFIOS PARA O TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DE PARQUES
NACIONAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ)**

CLAUDIA FRAGELLI

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Profª. Marta de Azevedo Irving - Orientadora
(Doutora)

Profª. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro
(Doutora)

Prof. Davis Gruber Sansolo
(Doutor)

RIO DE JANEIRO
29/08/2007

A Deus e aos Amigos da Espiritualidade Maior

À Regina Helena, exemplo, dedicação e amor a qualquer tempo

Aos meus amores, Fábio e Isabel, que iluminam a vida, diariamente

Ao companheiro de felicidades e lutas, deste e de outros tempos, Marcello

A meu querido e primeiro pai, Rogério

À Vovó Elza, meu anjo na Terra e no Céu

Às Tias Maria Cirene e Ângela, pelo ensinamento fraterno

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Marta de Azevedo Irving, pela orientação e carinho constantes.

Aos professores, alunos e funcionários do Programa EICOS e, em especial, à Professora Rosa Pedro. E Marisa e Ricardo, pela gentileza de sempre.

À Prof^a. Dr^a. Maria Inácia D'Ávilla Neto, pelo carinho de todas as horas e pela generosidade em compartilhar seu saber e suas reflexões.

Ao Prof. Dr. Gian Mario Giuliani, pelas dicas de bibliografia sobre exclusão e justiça social. Ao Dr. Davis G. Sansolo pela interlocução nas bancas.

Ao Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Junior, por sua gentileza na revisão final do trabalho.

Ao amigo e turismólogo, Prof. Fernando Maia, que há pelo menos vinte anos trata turismo como um fenômeno complexo.

Ao IBASE e, em especial, à Nahyda Franca, Marcus Azaziel, Laila Mendes, Joelma Cavalcanti e Carlos Frederico Loureiro — equipe competente e primorosa, da qual tive o prazer de participar, na condução do processo de estruturação do Conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca — pelo aprendizado do significado da Educação para a Cidadania e pela construção de laços de amizade.

À equipe gestora, aos técnicos, funcionários, conselheiros, parceiros, amigos e apaixonados pelo Parque Nacional da Tijuca, por uma acolhida calorosa na floresta. Em especial, à Maria de Lurdes “Loreto” Figueira e Jean Marx Belvedere.

Aos agentes sociais, representantes de instituições governamentais, sociedade civil organizada e líderes comunitários, pelas aulas vivas de cidadania e justiça ambiental.

Aos professores e amigos da Coordenação do Curso Técnico de Turismo do CEFET-RJ, em especial ao Coordenador Prof. Ambrózio Queiroz, pelo apoio na reta final.

Ao Professor Dr. Antônio Teixeira Guerra, pelo carinho e incentivo, desde o curso de Especialização em Gestão Ambiental.

À Sultane Mussi, pela amizade e pelas bênçãos que encaminhou à minha vida.

À Luciana Leal, talentosa ambientalista, por sua amizade genuína e rara.

À Madrinha, Renata, Tia Maria, Fatinha, Luís, Marlene e Maurício, pelo apoio incondicional que se traduz na família.

*“O desenvolvimento humano só existirá se a
sociedade civil afirmar cinco pontos
fundamentais: igualdade, diversidade,
participação, solidariedade e liberdade.”*

Herbert de Souza, Betinho.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo interpretar, preliminarmente, o contexto e alguns dos desafios para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro, Brasil). O trabalho partiu da construção de um referencial teórico capaz de contextualizar os temas de exclusão/inclusão social associados ao turismo e à gestão de parques nacionais no Brasil. Foram analisados documentos estratégicos de políticas públicas de turismo, como o Plano Nacional de Turismo 2003-2007, e de proteção da natureza no Brasil, entre eles a Lei 9.985 (BRASIL, 2000) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006). Foram selecionados alguns eixos temáticos, como indicativos de bases para o turismo inclusivo, que nortearam a análise: (a) Afirmação de Identidade Local; (b) Geração de Trabalho e Renda; (c) Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural e (d) Participação e Mobilização dos Atores Sociais. Estes indicativos foram ferramentas de análise dos principais documentos de políticas públicas de turismo e proteção da natureza, articulados aos instrumentos de gestão do Parque Nacional da Tijuca: Conselho Consultivo e Plano de Manejo. A análise considerou, ainda, os dados provenientes da observação participante durante todo o processo de estruturação do Conselho do Parque (2005-2007). As análises identificaram bases para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca, representadas pela identificação dos temas-chave vinculados ao turismo inclusivo nas políticas públicas de turismo e proteção da natureza que, progressivamente, podem ser incorporadas nos instrumentos de gestão do PNT: Conselho consultivo e Plano de Manejo.

ABSTRACT

The objective of this research is to interpret, initially, the context and some of the challenges to the internalizing of inclusive tourism in the manager of Tijuca's National Park (Rio de Janeiro, Brazil). This piece of work is based on a theoretical reference that would be able to refer to the themes of social exclusion/inclusion associated to tourism and manager of national parks, in Brazil. There were analyzed strategic documents of public policies in tourism, such as the National Plano Nacional do Turismo 2003-2007, and environmental protection in Brazil, amongst them the Lei 9.985 (BRASIL, 2000) and the Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006). Some themes were selected as an indication of inclusive tourism: (a) Local Identity Affirmation; (b) Work and Income Generation; (c) Development of Educational Actions for Appreciation of Diversity and Historical, Environmental and Cultural Heritage and (d) Mobilization and Participation of Local Social Actors (stakeholders). Those indicatives functioned as analyzing tools for the mainly documents of public policies of tourism and environmental protection, articulated with management instruments of the Tijuca's National Park: Council and Management Plan. The analyses considered the data from the participant observation within the whole process of construction of the Council for National Park (2005-2007). The results identified some basis for the internalization of inclusive tourism in the public policies analyzed which can be, progressively, incorporated as part of the process of management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES: FIGURAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Parque Nacional da Tijuca no Brasil. IBAMA, 2003. (p. 70)

Figura 2: Parque Nacional da Tijuca: identificação por setores e inserção na malha urbana do Rio de Janeiro. Ortofoto. Instituto Pereira Passos, 2004. (p. 71)

QUADROS

Quadro 1: Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca em 2002 (p. 97)

Quadro 2: Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca em 2006 (p. 105)

Quadro 3: Parques Nacionais Brasileiros: listagem cronológica. (Anexo 1)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEST	<i>Association Internationale d'Experts Scientifique du Tourisme</i>
CDB	Conferência sobre a Diversidade Biológica
CET-RIO	Companhia de Engenharia de Tráfego
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação do Meio Ambiente
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPJB	Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico
IPP	Instituto Pereira Passos
IVT	Instituto Virtual do Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARNA	Parque Nacional
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNT	Parque Nacional Tijuca
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro

SMO	Secretaria Municipal de Obras
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TNC	<i>The Nature Conservancy</i>
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization (ex- WTO)</i>

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações

Lista de Abreviaturas e Siglas

1. INTRODUÇÃO.....	14
2.TURISMO EM BASES SUSTENTÁVEIS: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO.....	22
2.1 CONTEXTUALIZANDO TURISMO.....	22
2.2 O TURISMO NA LÓGICA DA EXCLUSÃO/ INCLUSÃO SOCIAL.....	36
3. PARQUES NACIONAIS: CONTEXTO, GESTÃO E TURISMO COMO ALTERNATIVA	45
3.1 REFLETINDO SOBRE CONTEXTO E HISTÓRICO DE PARQUES NACIONAIS.....	45
3.2 GESTÃO DE PARQUES NACIONAIS NO BRASIL: CAMINHOS E DESAFIOS.....	54
4. CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA.....	62
4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	62
4.2 PESQUISA DOCUMENTAL.....	62
4.3 PESQUISA DE CAMPO	64
4.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS.....	65
5. PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: UM ESTUDO DE CASO.....	69
5.1 LOCALIZAÇÃO.....	69
5.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	72
5.3 ASPECTOS BIOFÍSICOS.....	79
5.4 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL E INTERLOCUÇÕES EM CURSO.....	84
5.5 O TURISMO NO PARQUE.....	88
5.6 O PROCESSO DE GESTÃO.....	93

5.6.1 PLANO DE MANEJO.....	94
5.6.2 CONSELHO CONSULTIVO	95
6. TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: UMA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL?.....	107
6.1 INTERPRETANDO OS TEMAS-CHAVE	109
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARTICULANDO A REFLEXÃO PARA A INTERNALIZAÇÃO DO TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ).....	141

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Os Parques Nacionais são territórios sob administração federal passíveis de uso público, possuindo especificidades relacionadas à sua categoria de manejo e ao uso indireto de seus recursos naturais. Neles, são permitidas apenas atividades ligadas à pesquisa, educação ambiental, recreação e turismo (BRASIL, 2000).

O presente trabalho considera turismo como um fator potencial para a integração de objetivos de proteção da natureza e inclusão social. E percebe o potencial do turismo inclusivo de tornar-se um instrumento capaz de viabilizar esta integração. Neste caso, o turismo inclusivo é adotado como um conceito em construção, que se refere a uma "... modalidade de turismo econômica, ambiental e socialmente sustentável, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social" (IVT-RJ, 2004) ¹.

No contexto dos parques nacionais brasileiros o turismo pode ser entendido como um importante vetor para a sustentabilidade socioambiental e inclusão social. Pode também se constituir em uma alternativa não-predatória para o uso dos recursos naturais renováveis e geração de renda para a manutenção destas áreas e para as populações locais em seu entorno. Mas, para que isso ocorra, é necessário, inicialmente, que o turismo seja incorporado aos processos de planejamento e gestão dos parques nacionais e que o mesmo se desenvolva a partir de uma abordagem inclusiva, capaz de equacionar gestão da biodiversidade e participação democrática nos processos de tomada de decisão. Diante disso emergem as seguintes questões: (1) *O turismo pode ser desenvolvido como um vetor de*

¹ O termo Turismo Inclusivo tem sido utilizado para se referir aos projetos de turismo utilizando tecnologias de acessibilidade, pensando em portadores de necessidades especiais e às estratégias para promover sua inclusão, como turistas. A presente pesquisa utiliza, no entanto, uma definição mais ampla, relacionada à participação democrática, que será desenvolvida no curso do trabalho.

articulação entre objetivos de conservação da natureza e inclusão social? (2) Nesse caso, de que maneira o conceito de turismo inclusivo pode ser associado à gestão de parques nacionais? (3) É possível identificar bases para a internalização do turismo inclusivo na gestão de parques nacionais?

Considerando estas questões, o objetivo específico da presente pesquisa é identificar, preliminarmente, o contexto e alguns dos desafios para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro, Brasil).

Esta pesquisa compõe o escopo do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Programa EICOS – do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e está vinculada ao Eixo I do Programa: Comunidades, Meio Ambiente e Desenvolvimento. A proposta se insere, ainda, no grupo de pesquisa “*Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social*” (CNPq/UFRJ) associado ao Programa EICOS/IP/UFRJ, que tem como abordagem central a reflexão sobre o tema em sua conexão com políticas públicas.

A escolha pelo Programa EICOS/UFRJ para o desenvolvimento da pesquisa se justifica pelas particularidades inerentes ao tema do turismo em áreas protegidas, que exige uma abordagem interdisciplinar envolvendo as inter-relações entre grupos humanos e a produção de subjetividades, neste caso, vinculadas à conservação de recursos naturais renováveis e sua interface com o planejamento turístico.

A opção pelo olhar da Psicossociologia se justifica pela necessidade de se discutir a dimensão psicossocial do turismo e, ao mesmo tempo, possibilitar sua leitura sob a ótica de um fenômeno socioambiental mais amplo, articulado às produções de subjetividade. A Psicossociologia oferece um olhar que contextualiza

articulações entre subjetividades e tecido social, no sentido de colocar em evidência “atores e artesãos sociais”. (NASCIUTTTI, 2004).

O tema desta dissertação partiu também da compreensão da importância das relações desencadeadas pelo turismo na composição das atuais dinâmicas sociais, aliada a uma perspectiva socioambiental para a gestão de áreas protegidas no Brasil. Durante a elaboração da presente pesquisa, o Parque Nacional da Tijuca (PNT) passou pelo processo de estruturação de seu Conselho consultivo (2005-2007), no âmbito do *Projeto Água em Unidade de Conservação – Projeto Piloto para a Mata Atlântica*. Nos dois anos deste projeto, a coordenação da estruturação do Conselho consultivo do PNT esteve a cargo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A participação desta pesquisadora-bolsista do IBASE no projeto possibilitou uma imersão no processo de gestão do parque e também a oportunidade da realização da observação participante durante todo o período de implementação do projeto. A observação participante, durante a estruturação do Conselho do PNT, foi fundamental para a delimitação do escopo da pesquisa, para a identificação dos atores sociais a serem considerados como interlocutores e para a percepção de pontes possíveis entre turismo, inclusão social e gestão participativa de parques nacionais.

O trabalho foi construído a partir da análise de documentos de referência em gestão de parques nacionais e sobre as políticas públicas de turismo no Brasil. No que se refere às políticas públicas de turismo foram utilizados para a pesquisa as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994), o Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo” (MTUR, 2004), Plano Nacional de Turismo 2003-2007 (MTUR, 2003) e o documento Turismo

no Brasil 2007 – 2010² (MTUR, 2007) por se constituírem em documentos de base para as políticas públicas de turismo no Brasil. No âmbito de políticas públicas de proteção da natureza, a Lei 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), assim como Decreto 4.340 (BRASIL, 2002) que o regulamenta, e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006) foram fundamentais para a estruturação de bases de análise no que se refere à proteção da biodiversidade e, especificamente, à gestão dos parques nacionais brasileiros. Para articular os aspectos teórico-propositivos das bases conceituais, documentais e de políticas públicas analisadas à sua aplicabilidade, foram analisados, ainda, os principais instrumentos de gestão do Parque Nacional da Tijuca: o Plano de Manejo e o Conselho consultivo.

Além disso, a observação participante durante todo o processo de construção democrático-participativa do Conselho do Parque Nacional da Tijuca (2005 - 2007) possibilitou, também, uma articulação entre os resultados das análises bibliográfica e documental considerando a percepção dos atores institucionais e parceiros do PNT, no sentido da identificação de caminhos e desafios para a internalização do turismo em sua gestão.

Através desta pesquisa pretendeu-se contribuir para uma perspectiva integrada e aplicada ao olhar de políticas públicas, dirigida ao turismo e à proteção da natureza, tendo como foco de interpretação o desafio da gestão participativa em parques nacionais, sobretudo no tocante à consolidação dos compromissos explícitos no SNUC (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002) e no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006).

² O documento *Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão* não foi utilizado na pesquisa, pois ainda não havia sido lançado. Foi lançado em 13/06/2007 durante a fase de consolidação da pesquisa.

O direcionamento adotado na pesquisa se torna ainda mais importante para o Brasil, um país de grande extensão territorial (8,5 milhões de área territorial, mais as águas jurisdicionais, e a plataforma continental marinha) e megadiversidade biológica, que abriga mais de 20% do número total de espécies do planeta, com altíssima taxa de endemismo (MMA, 2006). Nesse contexto, a instituição e consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNUC (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002) é parte do compromisso de conservação da biodiversidade assumido pelo Brasil junto à Convenção da Diversidade Biológica – CDB (MMA, 2006) e orienta, em escala nacional, a gestão de Unidades de Conservação³ (que englobam os parques nacionais).

Esta é uma temática atual no âmbito de políticas públicas ambientais internacionais nas quais o Brasil tem importante papel estratégico. Além disso, o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, associado a áreas naturais protegidas é um compromisso estabelecido pelas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR/MICT/MMA,1994), e pelas Diretrizes sobre Diversidade Biológica e Desenvolvimento do Turismo (parte da Convenção da Diversidade Biológica, 2004)⁴.

A relação entre turismo inclusivo e as áreas naturais protegidas, como no caso de parques nacionais, é explicitada também pelo Acordo de Durban (UICN, 2003). O documento enfatiza a importância de processos participativos que possam incluir diversos atores sociais relacionados ao turismo em áreas protegidas, numa perspectiva evidente de integração sociedade-natureza. E recomenda, ainda, a

³ Segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, em seu Artigo 2º, § 1, entende-se por Unidade de Conservação: “...espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”(BRASIL, 2000)

⁴ O país participou como artífice e, atualmente, é um dos 188 países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e um dos 168 que a ratificaram como um acordo internacional para a conservação da biodiversidade global (MMA,2006).

adoção de uma gestão integrada de paisagens, considerando a conservação da biodiversidade em um contexto mais amplo, englobando os ecossistemas circundantes e as paisagens culturais.

Assim, a gestão de parques nacionais brasileiros, pela diversidade biológica que abrigam e pela riqueza sociocultural em suas áreas de inserção, inspira a reflexão sobre importantes processos de negociação e regulação de conflitos⁵. Os parques nacionais brasileiros representam pontos focais para a integração de políticas públicas e estratégias de gestão, capazes de associar a idéia de conservação da biodiversidade à inclusão social, numa nova proposta de desenvolvimento regional adaptada às peculiaridades de cada caso.

Nesse sentido, emerge a necessidade de consolidação de uma nova concepção de proteção da natureza na gestão de parques, na qual o turismo inclusivo poderia contribuir para a valorização da natureza e para a inclusão social.

No Brasil, a riqueza do patrimônio natural contrasta com um quadro marcante de desigualdades sociais, que se evidenciam nos processos decisórios e em um contexto histórico de exclusão social. O modelo de desenvolvimento adotado no país tem mantido a moderna cisão humanidade-natureza e reproduzido, historicamente, inúmeras desigualdades, gerando conseqüências que se refletem no cotidiano da sociedade, reforçando o distanciamento entre as políticas públicas e uma parcela majoritária da sociedade.

A ampliação dos quadros decisórios torna-se, assim, uma estratégia essencial para a diminuição das desigualdades e para a democratização das questões socioambientais. Na qual a inclusão de grupos socioambientalmente vulneráveis (LOUREIRO *et al*, 2005) — em dependência direta dos recursos naturais e à

⁵ Como no caso da implementação dos Conselhos consultivos e elaboração de Planos de Manejo e Planos de Uso Público.

margem da participação cidadã nas esferas de decisão — no planejamento, gestão e na repartição dos benefícios do uso dos recursos naturais renováveis é fundamental. Desse modo, as questões socioambientais associadas aos parques nacionais estão relacionadas, também, e em grande medida, ao turismo.

Quanto à sua estrutura, a dissertação está dividida em cinco capítulos. Após este capítulo introdutório, o **Capítulo 2, Turismo em Bases Sustentáveis: um desafio contemporâneo para a inclusão social** discute os conceitos centrais da pesquisa – turismo e inclusão social –, apresentando um histórico do turismo à luz de uma perspectiva de sustentabilidade, que busca articular suas potencialidades quanto ao desafio da inclusão social no Brasil.

Em seguida, no **Capítulo 3, Parques Nacionais: contexto, gestão e turismo**, a discussão parte do histórico da criação dos parques nacionais para apresentar as atuais políticas públicas de criação e gestão de áreas protegidas no Brasil, expressas pelas propostas do SNUC e do PNAP. E ainda, as articulações possíveis dessas políticas com os princípios do turismo em bases sustentáveis, a partir deste como ponto focal da participação social na gestão de parques nacionais. O **Capítulo 4, Abordagem Metodológica da Pesquisa** descreve e explica os caminhos metodológicos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa e apresenta os temas de análise.

O **Capítulo 5, Parque Nacional da Tijuca: um Estudo de Caso** apresenta um histórico sobre o processo de criação e implantação do Parque Nacional da Tijuca, seus principais aspectos históricos, ecológicos, socioambientais, turísticos e os processos de sua gestão.

O **Capítulo 6, Turismo na Gestão do Parque Nacional da Tijuca: uma integração possível?** apresenta e discute os resultados da pesquisa.

A presente pesquisa pretende, assim, contribuir para uma perspectiva integrada em políticas públicas dirigidas ao turismo e às áreas protegidas, conjugando, como pano de fundo, conservação da natureza e inclusão social, tendo como foco de interpretação a perspectiva da gestão do Parque Nacional da Tijuca, sobretudo no tocante à consolidação dos compromissos explícitos no SNUC (BRASIL, 2000) e no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006).

2. TURISMO EM BASES SUSTENTÁVEIS: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO

2.1 CONTEXTUALIZANDO TURISMO

Para a interpretação do conceito de turismo, na presente pesquisa, é importante que se faça, primeiramente, uma distinção entre deslocamento, viagens e turismo (BARRETO, 2003). O turismo é um tipo de viagem e, como tal, requer um deslocamento. Entende-se por deslocamento o movimento de um indivíduo e/ou grupos humanos que apresentem uma variação quanto à sua localização espacial. Como exemplos de deslocamento podem ser citados as marchas da espécie humana sobre o continente americano, há pelo menos 12 mil anos, assim como o atual nomadismo na África subsaariana e os movimentos migratórios humanos, de modo geral. Nesse sentido, as viagens podem ser consideradas como um tipo específico de deslocamento, pois pressupõe um retorno ao ponto de origem. É o caso das viagens comerciais e as de caráter exploratório, tais como as Bandeiras no Brasil (nos séculos XVI a XVIII), as atuais expedições científicas à Antártida e rotas comerciais internacionais. Muitas vezes os termos turismo e viagem são utilizados como sinônimos, entretanto, esta se configura como uma parte importante do sistema turístico, assim como os subsistemas hospedagem, entretenimento, transporte, eventos e atrativos, entre outros.

Por sua vez, na produção deste fenômeno, o sistema turístico se relaciona com o contexto socioeconômico, político e social no qual está inserido. O fenômeno turístico pressupõe, ainda, por parte dos turistas, motivações psicossociais, socioculturais e pessoais que implicam no uso do tempo-livre, noção de lazer e busca pelo prazer, entre outras.

O turismo teve sua origem diretamente relacionada ao uso e às tentativas de controle do tempo livre das classes trabalhadoras, instituído através das conquistas trabalhistas relacionadas às transformações socioeconômicas e tecnológicas desencadeadas durante a Revolução Industrial. As primeiras excursões turísticas que se tem registro foram organizadas por Thomas Cook, em 1841, e visavam proporcionar uma opção de lazer saudável em oposição à ingestão de bebidas alcoólicas pelos trabalhadores ingleses nos finais de semana (CAMARGO, 2003). Na época, as inovações tecnológicas do transporte ferroviário e dos meios de comunicação contribuíram, respectivamente, para um maior conforto durante as viagens e para a divulgação de informações sobre os destinos. Desde então, o turismo tem se apresentado igualmente vinculado às tecnologias, ao desenvolvimento do setor de bens e serviços e ao ideário moderno.

Vários autores têm se dedicado a definir e conceituar turismo. A presente pesquisa, no entanto, não se propõe a buscar uma definição fechada e consensual do que seja turismo. Nesse sentido, é importante destacar que não existe uma definição correta ou incorreta de turismo. Ainda hoje o tema se configura em debate, assim como quais seriam os elementos que o compõem e quem deve ser considerado turista, "... originando muitas definições, cada uma delas enfatizando aspectos distintos da mesma atividade [entretanto] todas contribuem, de alguma maneira, para aprofundar o entendimento do turismo"⁶ (OMT, 1998).

Ainda que não haja consenso sobre esta temática, faz-se necessário apresentar um breve histórico no sentido de identificar alguns conceitos que contribuíram para sua problematização e contextualização, neste trabalho.

⁶ Livre tradução da autora

Ao longo do século XX surgiram inúmeras definições que ressaltaram, principalmente, os aspectos econômicos e o consumo associados ao turismo e ao deslocamento da viagem, mas raras vezes o turista.

Uma das primeiras definições formais de turismo foi apresentada pelo economista austríaco Hermann Schattenhofen em 1911, que o definiu como:

...o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado. (SCHATTENHOFEN *apud* BARRETO, 2003)

Nos anos vinte a Escola de Berlim produziu várias destas conceituações, desde as mais simples, tais como "... o deslocamento de pessoas para fora de seu lugar de residência" (GLÜCKSMAN, *apud* MOESCH, 2000) até a apresentada por Bormann, que definiu turismo como um "... conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer ou motivos comerciais, profissionais ou análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporal" (ANDRADE *apud* IGNARRA, 2003).

Norwal, em 1936, mantém a leitura econômica incorporando o sujeito do turismo ao debate, definindo-o como:

... a pessoa que entra num país estrangeiro sem a intenção de fixar residência nele, ou de nele trabalhar regularmente, e que gasta naquele país de residência temporária, o dinheiro que ganhou em outro lugar. (NORWAL, *apud* MOESCH, 2000).

Em 1937, no sentido de padronizar variáveis utilizadas em pesquisas sobre os aspectos econômicos do turismo internacional, a Comissão Econômica da Sociedade das Nações⁷ buscou um critério temporal que definiria o turista como "... toda pessoa que viaja 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto a sua residência habitual".

⁷ Também conhecida como Liga das Nações, foi uma organização internacional, criada em 1919 pelas as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial com objetivo de negociar um acordo de paz (Tratado de Versalhes). Fonte: CPDOC/FGV, 2005.

Dentre as definições que se seguiram, destaca-se para esta pesquisa a abordagem de Hunziker e Krapf (1942) que, obtendo repercussão internacional, foi posteriormente adotada pela Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo (AIEST, 1952), segundo a qual:

Turismo é o **conjunto das relações e dos fenômenos**⁸ produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa (OMT, 1998; AIEST, 2000).

Esta definição permite que sejam consideradas as relações sociais, econômicas e culturais necessárias para que o turismo aconteça, bem como as conseqüências advindas do mesmo, propiciando um diálogo com a perspectiva psicossocial, particularmente interessante no caso desta pesquisa.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os avanços tecnológicos e a popularização a aviação civil, o desenvolvimento da cultura de massa e, paralelamente, a internacionalização da economia no ocidente, impulsionaram o volume do fluxo turístico internacional, marcando o turismo contemporâneo como um fenômeno social, político e econômico global no século XX.

A definição de Fuster (1971) representou este contexto histórico quando considerou que turismo seria "... de um lado, conjunto de turistas, de outro, os **fenômenos e as relações que essa massa produz em conseqüência de suas viagens**"⁹ (FUSTER, 1971). Esta definição, que surgiu no auge do chamado turismo de massa, continuou a ser desenvolvida pelo pesquisador, que abordou o fenômeno turismo como sendo:

... todo equipamento receptivo de hotéis, agências de viagem, transportes, espetáculos, guias... [e também] o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a

⁸ Grifos da autora.

⁹ Grifos da autora.

infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda... [e ainda] os **efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras**¹⁰. (FUSTER, 1971)

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em parceria com o governo do Canadá, organizou a Conferência Internacional sobre Estatísticas e Viagens de Turismo em 1991. Este evento teve como objetivos a adoção de normas internacionais, as definições e classificações para o levantamento e tratamento estatístico dos dados de turismo, quanto a aspectos econômicos. Com este foco, as resoluções apresentadas pelo documento “Recomendações sobre Estatísticas de Turismo” (adotadas em seguida pela OMT), consideraram que o turismo compreendia:

“...[a] soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (OMT, 1998).

Apesar das definições de turismo apresentarem, até então, enfoques diferentes entre si, alguns elementos foram recorrentes, como o tempo de permanência fora do local de residência e o caráter não lucrativo da visita. Segundo Barretto (2003), o caráter não lucrativo colocaria em evidência a motivação por prazer por parte dos turistas, o que deveria se constituir em um elemento conceitual essencial, devendo ser incorporado às discussões sobre o tema.

No documento “Recomendações sobre Estatísticas de Turismo” (WTO, 1993), a OMT propôs uma classificação quanto à motivação da viagem, tanto para o turismo internacional quanto interno. As motivações para a viagem e o turismo foram apresentadas nesta ordem: (1) lazer, recreação e férias; (2) visitas a parentes e amigos; (3) negócios e motivos profissionais; (4) tratamentos de saúde; (5) religião e peregrinações; e outros motivos. Esta classificação teve por objetivo auxiliar o

¹⁰ Grifos da autora.

planejamento, a promoção e a comercialização do produto turístico, principalmente no tocante à segmentação de mercado.

Mais tarde, reconhecendo uma tendência mundial para a ampliação do que deveria ser considerado turismo, a OMT incluiu em sua definição o chamado turismo de negócios, segmento até então ausente das definições de turismo adotadas pela instituição. Em 2000 as recomendações adotadas pela OMT foram revistas, atualizadas e compiladas no documento “Referências Básicas sobre Estatísticas de Turismo” (UNWTO, 2001), que redefiniu os termos *viagem*, *turismo*, *turista* e *excursionista*. A adoção gradativa dessas (re)definições e conceitos vem sendo recomendada aos países membros da OMT, dentre os quais o Brasil, visando à construção de parâmetros básicos comuns para a análise do turismo (DIAS, 2003). Sob esta perspectiva, a OMT passou a considerar turismo como um conjunto de atividades de visitantes, turistas e excursionistas, que compreendem:

... [aquelas] atividades das pessoas viajando e em sua estadia fora de seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, por motivo de lazer, negócios e outros propósitos.¹¹(WTO, 2001).

Considerando o turismo sob a perspectiva de fenômeno historicamente localizado, sem que se perca o foco enquanto fenômeno social global, é preciso que se tenha em mente que o desenvolvimento do turismo está criticamente relacionado às bases socioeconômicas características de estruturas capitalistas. Atualmente, o turismo se conecta à dinâmica socioeconômica global, configurando-se na lógica de uma *commodity* e parte importante das transações comerciais que envolvem investidores internacionais, franquias e redes hoteleiras internacionais, grandes corporações empresariais e o mercado financeiro internacional. É importante também se ter em mente que esse contexto global provoca, conseqüentemente,

¹¹ Livre tradução da autora para: “Tourism comprises the activities of persons traveling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes (World Tourism Organization - WTO, 2001).

repercussões que, muitas vezes, fogem ao controle dos atores nacionais e locais (*stakeholders*). O turismo, contextualizado neste plano socioeconômico global, remete à magnitude das relações internacionais, mercados internacionais de investimentos em viagens e turismo, empreendimentos hoteleiros e meios de transporte, serviços e empregos. Internacionalmente, o turismo movimentou um volume de US\$ 783 bilhões no ano de 2006 (ou US\$2 bilhões por dia), correspondendo a 5,5 % a mais do que no ano anterior¹² (UNWTO, 2007). Segundo a World Travel and Tourism Council (WTTC, 2007) o setor emprega aproximadamente 231 milhões de pessoas em todo o mundo e é responsável por mais de 10,4% de todo o PIB mundial.

As estatísticas, em escala mundial, impressionam e convidam à reflexão. Entretanto, a reflexão sobre o turismo não deveria incidir apenas sobre seu aspecto comercial, como um resultado de circulação de bens e serviços. Os impactos positivos e negativos do turismo tem amplitude global sobre os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais das destinações.

O Brasil recebeu 6 milhões de turistas internacionais em 2007, que injetaram US\$ 4,4 bilhões na economia nacional (MTUR, 2007). Mas o que se percebe na prática é que os enfoques dos planejamentos turísticos adotados, em geral, encontram-se vinculados a uma abordagem prioritariamente econômica do fenômeno turístico, o que tende a fragmentá-lo e a gerar políticas públicas desconectadas das realidades complexas, vigentes em países periféricos, como o Brasil – que figura em 10º lugar na economia mundial e em 69º no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano mundial (PNUD, 2006).

¹² Número recorde, segundo os últimos dados lançados pela Organização Mundial do Turismo em sua publicação UNTWO NEWS (UNWTO, 2007) baseada em dados de 2006.

Esta perspectiva clássica parece ter sido o enfoque adotado para o desenvolvimento do turismo internacionalmente. Este enfoque tem sido tipificado pelo turismo de massa que, em última análise, produz, em escala mundial, mais impactos negativos do que positivos nas economias locais e no patrimônio (natural e cultural) das localidades receptoras, do que benefícios e possibilidades de desenvolvimento¹³. O turismo, quando excede a capacidade de carga de visitação de um destino, seja uma ilha, uma cidade ou um parque nacional, pode provocar agravamento da poluição atmosférica, sonora, visual e hídrica, contribuindo para o esgotamento dos recursos naturais e a piora da qualidade de vida em geral das populações receptoras.

A presente pesquisa considera o turismo a partir da perspectiva apresentada por Fuster (1971), pois esta permite que o foco das reflexões sobre turismo possa incluir, também, seus efeitos nas populações receptoras. Desse modo, a discussão se abre para o potencial que o turismo pode ter em responder ao desafio de maximizar seus efeitos positivos e minimizar os negativos nas localidades de destino. Essa abordagem permite, ainda, caminhar em direção a reflexões e práticas sustentáveis, com a incorporação de novos valores que possam alterar o paradigma vigente.

A valorização da natureza a partir do turismo pode apoiar a conscientização da população local e dos turistas sobre a necessidade de preservação do ambiente natural. Além disso, a auto-estima da população local pode aumentar a partir do momento em que o turismo valoriza e ressignifica as culturas e tradições locais, o

¹³ Como exemplos, podem ser citados a especulação imobiliária e os congestionamentos provocados pelo afluxo de carros de veranistas que saem das grandes metrópoles em busca do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, nos fins de semana e feriados.

que contribui para a reflexão sobre questões sócio-culturais, potencializando a consolidação da noção de pertencimento da população local.

É importante também mencionar que a partir do momento em que os processos de degradação ambiental, fruto do modelo de desenvolvimento vigente em nível mundial, começaram a ser percebidos em escala global e, conseqüentemente, a ser discutidos pela sociedade, o planejamento turístico também dirigiu sua reflexão sobre os possíveis impactos positivos e negativos decorrentes de seu desenvolvimento.

O conceito de turismo sustentável emergiu destas reflexões, como desdobramento evidente da proposta de Desenvolvimento Sustentável apresentada pelo Relatório Brundtland (UNCED, 1987)¹⁴. Embora também não haja uma definição completamente aceita do conceito turismo sustentável (SWARBROOKE, 2000), a Organização Mundial do Turismo adotou, oficialmente, a que havia sido proposta anteriormente por Ceballos Lascurain e outros pesquisadores sobre o tema. Desse modo, a Organização Mundial do Turismo apresenta, em 1995, a adoção da seguinte definição:

O Turismo Sustentável satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro. [...] Aquele turismo ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil herança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (UNWTO, 2006)

Sobre as origens da proposta de turismo sustentável, Swarbrooke (2000) afirma que o conceito foi, em parte, influenciado pelo conceito amplo de

¹⁴ Como alternativa ao modelo de crescimento econômico vigente, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, 1987) apresentou, no documento “Nosso Futuro Comum” (conhecido como Relatório Brundtland) o conceito de desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento sustentável e também sintonizado com a percepção dos efeitos negativos resultantes do turismo de massa.

No tocante às áreas protegidas e, particularmente, no caso dos parques nacionais brasileiros, o turismo em bases sustentáveis pode servir como alternativa à integração da moderna visão homem-natureza e à articulação do turismo com os compromissos de conservação ambiental e inclusão social. Nesse sentido, a utilização de uma abordagem na qual o turismo leve em conta as inter-relações sociais, culturais, ambientais e políticas em jogo tende a ser de fundamental importância para a gestão de áreas ambientalmente sensíveis, como as áreas naturais protegidas e, particularmente, os parques nacionais.

O Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999)¹⁵ foi estruturado para apresentar algumas diretrizes para a aplicabilidade do turismo sustentável. Este documento que, de forma abrangente, pretende compreender o alcance e as complexidades do turismo, dirige-se aos governos (em todos os níveis), às empresas e profissionais, às organizações não-governamentais e aos turistas, no sentido de se constituir como referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo, tendo como base a implementação de princípios éticos dirigidos a diversos setores e subsistemas do turismo.

Este documento, aprovado na Assembléia Geral da OMT em Santiago do Chile (OMT,1999), objetiva contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável de modo à “...minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos” (OMT,1999). O Código Mundial de Ética para o Turismo é composto por dez princípios listados a seguir:

¹⁵ Este documento se baseia em importantes tratados e declarações¹⁵ sobre direitos humanos (civis, econômicos, sociais e trabalhistas), viagens e turismo, proteção do patrimônio natural, cultural e conservação da diversidade biológica.

- 1 - Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades;
- 2 - Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo;
- 3 - O Turismo, fator de desenvolvimento sustentável;
- 4 - O Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade;
- 5 - O Turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino;
- 6 - Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico;
- 7 - Direito do Turismo;
- 8 - Liberdade do deslocamento turístico;
- 9 - Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística;
- 10 - Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo;

Irving (2002) ressalta que, mesmo tratada como um tópico secundário em termos acadêmicos e operacionais, "... a abordagem da questão ética no turismo reflete a crise ética no desenvolvimento das sociedades humanas" (IRVING, 2002). A autora entende a abordagem ética em turismo como um tema essencial em planejamento, bem como um suporte fundamental para se atingir os compromissos de desenvolvimento sustentável, uma vez que a negligência com relação a esta dimensão:

...pode ter conseqüências sérias em se considerando a taxa de crescimento anual e o potencial da atividade, o contexto do turismo no Brasil e também o grau de expectativa e impactos gerados para as comunidades a serem afetadas pelo processo (IRVING, 2002, p.17)

Tendo esta reflexão como foco, a implementação de projetos turísticos em parques nacionais, exige, da mesma maneira, um olhar crítico com relação às

questões sociais do desenvolvimento, ao tema da sustentabilidade e à relação homem-natureza, principalmente, no caso de um país como o Brasil, “... ícone das desigualdades sociais, no qual o turismo numa perspectiva de inclusão social poderá representar um importante mecanismo de engajamento e democratização de oportunidades”.(IRVING, 2006).

Com esta preocupação, o Comitê para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo, em 2004, buscou revisar o conceito de turismo sustentável, até então publicado na Agenda 21 para Viagens e Turismo (OMT, 1995). O objetivo dessa iniciativa foi refletir sobre as questões de sustentabilidade no turismo, a partir dos resultados da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (África do Sul, 2002), conhecida como Rio + 10. O conceito revisto pela OMT enfatiza a importância do equilíbrio entre aspectos ambientais, sociais e econômicos do turismo, face à necessidade de implementação de princípios sustentáveis em todos os seus segmentos, tendo em vista metas globais de alívio de pobreza.

Em sua base conceitual atual, a OMT propõe que as metas e práticas de gestão do desenvolvimento do Turismo Sustentável se apliquem a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinação. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo e ao estabelecimento de um equilíbrio entre essas três dimensões para garantir sua sustentabilidade em longo prazo (UNWTO, 2006).

Nesse contexto, o turismo sustentável deveria, em tese:

- 1- Fazer uso racional de recursos naturais que constituem um elemento chave no desenvolvimento turístico; Manter os processos ecológicos essenciais e ajudar a conservar o patrimônio ambiental e a biodiversidade;
- 2- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades receptoras, conservando seu patrimônio natural e construído e seus

valores tradicionais; Contribuir para o entendimento e a tolerância intercultural;

3- Assegurar operações em longo prazo que propiciem benefícios econômicos para todos os atores / participantes (*stakeholders*) e sejam distribuídos justamente, incluindo emprego estável, oportunidades de trabalho e serviços sociais para as comunidades receptoras. Contribuir para a eliminação de pobreza. (UNWTO, 2006)

Nesse caso, é necessário salientar que o turismo sustentável, não representa uma categoria de turismo, mas um modelo estratégico a ser incorporado às diversas modalidades de turismo, desde que estas sejam compatíveis com os princípios de sustentabilidade. Nesse sentido, o agroturismo (turismo rural em pequena escala) que representa fonte de renda para os trabalhadores do campo e, entre outros, o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo rural e eco-rural, são considerados, por Swarbrooke (2000) como potencialmente vinculados ao conceito de turismo sustentável. Apesar das inúmeras controvérsias que o tema possa suscitar, podem ainda ser acrescentados ao rol das modalidades descritas o turismo étnico e indígena.

Da mesma maneira, Swarbrooke classifica a “Visita a meio ambientes muito frágeis como florestas tropicais...” (SWARBROOKE, *op. cit*, 2000), como um tipo de turismo incompatível com o conceito de turismo sustentável. Entretanto, o turismo em áreas protegidas e, em especial, em parques nacionais, pode ser desenvolvido em bases sustentáveis, pois se tratam de territórios protegidos oficialmente e possuem dispositivos de gestão que permitem o planejamento e o monitoramento dos impactos desencadeados pelo turismo. Em tese, o turismo em parques nacionais pode ser muito mais passível de planejamento e controle ambientalmente adequado, do que uma área não-protegida. Além disso, a sustentabilidade do

turismo torna-se um imperativo para o êxito dos objetivos primordiais de conservação da natureza em parques nacionais.

Complementando a abordagem do turismo em bases sustentáveis, esta pesquisa busca incorporar a conceituação de Moesch (2000,p.9), segundo a qual o turismo expressa:

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição, integram-se uma prática social, com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2000).

Assim, o turismo se constitui, essencialmente, como um amálgama natureza – cultura. Nos parques nacionais esta configuração se expressa, freqüentemente, de forma exemplar, quando estes oferecem um contraponto ao cotidiano urbano, tipificando estes espaços naturais como idealizados no papel de “paraíso perdido” (DIEGUES, 2001).

Neste caso, a natureza é também mercantilizada pelo turismo, associada a uma função de “matéria-prima”, como atrativo natural, de modo geral, desconectada das dinâmicas sociais dos destinos turísticos. Além disso, a implementação da concepção clássica de turismo se traduz, por vezes, em impactos negativos sobre o ambiente natural e cultural, degradação ambiental e em perpetuação ou acentuação dos processos de exclusão social.

2. 2 O TURISMO NA LÓGICA DA EXCLUSÃO/ INCLUSÃO SOCIAL

Miséria. Pobreza. Desigualdade. Exclusão social. Faces diferentes de um mesmo problema que persiste entre países pobres e ricos, e mostra-se hoje, em particular, como o campeão dos males que pairam sobre o Brasil: a injustiça social (MANÃO, 2005).

A palavra “exclusão” vem do latim *exclusionem* e significa ato de excluir; exceção. Ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções. E nesse sentido, o excluído é objeto de exclusão. O termo “excluído”, portanto, traduz um estado daquele que “sofre a exclusão”. No sentido comum, “exclusão” significa “estar fora”. Há diversos níveis de exclusão e estes podem ser categorizados em instâncias que se interpenetram e se reforçam: grupos sociais, etnias, culturas, gênero, orientação sexual, idade, aparência física, universo sócio-cultural (Conteúdo Escola, 2005). Sawaia (2004) identifica “exclusão” como “... um processo multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas” (SAWAIA, 2004). Para Jodelet (2004), o termo compreende fenômenos tão variados, que seria necessário questionar até que ponto é possível falar e/ou tratar de “exclusão social” de maneira geral. Entretanto, a autora identifica que uma abordagem dos processos psicossociais da exclusão se apresenta como um nível possível para se tratar de “exclusão social” abordada como “... o nível das interações entre pessoas e entre grupos, que dela são agentes ou vítimas” (JODELET, 2004).

Uma leitura possível do tema da “exclusão social” na contemporaneidade, e também a mais usual, refere-se à exclusão em relação ao mercado de trabalho e consumo e, conseqüentemente, aos valores referendados pela lógica capitalista. O

sistema capitalista prevê uma sobra de contingente no mercado de trabalho e, investindo na diferenciação entre *incluídos* e *excluídos*, desperta uma ação (para inserção no meio social) motivada por um ideal de inclusão do indivíduo nesse mercado, bem como no tocante aos valores sócio-culturais a eles associados.

Paradoxalmente, a força motivadora do ideal de inclusão capitalista, explicitada na luta pela sobrevivência e implícita na aceitação da mais-valia, em última análise, reforça a desigualdade social e reafirma a estratificação (econômica, política, cultural e ambiental) e a exclusão social, o que acarreta diversos problemas sociais, dentre eles desigualdade socioeconômica, desemprego, pobreza e violência. Segundo Martins (2003):

Em suas conseqüências sociais adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progresso tecnológico e bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população. [...] o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimado nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui. (Martins, 2003, p.13)

Sobre essa questão, Sawaia (2004) ressalta que não se trata de uma falha, mas de um processo que é produto deste sistema, no qual se percebe uma contradição intrínseca: "... a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual" (SAWAIA, 2004), resultando, assim, em uma inclusão social perversa (MARTINS, *op cit*, 2003; SAWAIA, *op cit*, 2004).

Uma das críticas aos atuais usos da expressão "exclusão social" refere-se à própria terminologia, empregada indiscriminadamente, pelo fato de que, seu uso desconsideraria as nuances e interpenetrações das "categorias" *excluídos* e *incluídos*. Induzindo, assim, à homogeneização destas ditas categorias, à sua dicotomização e a um pensamento reducionista, que se limita à descrição do

fenômeno, sem, no entanto, questionar as causas da exclusão e sua contextualização histórica. Problematiza-se ainda, que a dicotomia e superficialidade entre as teorias de exclusão-inclusão tenderiam à busca de uma inserção (do indivíduo ou dos grupos excluídos), geralmente temporária e a qualquer custo, no mercado de consumo, sem, no entanto, contribuir para a modificação das causas estruturais que levam à exclusão. O caráter ambíguo e homogeneizante do termo “exclusão” tem levado muitos pesquisadores a propor termos mais precisos (SAWAIA, 2004). Nesse sentido, Viana (2000) propõe a utilização do termo *lumpemproletarização* na medida em que a utilização do *termo exclusão social* explicitaria um posicionamento político, que:

... não disfarça a sua preferência pelo mundo dos “incluídos” (seja ele qual for, se lembrarmos que este não é homogêneo), que passa a ser visto acriticamente e julgado como um mundo desejável pelos “excluídos” (o problema passa a girar em como “incluir” os “excluídos”). (VIANA, 2000)

Da mesma maneira, Martins (2003), analisando o termo *exclusão*, o revela como uma armadilha da sociedade capitalista, que acabaria por “capturar” duplamente o “excluído”. Primeiramente, pelo imaginário da inclusão via consumo, e não por uma inserção social plena, através do exercício da cidadania, da participação e da liberdade (SEN, 2000). Por extensão, e também pela conseqüente desvalorização do trabalho, em geral provocada pela utilização do termo “excluído”, como uma situação a ser evitada a qualquer custo, contribui-se para o crescimento da exclusão através da proliferação de subempregos, da informalidade, da ilegalidade, da flexibilização dos contratos de trabalho e do trabalho escravo. Assim, para Sawaia (2004) o caráter ilusório da *inclusão* se evidencia no processo exclusão-inclusão, no qual:

Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2004).

No sentido de ampliar a abordagem para além do aspecto econômico e “suplantar vícios analíticos”, Sawaia (2004) propõe a adoção da lógica da “dialética exclusão/inclusão”. Partindo desta dialética, na qual a noção de exclusão social se refere não apenas à pobreza, mas também à “... discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública” (SPOSATTI, 1996), é possível pensar e refletir sobre a abordagem psicossocial dos processos de exclusão/inclusão. Nesse ponto da discussão, faz-se necessário explicitar de que inclusão se está falando.

Considerando os objetivos da presente pesquisa, uma vez que a desigualdade social representa uma questão estrutural na sociedade brasileira, o desafio, neste caso é, a partir das discussões de exclusão social, se pensar formas construtivas de inclusão social, que mobilizem e envolvam os atores sociais nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas que articulem políticas sociais, econômicas e ambientais. Estratégias para promoção da “inclusão social” no sentido de construção e exercício de cidadania que integrassem as reflexões e políticas públicas de planejamento do turismo como um tema central, compreendido como fenômeno social complexo, inserido, por sua vez, em um cenário social ampliado.

Sobre a temática da inclusão, Sachs (2004) considera que “... o desenvolvimento includente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos” (SACHS, 2004). Nesse sentido, a presente pesquisa interpreta “... **inclusão social como sinônimo de pertencimento**. Pertencer [aqui]

significa **satisfação sócio-econômica (emprego e renda, moradia, saúde, educação) e inserção cultural e política**¹⁶ (CAMPOS, 2005). A inclusão pela e para a transformação social pela cidadania, através da participação dos atores sociais nos processos de tomada de decisão em diversos níveis, desde a elaboração e implementação de políticas públicas à gestão de projetos. A pesquisa busca, além disso, a identificação dos processos que envolvem o turismo em uma perspectiva deste como vetor de transformações sociais. Esta proposta se dá, principalmente, a partir da apropriação dos espaços decisórios pelos diversos grupos sociais envolvidos em questões que integram ambiente natural, desenvolvimento e turismo. Entretanto, faz-se necessário explicitar a importância de uma ênfase na participação social de grupos em estado de vulnerabilidade socioambiental, entendida como uma situação na qual:

Grupos específicos que se encontram (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes da participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive (LOUREIRO, 2005).

Este estado de vulnerabilidade é particularmente ainda mais crítico em um país como o Brasil, que apresenta expressiva desigualdade social, no qual a maior parte da população aglomera-se em centros urbanos. É importante ressaltar que o exercício da cidadania, nesse caso, se refere tanto ao direito de permanecer no lugar (assumindo, portanto, um caráter cultural, identitário e afetivo), quanto direito constitucional de se ter um meio ambiente saudável (BRASIL, 1988). Assim, segundo Cohn (2005):

¹⁶ Grifos da autora.

A tradução imediata da pobreza passa a ser a exclusão social, traduzida, também, como a exclusão da prática dos direitos de cidadania, da participação nos processos geradores e redistributivos de bens econômicos, além das distintas instâncias e dos espaços deliberativos das sociedades, que demandam determinados níveis de educação e de informação para se efetivar. (COHN, 2005, p.52).

Da mesma maneira, é preciso ter em mente que o exercício da cidadania, no Brasil, se relaciona, ainda, com alguns desafios fundamentais situados por Quintas (2002) em dois eixos: por um lado, “as desigualdades sociais, a impunidade das elites, o clientelismo político e a ineficácia do sistema educacional” (QUINTAS, 2002) e, por outro, a dificuldade da sociedade, em geral, em relacionar o modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado no país, aos problemas e custos ambientais decorrentes deste modelo. Como consequência, o autor aponta ainda, o que seria uma das tarefas fundamentais da Educação Ambiental: a necessidade da “recuperação do *passivo cognitivo* da maioria da população brasileira” (QUINTAS, *op cit*, 2002) através da participação e da “educação” para os processos de gestão ambiental.

Deste modo, todo o processo social se tornaria mais democrático e consoante com a realidade complexa vivenciada pelos diversos grupos sociais, e, portanto, com maior possibilidade de êxito quanto à mediação de interesses diversos e à regulação dos conflitos, fatores fundamentais para a consolidação de políticas públicas de turismo e conservação da natureza, em médio e longo prazo.

Esta abordagem de *inclusão* permite que as dimensões psicossociais, socioeconômicas, culturais, ambientais e éticas do turismo, como fenômeno complexo, adquiriram a visibilidade necessária. E, sobre essas bases, o mesmo possa ser desenvolvido como um vetor de transformação social e um fator de integração no processo histórico de cisão sociedade-natureza.

Do ponto de vista conceitual, a adoção do *turismo inclusivo*, na presente pesquisa, possibilita abordagens sobre as dimensões do turismo, assim como a incorporação das discussões sobre as relações entre turismo e as especificidades da sustentabilidade no contexto brasileiro.

Este conceito, ainda em construção, parte da necessidade de se pensar as relações entre turismo e desenvolvimento econômico direcionado à justiça social. Para tal, o turismo inclusivo pressupõe a elaboração e implementação de estratégias visando à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico e social, apoiadas na idéia de concertação através do poder público. A definição de turismo inclusivo¹⁷ utilizada neste trabalho tem como base estudos elaborados pelo Instituto Virtual de Turismo (IVT-RJ, 2004), nos quais se considera Turismo Inclusivo como:

...modalidade de turismo **econômica, ambiental e socialmente sustentável, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social**¹⁸ – via afirmação da identidade local, geração de trabalho e renda, desenvolvimento de ações educativas de valorização da diversidade e do patrimônio histórico, ambiental e cultural – através de empreendimentos turísticos que considerem as necessidades e anseios locais (IVT-RJ, 2004).

O turismo designado como inclusivo considera a participação e mobilização dos agentes envolvidos no processo de elaboração, implementação e gestão de políticas e projetos de turismo, assim como o papel fundamental da educação formal e não-formal na sensibilização e mobilização destes atores (*stakeholders*). Considera ainda as questões éticas, a ecoeficiência¹⁹, a construção de um mercado interno forte e a concertação (entre os atores e entre estes e a sociedade)

¹⁷ O termo Turismo Inclusivo é utilizado, também, na maioria das vezes, como aquele turismo direcionado aos portadores de necessidades especiais e às tecnologias e estratégias para promover sua inclusão como turistas.

¹⁸ Grifos da autora.

¹⁹ "A ecoeficiência é alcançada mediante o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, ao mesmo tempo em que reduz progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo do ciclo de vida, a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada da Terra (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD,1992)"

necessariamente através do poder público. Estes fatores se combinam e se inter-relacionam em dinâmicas constantes. Dessa maneira, é possível inferir que o turismo inclusivo pode, ainda, contribuir para a inclusão social, política e econômica de todos os atores sociais relacionados ao setor, principalmente os atores locais e aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Assim, o conceito de turismo inclusivo dialoga com as bases do conceito de turismo sustentável (economicamente justo, ambientalmente equilibrado e socialmente equitativo), incorporando muitos dos princípios propostos pelo Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999), tais como: compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades; desenvolvimento individual e coletivo; turismo como fator de desenvolvimento sustentável; aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade; benefícios para os países e para as comunidades de destino.

No entanto, o que torna este conceito particularmente especial para a internalização do turismo na gestão de parques nacionais é o diferencial de que sua concertação deva ser, eminentemente, via poder público. Ou seja, o poder público, que é um ator social e, nesse caso, gestor dos parques nacionais brasileiros, deve assumir esse papel de concertação nos processos de gestão. Outra característica importante para a internalização do turismo na gestão de parques nacionais se refere à vinculação ética do mesmo ao contemplar as discussões específicas de justiça e desigualdade socioeconômicas de países periféricos. Esta temática, que perpassa as discussões sobre meio ambiente, se tornou o cerne das questões e conflitos que envolvem as políticas públicas de desenvolvimento e conservação da natureza no Brasil.

É com este olhar que a presente dissertação busca ultrapassar as discussões de exclusão social e refletir sobre formas possíveis de inclusão social articuladas ao turismo, neste caso específico, na gestão de parques nacionais, com base nas transformações, em curso, que ocorrem nos níveis da gestão do Parque Nacional da Tijuca, a partir de seu Conselho consultivo e Plano de Manejo.

3. PARQUES NACIONAIS: CONTEXTO, GESTÃO E TURISMO COMO ALTERNATIVA

3.1 REFLETINDO SOBRE CONTEXTO E HISTÓRICO DE PARQUES NACIONAIS

Parques nacionais tipificam a categoria de manejo de áreas protegidas mais divulgada, em todo o mundo. Representam a primeira categoria de áreas protegidas, segundo a concepção moderna de proteção da natureza.

Áreas protegidas são áreas naturais que, regidas e gerenciadas através de instrumentos legais específicos, encontram-se vinculadas aos governos de cada país. As áreas naturais protegidas têm sido definidas como:

... áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos (UICN,1994).

Adotadas por diversos países como dispositivos de proteção da natureza, atualmente, compreendem um total de 100.000 áreas reconhecidas pela 13ª edição da Lista de Áreas Protegidas das Nações Unidas (CHAPE *et al*, 2003) representando 12,65% da superfície da Terra (UICN, 2005)²⁰, uma área equivalente aos territórios da China, Sul e Sudeste Asiático, combinados. Considerando objetivos e manejo específicos, a UICN classificou as áreas protegidas nas seguintes categorias, adotadas internacionalmente:

1. Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre
2. Parque Nacional
3. Monumento Natural
4. Área de Manejo de Habitat/Espécies
5. Paisagem terrestre e marinha protegidas

²⁰ Este total certamente já foi ampliado e um quantitativo atualizado será divulgado no Congresso Mundial da UICN, em outubro de 2008.

6. Áreas Protegidas com Recursos Manejados

No contexto global de proteção da biodiversidade, estas áreas protegidas constituem importantes estratégias para a conservação da biodiversidade em escala local, regional e global. Nesse sentido, funcionam como reguladoras do micro-clima local e das condições climáticas globais, assim como na manutenção de fontes de água doce e recursos pesqueiros.

Além dos chamados serviços ambientais, as áreas protegidas compõem o patrimônio e a herança cultural, em nível regional e global, possibilitando, ainda, a promoção da amizade e da paz em territórios transfronteiriços — conhecidos como *Peace Parks*²¹.

Assim, atualmente as áreas naturais protegidas são interpretadas como uma das mais importantes estratégias para a conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos que regem os ecossistemas (UICN, 2003; MILANO, 2004; BENSUSAN, 2006).

Entretanto, apesar de sua importância estratégica para a conservação da natureza e de sua grande expansão nos últimos anos, desde a 1ª edição da Lista de Áreas Protegidas das Nações Unidas (CHAPE *et al*, 2003) — que em 1962 contava com apenas mil áreas protegidas em todo o planeta —, a rede mundial de áreas naturais protegidas tem ainda muitas lacunas. Além disso, as áreas protegidas não cobrem satisfatoriamente regiões de alto endemismo, vulnerabilidade quanto à perda de habitat (RODRIGUES *et al*, 2004) e elevada pressão sobre os recursos

²¹ Como, por exemplo, o parque Kavango-Zambezi (KAZA) é uma área natural protegida transfronteiriça de aproximadamente 287 132 km² situada nas áreas de convergência entre as fronteiras da Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

naturais, como no caso das zonas de floresta tropical e as áreas marinhas, que ainda se encontram sub-representadas no sistema²² (CHAPE *et al*, 2003).

Ainda assim, os dispositivos de proteção de áreas naturais têm sido utilizados por diversas sociedades, variando, contudo, quanto ao conceito e objetivos. Desse modo, as áreas naturais protegidas assumiram diferentes significados ao longo da história da humanidade. Legitimada por tabus, mitos, ritos, normas legais ou outros instrumentos de controle social, a idéia de proteção de espaços naturais reflete pensamentos e preocupações das diferentes sociedades humanas, exercendo variadas funções, entre as quais, mecanismo para a manutenção de estoques de recursos naturais estratégicos, proteção de refúgios de caça, conservação de fontes de recursos hídricos, do pescado e/ou como santuários²³. (MILANO, 2006; DAVENPORT E RAO, *apud* ZIMMERMANN, 2006). Nesse sentido, Irving (2002) ressalta que:

A idéia de proteção da natureza não é recente, e existem mesmo indicações de reservas naturais criadas antes de Cristo, na China, no século XVIII, próximo à Veneza, santuários na Idade Média e na Renascença, ou ainda iniciativas no México Pré-Hispânico e em diversas localidades da Europa, anteriormente aos tempos modernos.(IRVING, 2002, pg. 52).

Áreas naturais protegidas, portanto, não são exclusividade da atualidade. São artefatos culturais que traduzem interesses e preocupações de seu tempo. Nesse sentido, o conceito moderno de áreas protegidas, difundido e utilizado mundialmente, surge a partir do século XIX, como resposta ao crescimento da urbanização, da expansão da industrialização e a conseqüente degradação dos

²² As áreas protegidas marinhas correspondem a pouco mais de 1/10 dos 18 milhões de km² de áreas protegidas no mundo, representando 0,5% dos oceanos (CHAPE *et al*, *op cit*, 2003).

²³ O Santuário de Mihintale, no Sri-Lanka, estabelecido em 250 à 300 A.C é reconhecido como o primeiro santuário da vida selvagem.

espaços naturais e da qualidade de vida nas cidades, em consequência da Revolução Industrial.

Em meio a esse contexto surgiram movimentos ambientalistas pela preservação e conservação da natureza, ambos legitimados e reforçados pelo pensamento técnico-científico em ascensão das ciências naturais, sobretudo da Biologia. Assim, baseado na idealização romântica que inspira uma nostalgia do homem²⁴ urbano perante os espaços naturais, no sentido de um “retorno à natureza” (CAMARGO, 2003), as áreas protegidas passaram a ser percebidas como espaços possíveis para o refazimento das pressões urbanas e para apreciação estética. Seriam “enclaves de natureza” no interior da industrialização e urbanização do território moderno. Nesse sentido, a criação de parques nacionais foi a materialização do conceito moderno de áreas protegidas.

O Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos, foi, oficialmente, a primeira área protegida a utilizar a nomenclatura “parque nacional” e é mundialmente reconhecido como primeiro parque nacional, embora a área do Parque Nacional de Yosemite, criado em 1890, também nos Estados Unidos, já fosse considerada como um bem público inalienável pelo governo americano, desde 1864 (U.S. NATIONAL PARK SERVICE, 2004).

A criação do Parque Nacional de Yellowstone, desse modo, foi uma conquista do movimento preservacionista norte-americano, fundamentada no conceito de *wilderness*, segundo o qual:

Wilderness, ao contrário das áreas nas quais o homem domina a paisagem, é reconhecida como uma área de terra e sua comunidade biótica, na qual o homem não permanece, é um visitante²⁵ (WILDERNESS ACT, 1964)

²⁴ Para o maior dos filósofos românticos, Friedrich Wilhelm von Schelling (1775-1854), a natureza inteira, tanto no homem quanto na fauna e flora, eram a expressão visível de Deus. O movimento filosófico do Romantismo expressava, assim, "sentimento", "misticismo", "anseio", "natureza", "introversão".

²⁵ Livre tradução da autora do texto original “The Wilderness Act” (USA Government, 1964).

O conceito de “*wilderness*” teve origem na França, mas se materializou nos Estados Unidos, com a ajuda do naturalista escocês John Muir (1838-1914), defensor do preservacionismo (DIEGUES, 2001). Baseados na noção de “*wilderness*”, os objetivos que levaram à criação dos parques nacionais foram, principalmente, a preservação de atributos cênicos da paisagem e o potencial para atividades de lazer, para populações urbanas, em espaços naturais. E, além destes, a necessidade de integrar as estratégias de ocupação territorial em expansão no oeste americano, via implantação de ferrovias na costa do Pacífico.

A criação de parques nacionais foi também incentivada pelo governo americano, como coadjuvante na construção de uma identidade nacional, funcionando como um “equivalente” aos monumentos arquitetônicos da Europa, através da instituição de “monumentos naturais”, que se constituíram como parte do patrimônio cultural daquela nação (LEITE, 2004). Estes fatos poderiam explicar, por exemplo, a forte identificação americana com seus Parques Nacionais, até hoje. Nesse sentido, Junqueira, citando Nash (1967), salienta que:

O *wilderness* é considerado um dos elementos básicos da construção da identidade e do nacionalismo norte-americanos. Segundo Roderick Nash, da matéria-prima do *wilderness* físico os norte-americanos construíram sua cultura, conferindo-lhe identidade e significado desde os primeiros colonos. (NASH, *apud* JUNQUEIRA, 2001).

Paradoxalmente, entretanto, as localidades escolhidas para o estabelecimento dos primeiros parques nacionais estavam longe de serem vazios demográficos abrigando uma “natureza selvagem”. Ao contrário, eram territórios habitados por diversos grupos indígenas, como os Crow, Blackfeet, Shoshone-Bannock (KEMF *apud* DIEGUES, 2001^a; JUNQUEIRA, 2001) e Sioux, que conviviam há cerca de 11 mil anos no local (YELLOWSTONE NATIONAL PARK, 2006), em

franca interação com os ciclos naturais. Portanto, os chamados refúgios de vida natural selvagem (*wilderness*), vinham sendo manejados por esses grupos humanos, ao longo do tempo, através de práticas sustentáveis, tornando-os, portanto, agentes da conservação dessas áreas.

No século XX o conceito de “wilderness”, já totalmente incorporado ao ideário norte-americano, foi institucionalizado pelo então presidente Lyndon Johnson, quando este instituiu o “*Wilderness Act*” (1964), por ocasião da criação do *National Wilderness Preservation System*. Este órgão governamental tem a função de administrar parte das áreas naturais protegidas norte-americanas consideradas como “*wilderness*”, ou seja, que podem abranger refúgios de vida silvestre, florestas e parques nacionais (WILDERNESS SOCIETY, 1990), dependendo do tipo de manejo destas áreas. Assim, nem todos os parques nacionais norte-americanos são representantes do conceito de “wilderness”. Mais da metade dos parques nacionais dos Estados Unidos engloba, atualmente, territórios considerados “*wilderness*”. Entretanto, apenas 4,74% da área total destes parques encontra-se protegida como “*wilderness area*”, sendo que mais da metade está localizada no Alaska (WILDERNESS.NET, 2007).

Desse modo, o conceito preservacionista de proteção de espaços naturais, resguardados da interferência humana, adotado na criação de parques nacionais nos Estados Unidos, seguiu influenciando a criação de áreas protegidas em todo o mundo, ao longo do século XIX. No entanto, ao circunscrever a história da humanidade à cultura ocidental moderna, a questão das áreas naturais protegidas foi reduzida “... como se a história humana representasse um movimento de destruição progressiva do ambiente físico” (GIDDENS, 1997). Esta percepção do homem como explorador e predador da natureza, por ser etnocêntrica, não

considera a relação sociedade-natureza em outras culturas, ignorando as práticas de manejo de inúmeros povos que, na periferia da cultura ocidental, efetivamente preservaram grandes áreas ao longo do tempo, utilizando práticas sustentáveis. Nesse sentido, Irving e Mattos (2006), destacam que os parques nacionais “... têm reconhecimento e distribuição internacional e tipificam, como nenhuma outra [...] a cisão sociedade-natureza, característicos nas sociedades modernas.” (IRVING e MATTOS, 2006).

Na Europa, o conceito de parques nacionais teve de ser adaptado às especificidades de escala e condições ambientais dos territórios, que apresentavam, então, perdas significativas dos recursos e espaços naturais originais. Ao mesmo tempo em que a urbanização e a industrialização crescentes pressionavam os remanescentes de beleza cênica natural, existiam poucas áreas passíveis de desapropriação visando à sua transformação em domínio público. Na França, por exemplo, apenas no século XX foram adotadas estratégias de uso e manejo de espaços naturais considerados significativos para a proteção, categorizados como Parques Naturais, tais como La Vanoise (1963); Pyrenees (1967) e Port-Cros (1970).

No Brasil, “a instituição de áreas protegidas [...] pelo ou com o aval do Estado, foi um fenômeno típico do período republicano” (MEDEIROS, *et al*, 2006). Entretanto, ainda no século XIX, foram registradas as primeiras propostas para a criação de áreas naturais protegidas no Brasil, com foco na preservação dos recursos naturais, como no caso da Floresta da Tijuca.

Visando conter o desmatamento e acabar com as queimadas que degradavam os rios em nível nacional, André Rebouças (1843-1898) inspirado no modelo americano de parques nacionais, propôs, em 1876, a criação de parques

nacionais na Ilha do Bananal (no atual estado de Tocantins), nas quedas do Iguaçu (PR) e Sete Quedas (PR), e nos rios Araguaia (MT) e Paraná (PR) (KINKER, 2002).

No entanto, as propostas para a criação de parques nacionais no Brasil, se concretizariam, muito tempo depois, tanto devido ao processo de industrialização tardia, quanto à resistência das elites patrimonialistas, que reforçavam a manutenção da posse privada da terra em todo território nacional.

Os parques nacionais no Brasil, assim como em várias partes do mundo, foram criados a partir da adoção do modelo preservacionista norte-americano, considerando a noção de “*wilderness*”, segundo a qual os grupos humanos seriam visitantes. No entanto, segundo Medeiros e colaboradores (2006), o arcabouço da proteção e conservação de áreas protegidas no Brasil, não se resume ao modelo norte-americano, mas incorpora a este, outros fatores, tais como:

- A lógica da conservação e uso, com participação da sociedade civil, paralela à lógica da preservação;
- A preservação – conservação como instrumento geopolítico;
- A necessidade de se adequar o sistema de áreas protegidas à dimensão continental, pluri-cultural e megadiversa do Brasil. (MEDEIROS, *et al*, 2006)

Assim, a partir da instituição do Código Florestal Brasileiro (1934) foram criadas as primeiras áreas naturais protegidas, representando objetivos e manejos distintos. As Florestas Nacionais, voltadas para o uso direto dos recursos naturais e os Parques Nacionais, visando seu uso indireto.

Em 1937, Getúlio Vargas cria o Parque Nacional de Itatiaia (Decreto nº 1.713), no Estado do Rio de Janeiro, em uma área de 12 mil hectares (ampliada para 30 mil hectares em 1988) que, desde 1914, abrigava a Estação Biológica de

Itatiaia, servindo de campo de pesquisas para geólogos e botânicos. Seu decreto de criação utiliza o modelo americano biologicista, com ênfase no uso pelas populações urbanas e a valorização da beleza cênica. E enfatiza a necessidade de conservar perpetuamente a natureza:

... no seu aspecto primitivo e atender às necessidades de ordem científica... e também às de ordem turística, que se apresentam em condições de fazer do Parque um centro de atração para viajantes, assim nacionais como estrangeiros. (BRASIL, Decreto 1.713/37)

Atualmente existem sessenta e dois (62) parques nacionais em território brasileiro, cujas informações gerais, tais como localização, ano e decreto de criação, área em hectares e bioma²⁶, foram listadas em um *Quadro Síntese dos Parques Nacionais Brasileiros* (Anexo 1).

A criação de parques nacionais no Brasil, embora tenha se dado de modo descontínuo, teve importantes desdobramentos em relação às políticas públicas de conservação da natureza. Nesse sentido, Irving *et al* (2006) consideram que:

Se a evolução cronológica no processo de criação de parques nacionais refletiu descontinuidades políticas, em termos de prioridades estabelecidas para a proteção da natureza no país, houve progressivamente, no contexto nacional, uma agregação de parcelas do território dirigidas à conservação dos recursos renováveis (expressas em parques nacionais) e uma internalização desse compromisso em políticas públicas. (IRVING, *et al*, 2006)

Paralelamente aos processos de democratização, participação social e exercício de cidadania no Brasil, os processos de gestão dos parques nacionais brasileiros vêm sendo rediscutidos, atualmente.

²⁶ O IBAMA considera como representante de bioma, uma área que compreende 20% ou mais da superfície do parque.

3.2 A GESTÃO DE PARQUES NACIONAIS NO BRASIL: CAMINHOS E DESAFIOS

A perspectiva preservacionista influenciou a criação e gestão dos parques nacionais e as políticas públicas dirigidas aos mesmos, repercutindo nos grupos humanos instalados previamente em seu interior e em seu entorno. Assim, as populações locais foram historicamente alijadas dos processos de criação, implementação e gestão destas áreas. A exclusão e a desigualdade social foram, deste modo, reforçadas neste processo. Na prática, estas áreas protegidas não apenas sofrem influências de diversos grupos sociais (comunidades tradicionais, agricultores, administração, políticas, etc.) como os influenciam também.

Nesse sentido, Diegues (2000) ressalta que a biodiversidade não é apenas uma produção da ação das sociedades, mas principalmente das sociedades tradicionais não industriais.

A Convenção para a Diversidade Biológica – CDB (1992) traz à tona a questão dos benefícios advindos do etnoconhecimento e da necessidade de uma redistribuição justa e eqüitativa para as comunidades que o disponibilizaram e que, através de práticas de manejo sustentáveis, contribuem para a conservação da biodiversidade.

A partir da CDB (1992), portanto, uma ênfase quanto à participação social vem sendo cada vez mais incorporada aos objetivos das políticas públicas para conservação da natureza no Brasil. Além disso, o paradigma da dissociação homem-natureza no tocante a criação e gestão de áreas protegidas tem sido questionado, principalmente em países periféricos, onde uma grande parcela da população mantém vínculos sócio-econômicos e culturais a partir de inter-relações

com os ciclos naturais (DIEGUES, 2000; DIEGUES e ARRUDA, 2001; ESCOBAR, 2003;).

No caso brasileiro, a sustentabilidade socioambiental em áreas protegidas e seu entorno se constitui em questão estratégica para a conservação da biodiversidade, para a qualidade de vida e para o desenvolvimento humano, aqui incluindo o turismo como um mecanismo potencial para a inclusão social.

Já anteriormente, a própria Constituição Federal de 1988 foi um marco no tratamento desta questão, pois definiu o ambiente natural equilibrado como um direito do cidadão e sua defesa como uma responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade civil, ao afirmar que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000) estabeleceu normas e critérios para a criação e gestão de unidades de conservação no Brasil. E, de uma perspectiva histórica, a instituição do SNUC — após anos de negociação entre conservacionistas e socioambientalistas — representou uma tendência na ênfase dos processos de participação e controle social propostos pela Constituição Federal e pela CDB.

Os Parques Nacionais, assim como as Reservas Biológicas, as Estações Ecológicas e os Refúgios da Vida Silvestre compõem a tipologia de Unidades de Proteção Integral²⁷, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais (aqueles que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos

²⁷ “O objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.” (Lei nº 9985/2000, Cap. III, Art. 7º, § 1º)

naturais). Esta tipologia não permite o estabelecimento de grupos humanos em seu interior. Nessa perspectiva, os objetivos básicos dos parques nacionais são:

... [a] preservação de ecossistema naturais de grande relevância ecológica e beleza, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei do SNUC, Art.11, 2000)

Os parques nacionais têm, ainda, objetivos específicos de preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica. Neste sentido, das atividades previstas para as unidades de conservação de proteção integral, o turismo se constitui em uma opção que poderia trazer benefícios econômicos às populações do entorno, desde que planejado em bases sustentáveis, como as apresentadas pelo conceito de turismo inclusivo. Entretanto, são diversos os desafios ao desenvolvimento do turismo em parques nacionais brasileiros.

A instituição do SNUC (BRASIL, 2000 e 2002) estabeleceu o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo como instrumentos básicos para a gestão de parques nacionais no Brasil. Segundo o SNUC, somente após a elaboração do Plano de Manejo, os parques nacionais estariam aptos a desenvolver a visitação e o turismo em seu interior. Até que o Plano de Manejo seja elaborado fica estabelecido que:

... todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger (BRASIL, SNUC, Art.27, Parágrafo Único, 2000)

Isto significa que, em tese, as unidades de proteção integral que não possuem Plano de Manejo não poderiam estar abertas à visitação. Nesse caso, a abertura para a visitação pode acontecer, entre outros motivos, por falta de fiscalização. No entanto, esse tipo de visitação, sem controle e planejamento adequados, acaba se tornando prejudicial para os objetivos da conservação da

biodiversidade e do patrimônio natural. Além disso, o turista, alheio às dinâmicas de gestão, muitas vezes encontra uma situação de carência de infra-estrutura, de segurança, sinalização e informações adequadas essenciais para a experiência turística.

Sobre este importante instrumento de gestão, a ótica de Irving *et al* (2006) revela que dos 55 parques nacionais brasileiros estabelecidos até 2006, apenas 22 contavam com planos de manejo e, mesmo assim, muitos se apresentavam superficiais, defasados e/ou obsoletos, tendo sido elaborados há mais de 20 anos.

É importante ainda enfatizar que o contexto dos parques nacionais brasileiros ilustra as especificidades de cada caso e as complexidades nas quais estes se inserem. Quase sempre se encontram associados a problemas fundiários, conflitos com áreas indígenas, exploração ilegal de recursos naturais em seu interior, entre outros.

Os conflitos associados a parques nacionais, não apenas comprometem a dinâmica dos grupos humanos e do ambiente natural, mas resultam muitas vezes em situações de difícil equacionamento, como as invasões no Visunga National Park, causadas pela guerra civil em Ruanda (1994-1998), a invasão do Parque Nacional de Foz do Iguaçu (PR) em 2003, ou conflitos crônicos inerentes às pressões urbanas no entorno do Parque Nacional da Tijuca (RJ), apenas para citar alguns exemplos.

A criação e a expansão de áreas naturais protegidas, desse modo, tem provocado, em muitos casos, a marginalização e a exclusão de grupos humanos. O agravamento dos conflitos sociais, tem sido (re)produzidos processos de degradação social, desenraizamento social, em geral seguidos de êxodo rural o que,

em última análise, contraria os objetivos iniciais de conservação da biodiversidade.

Além disso, Silva (2004) chama atenção para o fato de que:

... populações humanas sujeitas a intensas pressões ecológicas e econômicas, e com altos níveis de tensão biossocial estarão sujeitas a desenvolver relações antagônicas com as áreas protegidas, que podem ser vistas por elas como um impedimento ao seu desenvolvimento. (SILVA, 2004)

Além do plano de manejo, outra importante instância de gestão dos parques nacionais estabelecida pelo SNUC (BRASIL, 2000) são os Conselhos consultivos. Estes se configuram, em tese, em espaços de participação e controle social, reforçando as bases da Constituição Federal (BRASIL, 1988) em relação ao ambiente natural. A composição dos conselhos de unidades de conservação deve refletir o contexto social no qual estas se inserem. Nesse sentido, no Capítulo 5 do Decreto 4.340, que regulamenta o SNUC (BRASIL, 2002), está previsto que em relação aos conselhos:

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas.

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais (BRASIL, 2002).

Ainda assim, a pesquisa de Irving e colaboradores (2006) revela que dos 55 parques nacionais analisados então, apenas 20 possuíam Conselhos instalados (IRVING *et al*, 2006). Entretanto, alguns destes foram instalados apenas como forma de cumprir as determinações da Lei e não traduziam, à época, as inter-relações complexas dos parques com seu entorno e, nesses casos, a gestão permanecia centralizada no órgão gestor da unidade. Esse contexto tem contribuído historicamente para o distanciamento da população em relação aos problemas e desafios para a conservação da biodiversidade e, portanto, do processo de gestão.

É importante enfatizar que a instalação de Conselhos assim como a gestão participativa das áreas protegidas representam estratégias relativamente recentes em políticas públicas de proteção da natureza. Da mesma maneira que a participação social está diretamente ligada à efetividade das formulações e ações ambientais (MMA, 2004). Isso quer dizer que se deseja que o Conselho funcione, de fato, como:

... um espaço de discussão e negociação dos problemas e conflitos socioambientais, [...] [e permita a] expressão plural das diversas racionalidades [e subjetividades] e dos interesses dos diversos atores sociais envolvidos...(MMA, 2004).

Assim como o Conselho representa um importante instrumento de gestão e espaço de participação social, o turismo, se incorporado efetivamente à gestão de parques nacionais, além de gerar benefícios econômicos decorrentes de seu desenvolvimento, pode também, em tese, contribuir para a potencialização da eficiência da gestão, considerando as relações do parque com o entorno e a inclusão social das populações locais, a partir do desenvolvimento de alternativas

econômicas sustentáveis de baixo impacto ambiental, em parceria com a administração dos parques.

Nesse sentido, o turismo inclusivo pode representar um meio de promoção de inclusão social, a partir de projetos que privilegiem a mão-de-obra local, seus saberes tradicionais, a preservação dos valores culturais e a valorização dos atores sociais. Pode funcionar também como propulsor da economia local, uma vez que tende a potencializar várias outras atividades econômicas e sócio-culturais, desde infra-estrutura básica até a valorização da cultura popular.

Desse modo, o turismo, sob essa perspectiva de sustentabilidade, pode se transformar em veículo de mobilização social, a partir da elaboração de projetos integrados e coletivos, que promovam a participação social, a educação ambiental, a valorização do patrimônio natural e cultural, a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais renováveis, em geral. Além disso, o turismo inclusivo, internalizado na gestão de parques nacionais, se constitui em uma alternativa possível para a equidade social, fundamentada em laços sociais solidários, visando à inclusão social.

Nesse caso, os parques nacionais poderiam realmente gerar benefícios com relação aos três objetivos fundamentais da Convenção da Diversidade Biológica: a conservação *in situ*, o uso sustentável da diversidade biológica e o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios advindos dos recursos genéticos (CDB, Art.8, 1992).

Da mesma maneira, o Acordo de Durban recomenda a adoção de uma *gestão de paisagens* (UICN, 2003), que considere a conservação da biodiversidade em um contexto mais amplo, envolvendo tanto os ecossistemas circundantes, quanto as paisagens culturais, enfatizando ainda a importância de processos participativos que

incluam todos os diversos atores interessados (UICN, *op cit*, 2003) na gestão destas áreas, por estarem a elas relacionados de alguma maneira, direta ou indiretamente.

Nesse sentido:

... a participação da sociedade na gestão constitui elemento central para a sustentabilidade das áreas protegidas e, conseqüentemente, para a conservação da biodiversidade e do patrimônio natural, em termos globais.(IRVING, *et al*, 2006)

Na tentativa de conjugar as reflexões teóricas e o que acontece de fato nos parques nacionais, a presente dissertação busca analisar as potencialidades do turismo em parques nacionais e avaliar de que forma este tema pode emergir, num cenário futuro, numa lógica de integração de políticas públicas de turismo e conservação da biodiversidade, a partir da leitura da gestão do Parque Nacional da Tijuca.

No entanto, as temáticas relativas ao turismo em parques nacionais brasileiros consistem ainda em um potencial a ser desenvolvido. A carência e mesmo a ausência de instrumentos de gestão e normatização dos usos e visitação dos parques (como planos de manejo, zoneamentos, planos de uso turístico, entre outros) dificultam o desenvolvimento deste potencial. As limitações ao seu desenvolvimento se estendem à falta de investimentos em infra-estrutura para visitação, sinalização deficitária e também pela falta de contingentes que atuem na fiscalização e segurança, assim como em projetos para a qualificação específica necessária dos recursos humanos envolvidos. Como conseqüência, o cenário da visitação e turismo em parques nacionais no Brasil é incipiente. Atualmente, do total dos 62 parques nacionais brasileiros, apenas 19 estão abertos à visitação (ZIMMERMANN, 2007), sendo que, em 2006, metade do fluxo total de visitantes se concentrou nos dois mais visitados do país: Parque Nacional do Iguaçu (PR) e o Parque Nacional da Tijuca (RJ).

4. CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

Para subsidiar o desenvolvimento da presente pesquisa, foram desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo com base na observação participante; sistematização e análise das informações obtidas.

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre Turismo baseada, principalmente, em Fuster (1971), para o qual o turismo surge como um amálgama de ***fenômenos e relações produzidas em consequência das viagens*** gerando “... ***efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptora...***”(FUSTER, 1971). A pesquisa bibliográfica se baseou nas temáticas da exclusão e inclusão social de Martins (2003), Sachs (2004) e Campos (2005), utilizados como principais eixos teóricos para a abordagem do tema selecionado. O tema dos parques nacionais e os desafios para a gestão foi abordado, principalmente, com base em Diegues (1996; 2000; 2001), SNUC (BRASIL, 2000; 2002), UICN (2003; 2004; 2005) e Irving (2002; 2006).

Nesta pesquisa foram consultadas publicações nacionais e internacionais sobre as temáticas acima, tais como artigos, periódicos, teses e dissertações, anais de congressos, livros e sítios virtuais.

4.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Em uma segunda etapa, foi realizada uma pesquisa documental tendo por base a articulação entre políticas públicas vinculadas ao turismo e à gestão da biodiversidade, com foco em parques nacionais, no Brasil. A escolha dos

documentos para análise se baseou em sua relevância como norteadores na gestão de parques nacionais brasileiros e, no caso das políticas públicas de turismo, devido à sua abrangência nacional aliada à vinculação ao tema da preservação da natureza. Articulados, o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002)** e o **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006)** foram fundamentais para a análise no que se refere aos temas da proteção da natureza e, especificamente, à gestão dos parques nacionais brasileiros.

Ainda que não tenham se consolidado como marcos de políticas públicas para o turismo brasileiro, as **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994)** e o **Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo” (MTUR, 2004)** foram selecionados nesta metodologia devido ao entendimento de que estes, em tese, se constituem em textos de base para políticas públicas que articulam diretamente turismo com o tema da proteção da natureza. Além destes, foram analisados o **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**²⁸ (MTUR, 2003), e o documento **Turismo no Brasil 2007/2010** (MTUR, 2007) por estes se tratarem de documentos fundamentais para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas de turismo no Brasil.

O foco desta dissertação se dirigiu à problematização do turismo em seu potencial de internalização nos processos de gestão do Parque Nacional da Tijuca. Por conseguinte, foram analisados, ainda, os seguintes documentos: **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca (1981)** e **Plano de Manejo - Encarte IV (2007; no prelo)**²⁹ relacionado ao Uso Público e Turismo.

²⁸ A pesquisa estava em fase de consolidação quando foi lançado o documento *Plano Nacional do Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão*, impossibilitando sua incorporação na análise.

²⁹ O Encarte IV – Planejamento foi gentilmente cedido pela equipe técnica do Parque Nacional da Tijuca para esta pesquisa e faz parte de seu novo Plano de Manejo, que está sendo revisto e atualizado. As informações que

4.3 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo visou promover a articulação entre o referencial teórico e o material documental inventariado nas pesquisas bibliográfica e documental, ao cenário das práticas de gestão de parques nacionais, com foco no caso estudado, o Parque Nacional da Tijuca (RJ).

Desse modo, a ida a campo se tornou uma oportunidade única de, como pesquisadora do IBASE³⁰, exercitar a observação participante (MINAYO, 2003), durante todo o processo de formação, reestruturação e capacitação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, no âmbito do *Projeto Água em Unidade de Conservação – Projeto Piloto para a Mata Atlântica – Parque Nacional da Tijuca*. A observação de campo compreendeu um período de dois anos. Iniciando-se em março de 2005 e concluído em março de 2007.

A opção pela observação participante se deveu, também, a esta ser uma estratégia de obtenção de dados em pesquisa qualitativa (MINAYO, 2003), uma vez que a mesma pode ser considerada como:

... um processo, pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica... Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto. (SCHWARTZ & SCHWARTZ, in MINAYO, 2003)

A observação participante, que possibilita a imersão do pesquisador como parte do objeto pesquisado, foi fundamental no processo, pois a pesquisa pôde ser

ele contém são restritas ao Parque e não podem ser divulgadas sem autorização. O Plano de Manejo é um documento constituído por seis encartes. Encarte I: contextualização internacional (quando couber), federal e estadual; Encarte II: análise regional; Encarte III: a Unidade de Conservação (aspectos bióticos, abióticos, fatores antrópicos, culturais e institucionais); Encarte IV: Planejamento (aborda a estratégia de manejo da unidade de conservação e seu relacionamento com o entorno); Encarte V: Projetos Específicos; Encarte VI: Monitoria e Avaliação (IBAMA, 2002).

³⁰ O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE é uma organização não-governamental. Seu papel tem sido apoiar e fortalecer o exercício da cidadania, da democratização do país e da participação social. A autora da presente pesquisa participou do Projeto *Água em Unidade de Conservação* como pesquisadora-bolsista do IBASE na construção participativa do Conselho do Parque Nacional da Tijuca.

desenvolvida a partir das inquietações emergentes das dinâmicas relacionadas às mudanças nos processos de gestão do Parque Nacional da Tijuca (RJ). Através desta técnica de pesquisa foi possível experienciar, como ator/pesquisador, os processos de construção participativa de alguns instrumentos de gestão do Parque, o que permitiu uma abordagem singular sobre o tema estudado.

Mesmo com o término do projeto de implementação do Conselho foi possível dar continuidade à observação participante na etapa de sua consolidação e operacionalização, através, principalmente, de participação em reuniões plenárias e reuniões da Câmara Técnica de Turismo e, também, no acompanhamento de discussões virtuais do Conselho consultivo do PNT e reuniões da Câmara Técnica de Turismo, até a presente data.

4.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS

A terceira etapa metodológica foi a análise das informações obtidas, a partir da bibliografia consultada, documentos e instrumentos de gestão do Parque Nacional da Tijuca (RJ), mencionados anteriormente. A análise se baseou nas seguintes etapas:

a) Leitura e interpretação de documentos de políticas públicas de turismo e proteção da natureza;

b) Leitura e interpretação dos instrumentos de manejo do Parque Nacional da Tijuca (Plano de Manejo e Conselho consultivo).

Além disso, a análise também considerou as reflexões surgidas durante o desenvolvimento da observação participante em todo o processo de mobilização de atores estratégicos e formação do Conselho do PNT (2005-2007).

Para a análise dos dados foi utilizada uma adaptação de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1997), é constituída por três fases:

- a) Pré-análise: esta fase se constitui na escolha dos documentos a serem analisados, na formulação das questões, na formulação dos objetivos e na elaboração de índices (não necessariamente nesta ordem).
- b) Exploração do material
- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A análise dos documentos partiu da definição e desenvolvimento de temas-chave capazes de permitir a identificação de caminhos, diretrizes e ações que possam ser utilizadas como bases para internalização do turismo inclusivo nos processos de gestão de parques nacionais. Estes temas-chave foram extraídos, inicialmente, da conceituação teórica do termo *turismo inclusivo* (IVT, 2004) e, em seguida, desenvolvidos com base no referencial teórico de inclusão adotado na pesquisa.

A presença, ausência e freqüência dessas temáticas nos documentos analisados contribuíram para fundamentar a interpretação dos dados (BARDIN, 1997). Os temas-chave selecionados são descritos a seguir:

A) Afirmação da Identidade Local: neste tema são consideradas diretrizes e ações que reforcem a identidade e a cultura local, representadas pelo patrimônio lingüístico, religioso, artístico e demais manifestações e tradições culturais, assim como o *modus vivendi* particular das comunidades receptoras quanto ao trabalho, esporte, festas, relações sociais, etc. E

ainda, diretrizes e ações relacionadas às necessidades e propostas locais para o desenvolvimento do turismo.

B) Geração de Trabalho e Renda: são consideradas iniciativas que promovam, além de geração de trabalho e renda, a democratização de oportunidades, a inclusão social pelo trabalho, a redistribuição equitativa dos benefícios advindos do turismo e o desenvolvimento socioeconômico, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras. Este tema pode ser identificado, também, em diretrizes e ações que promovam a autonomia, a economia solidária, os arranjos produtivos locais e o associativismo.

C) Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural: este tema se refere às diretrizes e ações que promovam a compreensão e a valorização dos aspectos do patrimônio material e imaterial das comunidades receptoras através da “educação formal e não-formal, assim como a capacitação, atualização e especialização em turismo, via rede pública ou privada” (IVT, 2004) dos atores dos processos de desenvolvimento do turismo, incentivando sua co-responsabilidade na conservação do patrimônio integral brasileiro.

D) Mobilização e Participação dos Atores Sociais: o tema envolve diretrizes e ações que promovam a co-participação das comunidades receptoras e

dos atores estratégicos no planejamento e gestão do turismo, bem como a identificação de espaços de participação e promoção do diálogo social. E ainda, o exercício da cidadania, o controle social e a concertação democrática dos conflitos socioambientais, com foco no turismo.

5. PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: UM ESTUDO DE CASO

5.1 LOCALIZAÇÃO

O Parque Nacional da Tijuca está localizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), na região sudeste do Brasil (Figura 1), em uma área de relevo acidentado, vinculado ao sistema da Serra do Mar, o que confere características ímpares à sua paisagem, originariamente recoberta pela mata atlântica. Está localizado na região oriental do município do Rio de Janeiro e, em sua inserção na malha urbana, estabelece fronteiras com os bairros da Tijuca, Botafogo, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Méier, Grajaú, Vila Isabel, Rio Comprido, Alto da Boa Vista, Sumaré, Silvestre, Santa Teresa, Cosme Velho e Laranjeiras (Figura 2).

A área do Parque Nacional da Tijuca abrange a parte média superior do Maciço da Tijuca, uma formação geológica constituída por conjuntos de serras e montanhas: as Serras dos Três Rios, a Serra da Carioca, e a Serra dos Pretos-Forros. É o segundo menor parque nacional do Brasil³¹ e possui, atualmente, uma área total de 3.953 ha (IBAMA, 2007) em uma superfície física não contínua, dividida entre quatro setores: Setor A, que compreende a Floresta da Tijuca; o Setor B compreende a Serra da Carioca e o Morro do Corcovado, tendo incorporado a área do Parque Lage em 2004; o Setor C abrange a área da Pedra Bonita, Agulhinha da Gávea e a Pedra da Gávea; e o Setor D, também incorporado em 2004, que compreende a Serra dos Pretos-Forros e Covanca.

³¹ O Parque Nacional de Ubajara (CE) é o menor Parque Nacional brasileiro, com uma área total de 5,63 km².

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
FEDERAIS DO BRASIL

Parque Nacional da Tijuca

- Localização no Brasil -

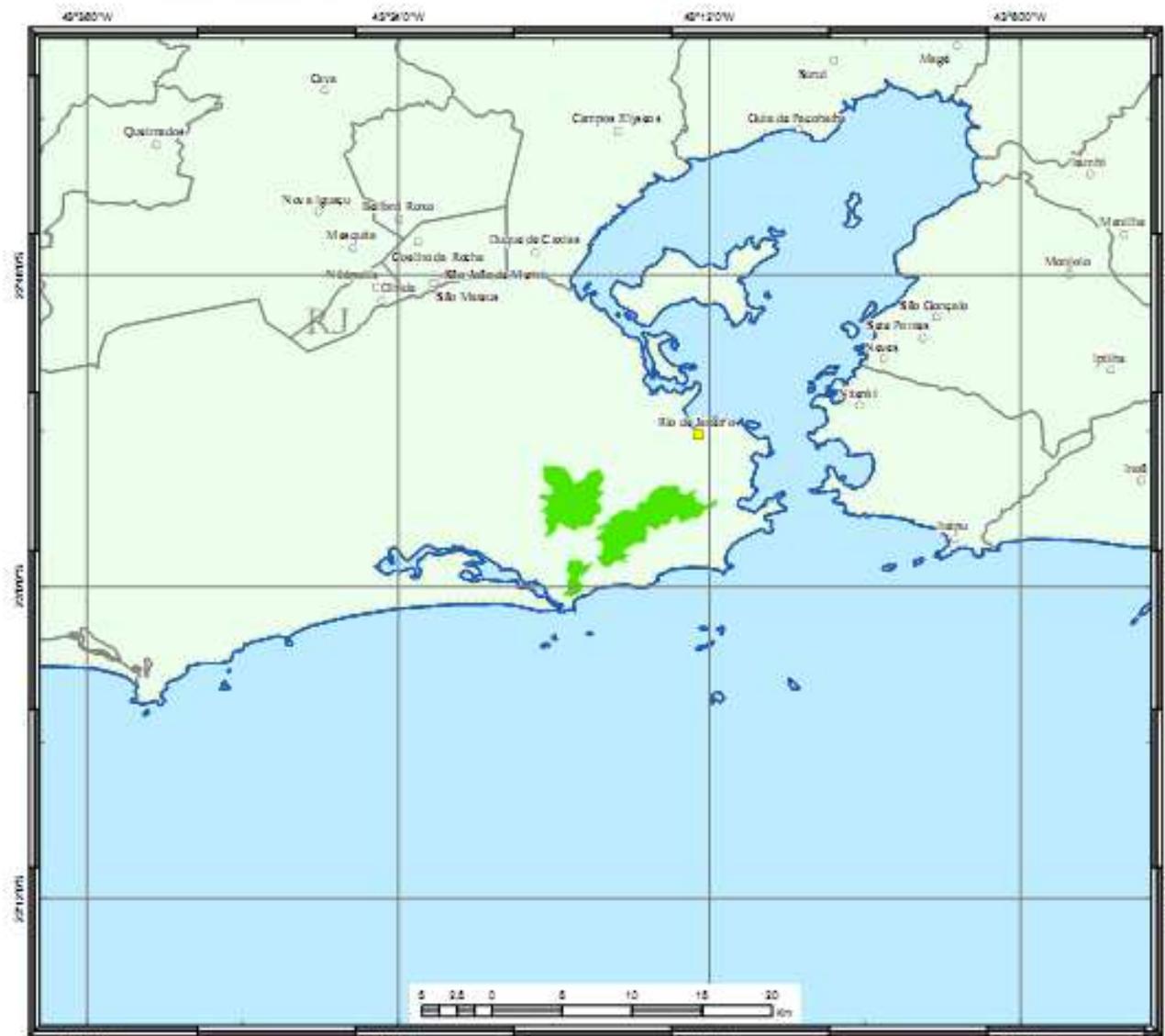


Figura 1: Parque Nacional da Tijuca. Localização regional. Fonte: IBAMA, 2004.

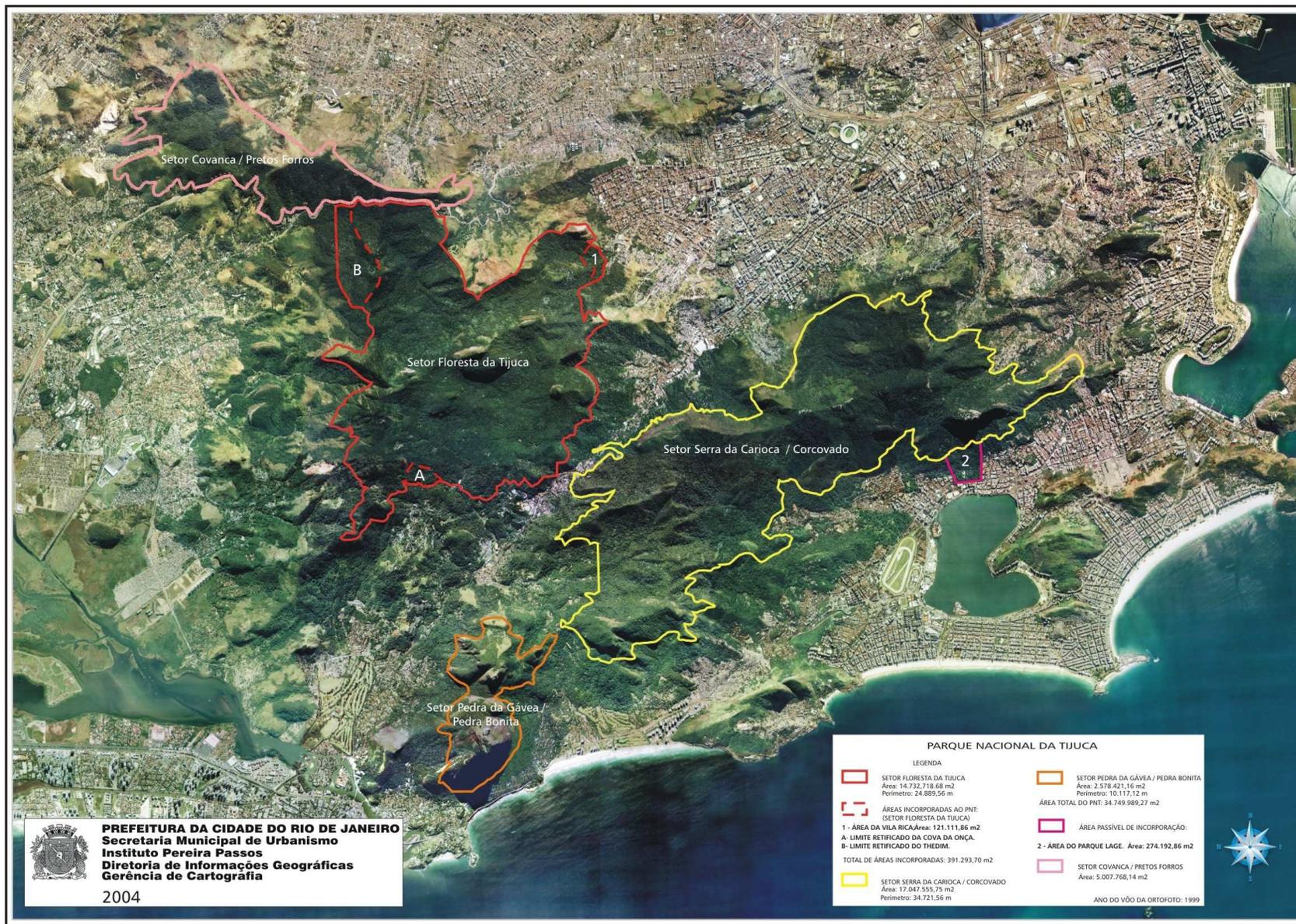


Figura 2: Parque Nacional da Tijuca: identificação por setores e inserção na malha urbana do Rio de Janeiro. Fonte: Instituto Pereira Passos, 2004.

5.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A área de inserção do Parque Nacional da Tijuca ilustra uma interessante dinâmica da ocupação do território da cidade do Rio de Janeiro, representando a resultante de diversas inter-relações entre floresta e cidade, ao longo do tempo.

Antes da chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, a cobertura original de Mata Atlântica na área onde está situado hoje o Parque Nacional da Tijuca manteve-se praticamente intacta, pois, durante a ocupação indígena, os povos Tupi (Tupinambá, Temiminó, Tamoio, entre outros) que habitavam a beira-mar e os vales dos rios, utilizavam as áreas do Maciço da Tijuca apenas para a coleta de mel e plantas silvestres (IBAMA, 1998).

Entretanto, a partir de 1565, ano de fundação da cidade do Rio de Janeiro pelos portugueses, a pressão antrópica sobre os recursos naturais foi aumentando gradativa e continuamente, devido às crescentes necessidades de extração de madeira para a construção civil e para obtenção de energia e o uso intensivo dos recursos naturais, em geral. Através de desmatamentos e queimadas, a utilização predatória das florestas do Rio de Janeiro para agricultura sustentou o processo de ocupação territorial do Brasil colonial do século XVII, economicamente baseado na exportação de cana-de-açúcar e, secundariamente, do tabaco e do algodão. Esse processo foi transformando a paisagem natural de mata atlântica do Rio de Janeiro, como descreve Taulois (2005):

Cada engenho era um núcleo social com força de trabalho composta por senhores de engenho em suas casas-grandes, lavradores, escravos negros e índios, artesãos livres, degradados expulsos do reino, todos com suas famílias. Esse aglomerado ia se desenvolvendo até se tornar uma povoação, depois uma freguesia com a criação da paróquia e seguia até o surgimento das vilas e cidades, muitas vezes ficando a capela original do engenho como a igreja matriz da comunidade. (TAULUIS, 2005)

As encostas e fundos de vale do Maciço da Tijuca foram, desse modo, ocupados por construções e engenhos de cana-de-açúcar e, no início do século XVIII, o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, chegava a ter 120 engenhos em funcionamento (IBAMA, 1998; ABREU, 2006). Estes núcleos sociais marcaram o processo de urbanização da cidade e podem ser identificados, por exemplo, através dos topônimos dos bairros atuais do Engenho Novo, Engenho de Dentro, Usina, Engenho Velho, Engenho da Rainha e Engenho da Pedra. A demanda da população pelas águas que nasciam no Maciço da Tijuca se intensificou e, em 1723, foi construído o Aqueduto do Carioca, que captava as águas do Rio Carioca, em Santa Teresa, levando-as até o Largo da Carioca (CEDAE, 2007).

Ainda no século XVIII registra-se o início da cafeicultura no Brasil, introduzido primeiramente, em Belém do Pará, chegando rapidamente às demais regiões do país (ABREU, *op cit*, 2006). Dadas às condições climáticas e à disponibilidade de recursos hídricos, por volta de 1750 deu-se início ao plantio de café em fazendas das serras da Tijuca, Carioca e Gávea (MENEZES, 1999; IBASE, 2006a). Assim, a ocupação territorial dos vales e encostas da cidade e, em especial, do Maciço da Tijuca, foi baseada na expansão da cultura cafeeira e, anteriormente, dos engenhos de cana-de-açúcar, o que causou a degradação de seus recursos naturais florestais e hídricos.

Desse modo, já nas primeiras décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro enfrentou problemas em seu abastecimento de água potável (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004). As causas da escassez de água na cidade, então capital do Império, foram os sucessivos desmatamentos de floresta nativa em consequência da expansão urbana, intensificada pela chegada da Corte Portuguesa, em 1808, e a degradação dos corpos hídricos, do solo e da cobertura

vegetal causadas pelas lavouras de café instaladas nas encostas do Maciço da Tijuca.

O clima da região, mais ameno em relação ao restante da cidade, favoreceu sua utilização também como residência, principalmente de estrangeiros não-portugueses. Em 1810, o Conde Gestas comprou parte dessas terras e impulsionou a cafeicultura no Rio de Janeiro, difundindo-a entre a nobreza. Nas terras do Maciço da Tijuca plantou, além do café, cana-de-açúcar, maçãs, peras, uvas e morangos. Anos depois, Nicolas Antoine Taunay, pintor da Missão Artística Francesa, trazida ao Brasil por D. João VI, em 1816, comprou parte das terras de Gestas, que incluía toda a área da Cascatinha (no Setor A do PNT), e fixou residência na região, iniciando também uma plantação de café (MENEZES, 1999).

O local tinha importância estratégica para a vida da cidade, pois abrigava as nascentes das bacias que a abasteciam, tais como as do Rio Carioca, Trapicheiros e Maracanã. Os principais mananciais explorados na época foram aqueles que:

... formaram os sistemas de Santa Tereza (Carioca, Lagoinha e Paineiras); o da Tijuca (Maracanã, São João, Trapicheiro, Andaraí, Gávea Pequena, Cascatinha); o da Gávea (Chácara da Bica, Piaçava, Cabeça, Macacos); o de Jacarepaguá (Rio Grande, Covanca, Três Rios, Camorim); ... [além dos] de Campo Grande (Mendanha, Cabuçu, Quininha, Batalha) e o de Guaratiba (Taxas e Andorinhas). (CEDAE, 2007).

Ao longo do século XIX, visando sanar o problema da falta de água na Capital do Império, o governo adotou diversas medidas mitigadoras. Em 1817, proibiu os desmatamentos em nascentes e cursos d'água da região, porém, devido à degradação avançada destes, a população carioca continuou sofrendo com as secas entre 1821, 1843 e 1844 (IBAMA, 1998; Ministério da Agricultura, 2006). A área sofria também com os estragos causados pelas chuvas intensas, que faziam desmoronar o solo desmatado pela cafeicultura. Outras medidas corretivas foram

tomadas e, a partir de 1845, houve desapropriações, aquisição das terras pelo governo e posterior replantio de floresta ao redor das nascentes do Maciço da Tijuca (ABREU, 2006). O processo de revitalização das áreas do Maciço da Tijuca continuou e, em 1860, as Florestas da Tijuca e a das Paineiras foram declaradas as primeiras áreas oficiais de floresta do Brasil. Além disso, após a criação do Ministério da Agricultura, no mesmo ano, foi elaborado um projeto para o replantio e conservação desta área. No intuito de revitalizar as florestas e proteger os mananciais da cidade, em 1861, D. Pedro II assinou o Decreto 577, que estabeleceu a desapropriação das terras de lavoura cafeeira e o início do reflorestamento da área, a partir da reintrodução de espécies nativas. Assim, a fazenda herdada por Felix-Emile Taunay foi desapropriada em 1868³².

A partir de então, sob o comando do Major Manoel Gomes Archer (Floresta da Tijuca) e Tomás da Gama (Floresta das Paineiras), apenas na Floresta da Tijuca foram semeadas cerca de 60 mil mudas (IBAMA, 1998; IBASE, 2006), em sua maioria de florestas nativas da mata atlântica trazidas da Floresta das Paineiras, de Jacarepaguá e de Guaratiba.

Em consequência das medidas de revitalização da área, empregadas ao longo do século XIX, foi registrado um aumento relativo da vazão hídrica dos rios Carioca e Maracanã. Apesar disso, em 1870, a cidade sofreu com a pior crise de abastecimento de água, acarretando novas desapropriações e medidas de revitalização das florestas no local (IBAMA, 1998).

De 1875 a 1888, o Barão de Escragnolle sucedeu o Major Archer no replantio da floresta, sendo responsável pelo plantio de cerca de 30.000 mudas de árvores (em sua maioria, exóticas) e pela implementação de projetos paisagísticos para o

³² Em 1897 a fazenda que o Visconde Alves Souto comprou de Gestas, em 1835, foi a última desapropriação relacionada ao Decreto 557/1861 (RIOTUR, 2003).

uso público, construindo pontes, praças, mirantes e lagos visando à recreação da população do Rio de Janeiro (IBAMA, 1998).

Nos cinquenta anos que se seguiram à Proclamação da República, em 1889, as florestas do Maciço da Tijuca foram se regenerando naturalmente, devido à proteção integral da área. Este processo foi favorecido, em parte, pela adoção de novas alternativas para o abastecimento da cidade, a partir dos projetos de engenharia de Paulo de Frontin, que elaborou um sistema alternativo de captação de água, explorando os mananciais das Serras de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, “... cortando toda a Baixada Fluminense e trazendo água para a Metrópole” (CEDAE, 2007).

Durante a República, diversos órgãos governamentais federais se sucederam na administração das Florestas da Tijuca e das Paineiras, como o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004). O patrimônio natural e cultural das Florestas da União não se constituía em uma prioridade para o Governo na República Velha³³. Se, por um lado a política das elites agrárias deste período não se ocupou das florestas, por outro lado, favoreceu a regeneração espontânea de sua cobertura vegetal.

Já no século XX, Raymundo Ottoni de Castro Maya é nomeado administrador da floresta e, entre 1943 e 1946, torna-se o responsável por sua remodelação e consolidação como área de lazer e de turismo do Rio de Janeiro, “... fazendo ressurgir o parque que havia ficado esquecido durante os primeiros anos da República” (RIOTUR, 2003). A administração de Castro Maya permitiu uma série de reformas e a urbanização do parque que se “... refletiu no espantoso afluxo da

³³ República Velha (de 1889 a 1930): período da História do Brasil que compreende da Proclamação da República à ascensão de Getúlio Vargas.

população ao novo parque urbano que, em 1946, chegou à média de 5.000 visitantes por fim de semana” (MUSEUS CASTRO MAYA, 2003). Desta administração datam a construção do portão de entrada do Alto da Boa Vista, próximo à Praça Afonso Viseu e a reforma da Capela Mayrink (originária do século XIX) e do Açude da Solidão, assim como projetos paisagísticos de Roberto Burle Marx para diversos caminhos e trilhas.

Em 6 de julho de 1961, o Parque Nacional da Tijuca foi criado pelo Decreto Nº 50.923/61 (Anexo 3), recebendo o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro (PNRJ), no então Estado da Guanabara (entre 1960 e 1975). A criação do parque incorporou as florestas da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiros, Andaraí, Três Rios e Covanca, então áreas de florestas públicas administradas pela União (IBASE, 2006). Sua administração foi subordinada ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, sob as bases do decreto de criação, segundo o qual:

... o art. 175 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais do Poder Público as obras, monumentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza; considerando que as florestas existentes na área urbana da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, são dignas de proteção e cuidados especiais por parte dos Poderes Públicos, não só pelas belezas naturais e paisagísticas que oferecem, como por serem elas protetoras de mananciais existentes na região. (BRASIL, Decreto Nº 50.923/1961)

Em 1966 o Parque Nacional do Rio de Janeiro (PNRJ) e suas florestas de proteção, então sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1966, Anexo 7). No ano seguinte, através do Decreto Nº 60.183/67 de 8 de fevereiro de 1967 (Anexo 4) o parque teve seu nome alterado para Parque Nacional da Tijuca e anexou áreas pertencentes ao conjunto da Pedra Bonita e Pedra da Gávea, nas quais não havia ocupação

humana. No mesmo decreto excluiu alguns logradouros e assentamentos urbanos (ISER, 1999; IBAMA, 2007).

A administração e conservação das áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca, através do Decreto Nº 70.186, de 23 de fevereiro de 1972 (Anexo 5), passam a ser responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, criado em 1967.

Em 2004, seus limites foram redefinidos pelo Decreto S/Nº de 03/06/2004 (Anexo 6), através do qual foram incorporados 753ha à sua área total (de 3.200ha). Os limites do Parque foram corrigidos e ampliados, englobando o Parque Lage (no bairro Jardim Botânico) e a da Floresta Covanca e Serra dos Pretos Forros (entre os bairros Água Santa e Jacarepaguá), protegendo fauna, flora e resquícios de mata atlântica (BRASIL, 2004).

5.3 ASPECTOS BIOFÍSICOS

A área do Parque Nacional da Tijuca (3.953 ha) está totalmente inserida no Maciço da Tijuca³⁴, ocupando a maior porção de sua superfície. Os limites do Parque ocupam a parte média alta do maciço e estendem-se, na maior parte, a partir da cota de 100m³⁵ até os 1021m (no Pico da Tijuca) acima do nível do mar. O Maciço da Tijuca se constitui em um bloco falhado da Serra do Mar e é parte do conjunto de maciços do Rio de Janeiro, que inclui o maciço da Pedra Branca (1024m) e Gericinó (887m). Esta formação geológica é representada por um conjunto de extensas áreas montanhosas de rochas eruptivas que se encontram parcialmente erodidas (LIMA E SILVA *et al*, 2002). Sua geomorfologia é assimétrica, constituída por gnaisses, blocos de granito, veios de pegmatito³⁶, diques de diabásio³⁷ e apresenta formações de gargantas e vales produzidos por intemperismo, como os vales dos Macacos, a Mesa do Imperador, o Alto da Boa Vista, a Garganta Mateus, e a Estrada Grajaú-Jacarepaguá (ROCHA, 2006). Os vales dos rios Maracanã e Cachoeira dividem o Maciço da Tijuca nas chamadas Serra da Carioca e da Tijuca, ou Três Rios. Outra característica de seu relevo são os picos arredondados em forma de “pães-de-açúcar”, como o Pico da Tijuca (1022m), o Bico do Papagaio (983m), a Pedra da Gávea (842m) e o Corcovado (701m).

O sentido nordeste-sudoeste de orientação de seu relevo, que é filiado ao sistema da Serra do Mar, apresenta uma conformação praticamente paralela à costa Atlântica. O eixo longitudinal do relevo é uma característica do Domínio de Mares de Morros Florestados (AB’SABER, 2003) que confere especificidades ao clima do

³⁴ O Maciço da Tijuca possui uma área total de 11.870 ha.

³⁵ O Parque Lage e o fundo do Jardim Botânico (80m) são as únicas áreas do Parque Nacional da Tijuca que estão localizadas abaixo da cota de 100m.

³⁶ Gnaisses e pegmatitos são rochas que apresentam a mesma composição do granito, sendo que “nos pegmatitos verifica-se o aparecimento de minerais de grande valor econômico” (Lima e Silva, 2003).

³⁷ Diabásios são rochas eruptivas que aparecem com maior frequência em filões, diques e massas intrusivas” (Lima e Silva, *op cit*, 2003).

Parque Nacional da Tijuca, como a incidência de abundantes precipitações (acima 2.000 mm por ano), de maior incidência entre setembro e abril e ausência de período seco no inverno. Por esse mesmo motivo, o regime de chuvas é influenciado pela proximidade do mar e as configurações do relevo (que retêm a umidade marítima), levando à ocorrência de maior incidência de chuvas anuais nas vertentes sul do que nas vertentes norte (COELHO NETTO, *apud* VELLOSO, 2005). Porém, há maior concentração de chuvas diárias na vertente norte (VELLOSO, *op cit*, 2005), agravando os riscos de enchentes nas baixadas do sistema hidrográfico da Baía de Guanabara. As áreas do Parque situadas até 500 m possuem um clima característico de áreas tropicais e, acima dos 500 m, observa-se um tipo climático temperado.

Os rios que nascem no Parque Nacional da Tijuca são contribuintes para a formação das grandes bacias hidrográficas da cidade do Rio de Janeiro. Para a bacia da baixada de Jacarepaguá, a bacia da Zona Sul e a bacia da Baía de Guanabara (VELLOSO, *op cit*, 2005). Estes rios foram responsáveis pelo abastecimento de água da população carioca até o final do século XIX, quando foi elaborado o sistema de abastecimento e tratamento de água do Rio Guandu. Atualmente, entretanto, os rios originários do Parque Nacional da Tijuca contribuem apenas para o abastecimento das populações circunvizinhas, que correspondem à aproximadamente 31.000 habitantes (VELLOSO, *op cit*, 2005). Os principais rios que nascem em seus limites são: Rios dos Macacos, Rio Cabeças, Rio Rainha, Rio Cachoeira, Rio Cascata, Rio Paineiras, Rio Maracanã, Rio Trapicheiros, Rio Archer, Rio dos Ciganos, Rio das Almas, Rio dos Cristais e Rio das Furnas.

O Maciço da Tijuca, formação geológica que abriga o Parque Nacional da Tijuca, é uma falha do sistema montanhoso da Serra do Mar e sua vegetação

corresponde à Floresta Pluvial Atlântica (segundo conjunto de matas especialmente expressivas na América do Sul) que se caracteriza pela heterogeneidade, por uma grande biodiversidade e altas taxas de endemismo. Entretanto, é necessário ressaltar que:

A cobertura vegetal original do Maciço da Tijuca era representativa desta heterogeneidade, sendo fator de grande relevância as diferenças relacionadas ao relevo e conseqüentemente à dinâmica microclimática. Entretanto, o processo de ocupação humana na cidade do Rio de Janeiro alterou marcadamente a natureza geocológica dominante na região, tendo se tornado a mais relevante das variáveis a definir a composição e funcionalidade dos ecossistemas constituintes do Maciço da Tijuca.(COELHO NETTO, 2005)

Como conseqüência dos modelos de ocupação e uso do solo, a vegetação da Floresta Pluvial Atlântica original da área do Parque Nacional da Tijuca foi praticamente toda eliminada durante os séculos XVII e XVIII, retornando aos poucos a partir das intervenções de replanto no século XIX. Entretanto, é necessário ressaltar que, nos primeiros reflorestamentos, iniciados em 1861, foram utilizadas mudas de espécies nativas e heterogêneas recolhidas do Maciço da Pedra Branca e de Guaratiba. E nos replantios que se seguiram (de 1874 a 1888) houve uma maior preocupação com o caráter estético e paisagístico, o que levou à utilização de uma maioria de espécies exóticas, transplantadas do Horto Florestal. A partir da Proclamação da República, em 1889, a floresta entra em um processo de regeneração sem interferência humana (IBAMA, 1998).

Atualmente, o Parque Nacional da Tijuca possui uma vegetação em diversos estágios sucessionais, no processo de regeneração natural ou espontânea, com áreas de sucessão secundárias e áreas de floresta em condições de clímax local, como a floresta que ocorre na bacia dos Ciganos. Assim, no Maciço da Tijuca "... ainda se encontra um dos remanescentes de Floresta Atlântica, classificado como

Floresta Tropical Pluvial de Encosta, cujo nome local é Floresta da Tijuca” (COELHO NETTO, 2005), prevalecendo, em sua composição, a vegetação de Mata Atlântica.

No Parque Nacional da Tijuca foram inventariadas e identificadas 1548 espécies de flora³⁸ (ISER, 1999) e registrado um elevado grau de endemismo. Dentre as espécies nativas são encontradas no Parque sibipuruna, jacarandá, cedro, jequitibá, pau-ferro, embauba-prateada, murici, ipê-amarelo, ipê-tabaco, angicos, caixeta-preta, cambuí, urucurana, jequitibá, araribá, cedro, ingá, orquídeas e bromélias, palmeira, açoita-cavalo, pau-pereira, cangerana, canela, camboatá, palmito, brejaúba, samambaiçu, quaresmeira, caeté e pacova, além de musgos e líquens (IBAMA, 1998). Há, também, pelo menos 33 espécies vegetais exóticas identificadas (ISER, *op cit*, 1999), que originalmente não compunham a flora local. Estas espécies foram introduzidas de maneira intencional e não-intencional, vindas de todos os continentes, como a sequóia (Estados Unidos), bambu, dracena, pau-d'água (África), beijo-de-freira, jaqueira da Índia, a bananeira-anã (China), abacateiro (México), a casuarina (Austrália), maria-sem-vergonha (Tanzânia), capim-guiné (África), eucalipto, amoreira, mangueira, fruta-pão, jambeiro, jabuticabeira e cafeeiro. E também de outras partes do Brasil, como o pinheiro-do-paraná. Na área do Parque foi registrada, também, a presença de muitas espécies consideradas vulneráveis ou pertencentes à *Lista Oficial de Flora Ameaçada de Extinção* (IBAMA, 1992), como o pau-brasil, cipó-escada-de-macaco, samambaiçu-imperial, caiapiá, caiapiá-grande, bico de guará, a orquídea lélia-da-gávea, canela-sassafráz.

Com relação à fauna original, esta desapareceu, em sua grande parte, com a devastação da floresta para o cultivo do café e, ao contrário do que aconteceu com as espécies de flora, não foi reintroduzida em seu *habitat* nas primeiras ações para a

³⁸ Estas espécies estão distribuídas em quatro classes: Bryophyta, Pteridophyta, Gimnospermae e Angiospermae (ISER, 1999). Para um estudo aprofundado das espécies de flora ver Vidal, U. **Flora do Parque Nacional da Tijuca: componentes e programas de manejo**, ISER, 1999.

conservação. Apenas nos anos 70, a direção do Parque Nacional da Tijuca (IBDF)³⁹, em ação conjunta com o Museu Nacional, reintroduziu algumas espécies de fauna (ISER, *op cit*, 1999). Assim, diversas espécies de mamíferos de grande e médio porte, originários deste bioma, não ocorrem mais na região, tais como a onça-pintada, anta, queixada, caititu e os primatas bugio e monocarvoeiro. A fragmentação dos remanescentes de Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro e “a falta de corredores ecológicos ligando a unidade com outras áreas florestais, provoca a extinção local de tais espécies” (IBAMA, 2004). Já a avifauna, em geral de pequeno porte, pôde retornar ao seu *habitat* assim que as matas começaram mostrar sinais de regeneração. Cerca de 70 espécies entre residentes, visitantes e migratórias foram avistadas no Parque. Destas, destacam-se o sabiá, tangará, inhambu-xitã, bem-te-vi, saracura, araponga, sanhaço, a saíra, o tié-preto, gaturano, saíra-sete-cores e beija-flor. Também são avistados gaviões, corujas e aves ameaçadas de extinção, como o macuco e o jaó (ISER, 1999).

Mamíferos como o macaco-prego, a preguiça, o cachorro-do-mato, o gato-do-mato, o sagüi-estrela, quatis, cutias, gambás, guaxinins, caxinguelês, roedores são também encontrados no Parque, que registra, ainda, a presença de várias espécies de morcegos e borboletas, algumas ameaçadas de extinção. No Parque ocorrem, também, pelo menos 33 espécies de anfíbios e répteis (algumas vulneráveis ou ameaçadas de extinção), como algumas espécies de lagartos, pererecas, peixes e moluscos, as serpentes como a jibóia verdadeira, a cobra-cipó, a coral verdadeira, jararacuçu e jararaca (IBAMA, 1998; ISER, 1999)⁴⁰. Espécies de fauna, como

³⁹ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA foi criado pela Lei 7.735/1989, unindo quatro instituições: Secretaria de Meio Ambiente, Superintendência da Borracha, Superintendência da Pesca e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.

⁴⁰ Para um estudo aprofundado das espécies de fauna, ver Bueno, C. Situação da Fauna do Parque Nacional da Tijuca e Programas de Investigação Científica e Gestão, ISER, 1999.

chanchão e apuim de cauda vermelha, e de mastofauna, como o macaco-prego, a preguiça de coleira e o gato do mato figuram na Lista Nacional de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (IBAMA, 2007).

Os aspectos geomorfológicos e a biodiversidade presentes na área do Parque Nacional da Tijuca lhe conferem características ecossistêmicas singulares e constituem a base de seu patrimônio natural.

5.4 CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL E INTERLOCUÇÕES EM CURSO

O uso e a ocupação do Maciço da Tijuca foram marcados por fases distintas, que se sucederam. Estas envolveram a extração de recursos naturais renováveis e a utilização da área atual do Parque como área agrícola, além dos processos crescentes de ocupação habitacional formal e informal, conforme identificado a seguir:

... a primeira fase [de ocupação] ocorreu nos séculos XVIII e XIX — marcada pelo período da cafeicultura; a segunda fase, na metade do século XIX — marcada, principalmente pela interrupção da exploração irracional das encostas do maciço e proteção das nascentes para a recuperação dos mananciais; a terceira fase, no período republicano — caracterizada por um relativo abandono do patrimônio natural e cultural e modernização da cidade; a quarta fase — ... início da década de 30 até os dias atuais, marcada por um novo processo de gestão para o maciço da Tijuca e suas florestas. (ISER, *apud*, PEREIRA, 2005).

À fase de proteção das nascentes da área, ainda no século XIX, seguiu-se o período republicano, entre fins do século XIX e início do XX. Este período coincidiu com a formação das primeiras favelas do centro da cidade do Rio de Janeiro e, em seguida, nas encostas do entorno do Parque.

O contexto socioambiental do Parque, a partir do início do século XX até os dias atuais, tem sido marcado por um “... entrelaçamento de áreas urbanas com o PNT envolvendo simultaneamente a relação com populações de baixa e alta renda”

(IBASE, 2006). Nesse sentido, historicamente, os processos de ocupação territorial do município do Rio de Janeiro e sua urbanização desordenada, alteraram a composição original de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

A área que abrange o Parque Nacional da Tijuca é reconhecida como uma das maiores florestas urbanas do mundo, se constitui em atrativo turístico em nível nacional e internacional e é utilizado como área de lazer e recreação pela população da cidade. Além disso, o Parque está intrinsecamente associado à identidade da cidade do Rio de Janeiro, pois em seu interior são encontrados diversos símbolos da cidade e do país, como o Corcovado e a Estátua do Cristo Redentor, a Pedra da Gávea e os contornos montanhosos da cidade (vista a partir da Baía de Guanabara).

Entretanto, a população, em geral, desconhece sua abrangência espacial (PEREIRA, *op cit*, 2005) e as funções ambientais de um Parque Nacional, o que contribui para uma relação na qual prevalece um distanciamento em relação ao mesmo (IBASE, 2006).

Por ser uma unidade de conservação circundada por uma metrópole, o Parque Nacional da Tijuca sofre pressões antrópicas que incidem diretamente sobre seus limites e sobre a dinâmica dos recursos naturais renováveis, em seu interior. Atualmente, a ocupação territorial desordenada, a exploração imobiliária formal e informal, o lixo, as descargas de chuva ácida, a poluição atmosférica e os incêndios florestais constituem importantes impactos da pressão urbana sobre a área do Parque (IBAMA, 2007). Além destes, a presença de espécies exóticas, a falta de planejamento quanto à visitação, o abandono de animais domésticos pela população e a cevagem de animais silvestres são problemas internos que decorrem, em geral, do uso público (IBASE, 2005).

No *Diagnóstico Socioambiental: Parque Nacional da Tijuca e áreas do entorno* (IBASE, 2005), elaborado através de metodologia participativa junto aos atores estratégicos do Parque, foram identificados para a área diferentes tipos de uso público: prática de esportes e lazer, em geral; práticas religiosas (cerimônias, extração de ervas e oferendas); caça de animais silvestres (não sendo esta prática apontada como de subsistência) e ocupação domiciliar regular ou irregularmente. As percepções dos atores estratégicos, obtidas no processo de elaboração do diagnóstico, reafirmam as informações de estudos anteriores sobre o parque (ISER/FUNBIO, 1999).

Além destes, outros usos foram identificados no diagnóstico, como o turismo e comércio em geral, a pesquisa científica e a educação, a captação de água (realizada formalmente pela CEDAE e informalmente por moradores da área de domínio do Parque), o trânsito de veículos, em geral. Foram ainda identificados usos relacionados à violência urbana, como rota de fuga para bandidos, local para consumo de drogas e prostituição e abrigo para indigentes.

Sob a ótica populacional, a área do entorno do Parque Nacional da Tijuca é densamente ocupada, formal e informalmente, por condomínio de classe média e, também, por cerca de 46 comunidades de baixa renda, entre as quais, Tijuacú e Mata Machado, Borel e Indiana, Chácara do Céu, Casa Branca, Formiga, Rocinha, Cerro-Corá, Vila Cândido e Guararapes, Covanca e Inácio Dias, Floresta da Barra, Nova Divinéia e Borda do Mato. Segundo o ISER (2000), as comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro vêm crescendo e, destas, cerca de 33% ocupavam as áreas de encosta do entorno do Parque, em 1998.

O diálogo com alguns interlocutores sociais de seu entorno imediato e da cidade tem sido foco de algumas iniciativas do Parque, no sentido de uma maior

aproximação deste com diversos com grupos sociais, incluindo algumas comunidades de baixa renda do entorno. Nesse sentido, entre 2001 e 2005 o Parque recebeu cerca de 1100 visitantes pelo Programa Ecotrilhas, que incluiu a visita dos alunos das escolas do entorno. O Parque, inicialmente através da implementação do Programa de Educação Ambiental (iniciado em 1996), tem desenvolvido projetos que visam discutir os temas centrais da educação ambiental e da relação entre o Parque e a cidade (IBASE, 2006). Os projetos desenvolvidos pelo programa contemplam:

... ações de formação, interpretação ambiental, campanhas educativas, pesquisa e produção de material educativo... [a partir de uma propostas de]... educação ambiental [que] prevê uma série de iniciativas voltadas para sensibilizar e transmitir aos visitantes conhecimentos múltiplos sobre o Parque (IBAMA, 1998).

A administração do Parque tem apoiado o desenvolvimento de parcerias com as comunidades de baixa renda, a partir da Educação Ambiental, considerando as áreas que representam mais fortes pressões ambientais sobre o Parque e também aquelas que possuem uma organização para a conservação da natureza, bem como as que têm se constituído como parceiras (IBAMA, 1998; ISER, 2000; IBASE, 2005). Dessa maneira, a Educação Ambiental passou, gradativamente, a ser percebida pela equipe gestora e técnica do Parque como uma estratégia para a implementação da gestão participativa (IBASE, 2006).

Considerando os aspectos ambientais, o Parque Nacional da Tijuca contribui para a cidade, *a priori*, prestando os serviços de “... regulação do equilíbrio hídrico, controle da erosão, conservação da qualidade do solo, prevenção contra assoreamentos, regulação climática em escala local” (IBAMA, 1998). Exerce, portanto, a função silenciosa de “anteparo ambiental”, amortecendo as pressões

urbanas e minimizando seus impactos ambientais negativos na qualidade de vida do município do Rio de Janeiro.

5.5 O TURISMO NO PARQUE

Desde a sua criação, em 1961, o Parque Nacional da Tijuca é utilizado como área de lazer e recreação pela população carioca e também pelos turistas nacionais e internacionais, que visitam a cidade. E, mesmo antes disso, há registros de sua vocação como espaço para lazer da população urbana, visitantes e turistas. Assim, já no início do século XVIII:

... a população do pequeno núcleo urbano que constituía a Cidade [do Rio de Janeiro] já fazia passeios até a Serra da Tijuca. Começando na rua Mata-cavalos, atual Riachuelo, passava-se pela Mata-porcos e chegava-se a uma bifurcação no Largo do Estácio, onde um dos caminhos seguia à direita, conduzindo à Quinta Imperial, e o outro à esquerda, pelo Caminho do Engenho Velho, atual Haddock Lobo, passando pela Igreja de São Francisco Xavier e seguindo por onde hoje fica a rua Conde de Bonfim. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004)

Os turistas, e visitantes em geral, praticam diversas atividades no interior do Parque. Dentre estas, as mais freqüentes são as caminhadas, a contemplação da natureza, descanso, escaladas, observação de pássaros, desportismo, ciclismo, montanhismo e vôo livre. As trilhas perfazem um total de cerca de 100 km e podem ser percorridas, preferencialmente, nos meses mais secos do ano, entre junho e setembro. O Parque é cortado por 33 km de estradas asfaltadas, que facilitam o acesso dos visitantes. São estas as Estradas do Redentor e das Paineiras (do Alto da Boa Vista ao Cosme Velho) e as Estradas da Vista Chinesa e Dona Castorina (da Gávea Pequena ao Jardim Botânico). Existem no Parque cerca de 43 rios e córregos, 61 grutas e cavernas, 43 cascatas e cachoeiras, 2 lagos e 19 represas.

Os elementos que compõem o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural do Parque Nacional da Tijuca foram produzidos em quatro fases distintas, ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Seu acervo compreende paisagens, sítios históricos e arqueológicos, edificações, jardins, estatuária, fontes e chafarizes. Inclui também portões, esculturas, quiosques, aquedutos, pias, fontes, tanques e reservatórios de água, pontes e largos, capelas, senzalas, trilhas, painéis de azulejos, marcos e monolitos, sítios e ruínas, dentre outros (ISER, 1999)⁴¹. A diversidade deste patrimônio, assim como a combinação de suas dimensões históricas, arqueológicas, etnográficas e artísticas, que lhe conferem características únicas, necessita de dispositivos legais apropriados de proteção, pois são de relevância para a cidade do Rio de Janeiro e para o país (ISER, *op cit*, 1999).

Os pontos turísticos mais procurados por visitantes e turistas e a infraestrutura disponível estão a seguir apresentados por setor do Parque.

a) Setor A: Floresta

- **Atrativos:** o portão principal de entrada do Parque localiza-se neste setor, que oferece locais para piquenique, jogos e descanso aos visitantes e turistas. Existem trilhas sinalizadas e grutas, como a gruta Paulo e Virgínia, diversos lagos e quedas d'água, sendo os mais procurados a Cascatinha Taunay, Jardim da Cascatinha, o Açude da Solidão, o Lago das Fadas, a Cachoeira do Pai Ricardo (das Almas) e Cachoeira do Pai Antônio. As atividades de montanhismo, caminhadas e escaladas acontecem nas inúmeras trilhas e montanhas, como no Caminho do Alto do Cruzeiro (448m), Pico da Pedra do Conde (819m), Pico do Perdido do Andaraí (861m), Pico do Bico do Papagaio (890m), Tijuca Mirim (920m) e

⁴¹ Para um estudo aprofundado sobre o acervo do patrimônio arquitetônico, artístico, histórico e cultural do Parque Nacional da Tijuca, ver Velloso, 1998. (Velloso, *apud* ISER, 1999)

Pico da Tijuca (1022m). Prédios históricos como a Capela Mayrink (1860), com painéis de Cândido Portinari e jardins de Burle Marx, o Museu do Açude, a antiga residência do Barão de Escaragnolle (sede do restaurante Esquilos), a casa do Barão do Bom Retiro (sede campestre da Sociedade Hípica); a antiga casa de escravos do Major Archer (restaurante A Floresta), Jardim dos Manacás, Fonte Wallace e as Ruínas de Vila Rica, dentre outros.

- Infra-estrutura: Centro de Visitantes, que dispõe de sala de exposição e de vídeo, auditório e biblioteca. Neste setor está localizada a sede administrativa. Sanitários públicos, churrasqueiras, mesas, bancos, estacionamentos, loja de *souvenirs* e restaurantes.

b) Betor B: Corcovado – Sumaré – Paineiras e Parque Lage

- Atrativos: Mirante do Corcovado (710m), estátua do Cristo Redentor (erguida entre 1931 e 1932), Capela da Imaculada Conceição Aparecida, Vista Chinesa (380m), Hotel das Paineiras, Mesa do Imperador, Estrada e Mirante das Paineiras, Dona Marta (340m), Andaraí Pequeno, do Passo do Inferno, do Barro Branco. A Estrada das Paineiras é interditada ao trânsito nos fins-de-semana, transformando-se em área de lazer utilizada para caminhadas e esportes.

O conjunto paisagístico do Parque Lage (93,5mil m²) encontra-se resguardado desde 1967, quando foi tombado pelo então Estado da Guanabara. Constitui-se em uma área de lazer, recreação, turismo e pólo cultural, que compreende o Solar Henrique Lage, (sede da escola de Artes Visuais do Parque Lage), o prédio da cavalaria, os jardins de estilo paisagístico inglês, lago, uma gruta e um aquário artificiais.

- Infra-estrutura: restaurantes, lanchonetes e lojas de *souvenirs* na estação de trem do Corcovado, estacionamento e sanitários públicos. No Mirante Dona Marta, existe um heliporto e sanitários públicos. O Parque Lage conta com estacionamento, lanchonete, telefone público e parque infantil.

c) Setor C: Pedra Bonita – Pedra da Gávea

- As principais atividades neste setor são o vôo livre, o ciclismo e as caminhadas e escaladas à Pedra Bonita (696m), Agulhinha da Gávea (611m) e Pedra da Gávea (842m), considerado o maior monólito à beira mar do planeta.

- Infra-estrutura: na Pedra Bonita e Agulhinha, existe guarita com portão de controle de acesso, rampa de decolagem para vôo livre (507m) e parapente e quiosque com banheiros.

d) Setor D: Pretos-Forros – Covanca

- Atrativos: os atrativos naturais são os mais divulgados, como o Rio Ciganos, que apresenta diversas quedas d'água e as Cascatas de Cantagalo, da Represa, dos Ciganos, e Cascata Grande.

- Infra-estrutura: os dados desta área não estão disponibilizados ainda, pois foi incorporada recentemente. O Projeto *Água em Unidade de Conservação* implantou um novo portal de entrada para o Parque neste setor.

A visitação e o turismo são marcantes no Parque Nacional da Tijuca, atualmente o segundo parque nacional mais visitado do Brasil⁴². O número de visitantes dobrou entre 2003 e 2004 (IBAMA, 1998; IBAMA, *apud* ZIMMERMANN, 2006) e em 2005 o Parque recebeu 1.069.066 visitantes, o que tende a gerar uma

⁴² O Parque Nacional do Iguaçu (PR) foi o parque nacional mais visitado do Brasil, em 2005 e recebeu 1.084.241 visitantes (IBAMA, *apud* Zimmermann, 2006).

pressão maior sobre os recursos naturais decorrente do uso público. A percepção do Parque Nacional da Tijuca como um importante atrativo turístico para a cidade, é identificado por Pereira (2005), ao considerar que:

“... por sua significação natural e relevância histórica e cultural, bem como pelo valor simbólico que o PNT possui para os seus visitantes, ‘esse universo muito especial’ tornou-se um dos principais pontos de atração turística do Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2005).

O público que visita o Parque Nacional da Tijuca tem um perfil variado, composto por “... turistas nacionais e estrangeiros, praticantes de esportes, excursionistas, moradores de bairros vizinhos e distantes” (ISER/IBAMA, *apud* PEREIRA, *op cit*, 2005). Quanto às motivações e expectativas deste público, Pereira (2005) identifica que os turistas consideram o Parque como um atrativo turístico e, ainda, que a principal motivação para a visita está ligada ao conhecimento sobre a flora e fauna da Mata Atlântica, enquanto que os visitantes buscam a prática de esportes e lazer associados ao cenário natural do Parque (PEREIRA, *op cit*, 2005).

Ainda segundo a autora, a motivação dos turistas no Parque Nacional da Tijuca se relaciona à possibilidade de uma “re-aproximação da natureza”, mas que possa, ao mesmo tempo, oferecer conforto, “segurança e infra-estrutura turística e de lazer [além de] fiscalização, serviços de limpeza e de apoio ao turista” (PEREIRA, *op cit*, 2005), estes últimos incluíam área de alimentação e sanitários.

No sentido de minimizar os impactos causados pela visitação e contribuir para os objetivos específicos do Parque, foi elaborado o documento *Padrão de Conduta Ambiental com Base na NBR ISSO 14001* (IBAMA/PNT, 2004). Neste documento são apresentadas as normas de conduta ambiental e segurança, destinadas aos visitantes, turistas, condutores, guias e operadoras de turismo.

Alguns projetos atuais para o desenvolvimento turístico no Parque Nacional da Tijuca são o *Projeto de Sinalização Eco-turística do Parque Nacional da Tijuca* (TERRA BRASIL/PNT, 2005), que implantou ‘totens’⁴³ com informações sobre os principais pontos de visitação do Parque, e o *Projeto de Implantação de Trilha Adaptada para Portadores de Necessidades Especiais no Parna Tijuca* (TERRA BRASIL/PNT), que tem foco nas adaptações de acessibilidade às trilhas do Parque.

5.6 O PROCESSO DE GESTÃO

O Parque Nacional da Tijuca pertence ao grupo de Unidades de Conserva o de Prote o Integral, cujos objetivos gerais são a preserva o da natureza, admitindo “... a realiza o de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educa o e interpreta o ambiental, de recrea o em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000). Os Parques Nacionais têm, ainda, objetivos específicos de preserva o de ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza c nica. Além disso, cada unidade possui objetivos específicos que devem ser considerados, o que no caso do Parque Nacional da Tijuca significa:

Proteger uma amostra de mata Pluvial Atlântica, que encontra-se em regenera o, dentro de uma região metropolitana. E ainda, as nascentes dos rios que abastecem a cidade do Rio de Janeiro, a fauna ameaçada ou em perigo de extin o como aves e mamíferos raros. (IBAMA, 2004)

O Parque Nacional da Tijuca tem, portanto, o desafio de conjugar esses objetivos em sua gestão, considerando as especificidades de uma unidade de conserva o inserida em uma metrópole. Segundo o SNUC (BRASIL, 2000) os instrumentos básicos para a gestão de parques nacionais são o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo.

⁴³ Placas informativas verticais padronizadas pelo IBAMA.

5.6.1. Plano de Manejo

O Plano de Manejo é um de instrumento técnico-científico que permite a administração, gestão e manejo dos parques nacionais brasileiros. Os planos de manejo devem estabelecer o manejo e o zoneamento das unidades conforme os usos e os objetivos específicos de cada unidade. A fim de não prejudicar os objetivos de conservação da natureza dos Parques Nacionais, em tese, estes só poderiam estar abertos à visitação a partir da elaboração de seu Plano de Manejo, como estabelece o SNUC (BRASIL, Art. 27, Parágrafo Único, 2000).

O primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca foi elaborado pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) em conjunto com a Fundação Brasileira para a Conservação do Meio Ambiente (FBCN), em 1981. Este documento estabeleceu quatro subprogramas que tiveram por finalidade orientar as atividades de uso público: (a) Recreação; (b) Interpretação; (c) Educação e (d) Turismo, apresentando os seguintes objetivos (IBDF/FBCN, 1981):

- a) Recreação: proporcionar atividades recreativas de acordo com as aptidões e recursos do Parque;
- b) Interpretação: proporcionar aos visitantes e turistas o entendimento e apreciação do patrimônio natural e cultural, proporcionando uma experiência positiva e agradável;
- c) Educação: favorecer a observação e interpretação ambiental dos estudantes e professores, através de trilhas e programas educativos;
- d) Turismo: incentivar o turismo, a visitação e o entrosamento entre o Parque e as empresas de turismo, através de atividades que promovam sua divulgação e sua inclusão em roteiros turísticos e o treinamento de guias.

O Plano de Manejo elaborado em 1981, ainda está legalmente em vigor, porém, vem se mostrando defasado em relação às questões atuais enfrentadas pelo Parque. Atualmente, encontra-se em curso o processo de atualização do Plano de

Manejo, iniciado em dezembro de 2005, com previsão para finalização em 2008. Sua elaboração segue as diretrizes propostas pelo Roteiro Metodológico de Planejamento (IBAMA, 2002) e está a cargo de uma parceria entre os técnicos do Parque e a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA/DF.

5.6.2. Conselho Consultivo

Desde sua criação, em 1961, a gestão do Parque Nacional da Tijuca foi atribuída aos diversos órgãos a que esteve subordinado. Entre 1961 e 1971 esteve sob administração do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Em 1972 passou a ser subordinado ao IBDF, que o administrou. A partir de sua criação, em 1989, o IBAMA assumiu a administração do Parque⁴⁴.

Entre 1997 e 1998 a gestão do Parque esteve a cargo da Chefia do Parque/IBAMA em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, a Superintendência de Defesa Florestal do IBAMA, a Superintendência do IBAMA/RJ, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e a Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro.

Entre 1999 e 2005 foi adotada a gestão compartilhada com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o que resultou na criação de um Comitê de Gestão do Parque Nacional da Tijuca, que deveria ser renovado a cada dois anos. Durante este período o IBAMA assegurou os recursos humanos, a infra-estrutura e os recursos financeiros — cerca de R\$ 3 milhões— para a gestão. A Prefeitura aportou o mesmo montante em recursos financeiros e participou como executora de projetos e ações em conjunto com o IBAMA, através de diversos órgãos que contribuíram, principalmente, para a manutenção e segurança do Parque, tais como:

⁴⁴ Com a criação do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, em 27/08/2007, o PNT passa a ser subordinado a esta instituição.

- a) COMLURB: varrição e limpeza diária dos locais de uso público, trilhas e vias do Parque;
- b) CET-RIO: recuperação e troca de placas danificadas e a implementação de nova sinalização viária;
- c) Guarda Municipal do Rio de Janeiro: segurança do usuário e auxílio aos agentes do IBAMA na fiscalização do Parque;
- d) Secretaria de Educação: implementação do Centro de Referência em Educação Ambiental Prof. Manes Bandeira, no qual foram desenvolvidos projetos conjuntos entre professores da rede municipal e técnicos do IBAMA.

A gestão compartilhada contou também com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), da Secretaria Municipal de Obras (SMO) e do Instituto Pereira Passos (IPP). Em 2005 a gestão compartilhada esteve parcialmente suspensa, mas manteve as parcerias com a COMLURB e a Guarda Municipal, entre outras.

Após a instituição da Lei do SNUC (9985/2000) e do Decreto 4340/2002, que o regulamenta, tornou-se imperativo que todos os parques nacionais brasileiros estabelecessem seus conselhos consultivos, em um prazo máximo de cinco anos. Assim, atendendo ao Artigo 29 do SNUC (BRASIL, 2000), o primeiro Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca foi criado em 2002 (BRASIL, Portaria N° 98/02-N, 2002) com a seguinte composição:

Quadro 1: Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca em 2002.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA - RJ (2002)	
SETOR GOVERNAMENTAL	SOCIEDADE CIVIL
Presidente: Chefia do Parque Nacional da Tijuca	Sociedade de Amigos do PNT
Núcleo de Unidades de Conservação Federais do Rio de Janeiro – NUC/IBAMA	Instituto de Estudos da Religião – ISER
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro Direção Executiva da Gestão Compartilhada do Parque	
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR	
Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro	
Superintendência da Polícia Federal	
Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE	
Guarda Municipal	

Esse desenho contemplou a representação das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), de acordo com as diretrizes do SNUC, mas contou apenas duas instituições da sociedade civil.

Em 2005, o *Projeto Água em Unidade de Conservação – Projeto Piloto para a Mata Atlântica* foi implementado no Parque Nacional da Tijuca, e teve por objetivos gerais:

... reafirmar a atitude de proteção dos mananciais do Maciço da Tijuca, promovendo ações de reflorestamento, de educação ambiental e de monitoramento da qualidade de suas águas (PETROBRAS, 2005).

O projeto foi selecionado através de edital público para participar do Programa Petrobrás Ambiental. Sob coordenação geral do Instituto Terra Azul e coordenação institucional do Parque Nacional da Tijuca, o projeto foi estruturado em cinco Linhas de Ação: (1) Monitoramento e Qualidade da Água; (2) Proteção, Manejo e Recuperação da Flora e do Solo; (3) Planejamento e Gestão para a Sustentabilidade Econômica; (4) Educação Ambiental e (5) Comunicação e Marketing. A Linha 4 - Educação Ambiental foi subdividida em duas Linhas de Ação, com objetivos específicos: (4.1) Educação Ambiental, com foco nas comunidades do entorno do Parque e (4.2) Educação Ambiental na Gestão Participativa, cujo objetivo foi a construção e o fortalecimento do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, através de iniciativas para:

Capacitar gestores e técnicos para a implantação do Conselho Consultivo, desenvolver diagnóstico participativo visando à formação do Conselho, desenvolver um Planejamento Participativo, promover a educação continuada de conselheiros e gestores. (IBASE, 2005)

Desse modo, entre novembro de 2004 a dezembro de 2006, a metodologia adotada pelo projeto possibilitou um processo participativo e democrático de

mobilização social e capacitação de atores institucionais estratégicos para a gestão do PNT, que poderiam vir a constituir seu Conselho⁴⁵.

Esta metodologia, utilizada no processo de estruturação do Conselho Consultivo do Parque, nesta segunda fase, foi balizada por premissas de participação democrática e controle social, em conformidade com as orientações da Lei do SNUC (BRASIL, 2000) e do Decreto (BRASIL, 2002) que o regulamenta, considerando que as modificações introduzidas pelo SNUC representam:

... a convicção que a participação da sociedade (comunidades locais, organizações não governamentais, poderes públicos municipais e estaduais, órgãos governamentais que não apenas o de meio ambiente, proprietários rurais, iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa, etc.) é essencial para o sucesso a longo prazo da estratégia de conservação baseada em unidades de conservação. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004)

A metodologia construída e aplicada pela equipe do IBASE durante todo o processo de estruturação do Conselho pode ser definida como um “estudo de caso com pesquisa-ação participante” (IBASE, 2005). Assim, no sentido de promover a mobilização e a participação social necessárias à gestão participativa e democrática, foi adotada, no processo, uma metodologia anteriormente desenvolvida pelo IBASE, em parceria com o IBAMA, para a criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jurubatiba (RJ).⁴⁶ No entanto, esta teve de ser adaptada às especificidades do Parque Nacional da Tijuca, principalmente no que se refere ao contexto socioambiental específico no qual este se insere. Uma unidade de proteção integral em meio a uma megalópole, cortada por vias de acesso rodoviário, e na qual

⁴⁵Esse processo se constituiu no foco da observação participante da presente pesquisa. A autora fez parte da equipe do IBASE, na qual atuou como pesquisadora-bolsista, durante todo o processo (de janeiro de 2005 a dezembro de 2006). Após o término do projeto a autora continuou acompanhando os processos de gestão do Conselho Consultivo do PNT, até a presente data.

⁴⁶ A metodologia e o processo de estruturação do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Jurubatiba (RJ) estão descritos na publicação *Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação*. 2ª ed. LOUREIRO, C.F. *et. al.* (Orgs.) IBAMA/IBASE. Rio de Janeiro: 2005.

a conservação da biodiversidade convive com pressões urbanas de origem ambiental, social, urbanísticas, turísticas, etc.

Visando à identificação e formação de atores sociais para a gestão participativa e à estruturação do Conselho Consultivo, foram elaboradas e executadas as seguintes fases do projeto: (1) Elaboração de plano de trabalho; (2) Pesquisa Documental e Acadêmica; (3) Mapeamento e Mobilização de Agentes Sociais Estratégicos; (4) Identificação de Grupos Focais; (5) Elaboração de Diagnóstico Socioambiental Participativo; (6) Realização de Reuniões Plenárias; (7) Capacitação dos Interlocutores Institucionais, participantes do Conselho; (8) Instalação do Conselho; (9) Capacitação continuada em seminários visando à elaboração do Plano de Ação do Conselho Consultivo.

Ao longo do processo, vários produtos foram gerados como suporte aos conselheiros e à equipe gestora, entre os quais o *Diagnóstico Socioambiental: Parque Nacional da Tijuca e Áreas do Entorno* (IBASE, 2006); *Parque Nacional da Tijuca: integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas* (IBASE, 2006); *Gestão Participativa em Unidades de Conservação* (IBASE, 2006); *Educação Ambiental em Unidades de Conservação* (IBASE, 2006); *Água: bem público em unidades de conservação* (IBASE, 2006); *Elaboração de Plano de Ação* (IBASE, 2006); o inventário do *Processo de Mobilização de Atores Estratégicos para a Recomposição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca* (IBASE, 2006)⁴⁷ e a elaboração e lançamento do Plano de Ação do Conselho.

Ao longo do processo foram contatadas mais de 141 instituições entre os setores governamentais (federal, estadual e municipal) e sociedade civil. Estas, em um primeiro momento foram reunidas em grupos focais, segundo temas de interesse

⁴⁷ Estas publicações estão disponíveis no site do IBASE (www.ibase.org.br)

e vínculo com o Parque. Para tal, foram adotados, como primeiros critérios de classificação dos atores institucionais, os descritos no SNUC (BRASIL, 2000), assim como as diretrizes apresentadas nas publicações *“Parque Nacional da Tijuca: Contribuição para a Gestão Compartilhada de uma Unidade de Conservação Urbana”* (ISER, 1999) e *“Gestão Participativa do SNUC”* (MMA, 2004), resultando nos seguintes grupos focais:

- Concessionários e Operadores de Serviços Privados (terceirizados ou não), atuando no interior do Parque;
- Órgãos públicos atuando permanentemente no interior do Parque;
- Unidades de conservação no entorno, comitês e gestores de recursos hídricos;
- Comunidades do entorno;
- Instituições de ensino e/ou pesquisa que estejam ou já tenham elaborado estudos relevantes sobre questões socioambientais que envolvem o Parque;
- Grupos de visitação, organizações não-governamentais, voluntariado e outros apoios ao manejo do Parque;
- Grupo de gestores, corpo técnico e funcionários do Parque.

Cada grupo focal foi convidado a participar de reuniões onde foram apresentados ao projeto em geral e à Linha específica de Educação Ambiental para a Gestão. O objetivo das reuniões foi à mobilização de instituições e seus representantes para a identificação dos vínculos destes com o Parque, promover a explicitação de interesses e conflitos e, posteriormente, a sensibilização para o engajamento em sua gestão.

As dinâmicas com os grupos focais revelaram uma multiplicidade de relações possíveis entre as instituições e o PNT, além de diversas percepções dos atores sociais. O quão próximo ou não o PNT se encontra em relação à cidade, quais são

as expectativas de cada grupo representado em relação ao Parque, entre outras. As percepções destes atores sociais publicadas no documento *Diagnóstico Socioambiental Participativo do Parque Nacional da Tijuca e áreas do Entorno* (IBASE, 2005). A elaboração deste diagnóstico foi construída com base nas técnicas de:

...coleta de dados, estudos e análises de fontes secundárias, consultas diretas a documentos oficiais, aos gestores, à sociedade civil organizada, a pesquisadores e instituições relevantes, assim como técnicas de dinamização de grupos focais, objetivando compor um estudo que privilegie as complexidades singulares de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em área urbana. (IBASE, 2005)

A adoção da técnica de grupos focais temáticos possibilitou a explicitação de interesses, problemas, conflitos e potencialidades do Parque, através da percepção dos diferentes atores sociais. Além disso, os grupos focais funcionaram como um espaço dinamizador de mobilização social em torno de um tema (no caso, do Parque). Ao mesmo tempo, possibilitaram articulações necessárias ao desenvolvimento do sentido de grupo, fundamental no processo de gestão participativa e democrática, no qual o Conselho é visto como um:

...espaço de discussão e negociação dos problemas e conflitos socioambientais, [permitindo] a expressão plural das diversas racionalidades e os interesses dos diversos atores sociais envolvidos no manejo das UC. (MMA, 2004)

As informações obtidas junto aos grupos focais foram sistematizadas e analisadas quanto ao uso dos recursos naturais, impactos, conflitos, potencialidades e soluções, e foram agrupadas em (1) Usos; (2) Impactos decorrentes dos usos; (3) Pontos de Conflito decorrentes dos usos e impactos e (4) Potencialidades e soluções em relação aos conflitos.

Após a consolidação do *Diagnóstico Socioambiental: Parque Nacional da Tijuca e Áreas do Entorno* (IBASE, 2005), elaborado a partir de metodologia participativa (que também contou com aportes e avaliação dos gestores e técnicos do Parque) foram elaborados critérios para postulação de candidaturas ao Conselho. Além dos critérios legais contidos no SNUC (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002), foram enfatizados critérios propostos pelo IBASE (2006d), segundo os quais, para a gestão participativa no Parque Nacional da Tijuca é importante que o Conselho possa:

... atender a paridade entre Estado (incluindo o Legislativo) e sociedade civil; priorizar a representação de agentes das atividades-fim do Parque (conservação, fiscalização e vigilância) e atividades-meio (ensino, pesquisa e turismo); incluir representações de moradores do entorno; incluir representação do mosaico de U.C. do entorno do PARNA; contemplar critérios de composição de Comitê Gestor dos recursos hídricos, incluindo a participação dos usuários; registro como pessoa jurídica e comprovação de existência e atuação da instituição num período mínimo de três anos. (IBASE, 2006d)

Estes critérios foram apresentados em reuniões plenárias para as quais foram convocadas as 78 instituições que manifestaram interesse em continuar no processo, após sua participação nos grupos focais. Nestas plenárias foram apresentadas, ainda, as competências dos Conselhos Consultivos na gestão de Parques Nacionais apresentadas pelo SNUC (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002). Das instituições que participaram das plenárias 45 permaneceram nas fases seguintes para a composição do Conselho. Na etapa seguinte, as instituições interessadas postularam suas candidaturas através do preenchimento de um formulário no qual cada instituição explicitou sua atuação da junto ao PNT e/ou áreas do seu entorno nos últimos cinco anos; as motivações da instituição em fazer parte do Conselho Consultivo do PNT; benefícios que a instituição poderia aportar ao PNT e a justificativa para sua candidatura, considerando os critérios de participação definidos

na Lei (SNUC, 2000 e Decreto 4340/2002). Este formulário foi encaminhado, juntamente com as postulações de candidatura das instituições à administração do PNT. Foram encaminhadas 24 candidaturas de instituições que participaram em todo o processo de estruturação do Conselho Consultivo do Parque⁴⁸.

Assim, para a composição do Conselho do PNT foram observados os critérios do SNUC (BRASIL, 2000), que prevê, entre outras diretrizes, uma representação paritária entre os setores governamental e a sociedade civil na composição de Conselhos. Também foram incorporados novos critérios apresentados durante todo o processo de estruturação do Conselho, consonantes com os interesses e objetivos do Parque. Nesse sentido, a estruturação do Conselho foi o resultado de um processo de sensibilização, mobilização e capacitação de atores institucionais para a gestão do Parque (de março a dezembro de 2005). Esta composição, que se mantém atualmente, é apresentada no quadro a seguir (Quadro 2).

⁴⁸ Todo este processo está descrito na publicação *Processo de Mobilização de Atores Estratégicos para a Recomposição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca* (IBASE, 2006), disponível no site do IBASE (www.ibase.org.br).

Quadro 2: Composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca em 2006.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA – RJ (2006)	
SETOR GOVERNAMENTAL	SOCIEDADE CIVIL
Presidente: Chefia do PNT	Rádio Grande Tijuca
Diretoria de Ecossistemas- DIREC/IBAMA	Empresa Trem do Corcovado
Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC	Instituto de Estudos da Religião - ISER
Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro – RIOTUR	Sociedade de Amigos do PNT
Guarda Municipal	Federação dos Esportes de Montanha do Rio de Janeiro - FEMERJ
Superintendência da Polícia Federal	Movimento Rocinha Comunidade 21
Superintendência de Rios e Lagoas do Estado do Rio de Janeiro - SERLA	Associação Novo Horizonte
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE	Associação de Moradores Inácio Dias - Covanca
Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro	Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro - MIR
Instituto Estadual Florestal – IEF/ Parque Estadual da Pedra Branca	Instituto Defensores da Terra
Laboratório de Geohidroecologia - GEOHECO/UFRJ	Instituto Terra Brasil
IPHAN	Viva Santa

No sentido consolidar a mobilização dos atores estratégicos, foi proposta para o processo de gestão a incorporação da categoria “Observadores Convidados”, composta por instituições que manifestaram interesse em acompanhar a gestão do Parque e o Conselho. Os “Observadores Convidados” têm direito à voz, mas não ao voto nas reuniões do Conselho. Esta categoria é constituída por instituições governamentais e não-governamentais consideradas parceiras do Parque, tais como o *Fundo Brasileiro para a Biodiversidade* (FUNBIO), o *Instituto Pereira Passos* (IPP), a *Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados*, o *Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* (IPJB), *The Nature Conservancy* (TNC) e a *Escola de Artes Visuais do Parque Lage* (EAV).

Ainda como parte da capacitação para a gestão, o IBASE (como parte do *Projeto Água em Unidade de Conservação*) coordenou a elaboração do primeiro Plano de Ação do Conselho Consultivo. Desde a sua instituição, em 2007, as deliberações do Conselho têm acontecido em reuniões ordinárias bimestrais abertas ao público, na sede do Parque Nacional da Tijuca e também através de convocações extraordinárias. Atualmente, no âmbito do Conselho, estão em fase de implementação a Câmara Técnica de Turismo e a Câmara Técnica de Proteção, ambas de caráter permanente, da qual participam membros do Conselho e instituições convidadas, organizadas segundo temas aglutinadores.

6. TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: UMA INTEGRAÇÃO POSSÍVEL?

Como anteriormente mencionado, o objetivo da presente pesquisa foi identificar bases para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro, Brasil), refletindo, preliminarmente, sobre os desafios envolvidos neste processo.

O termo *turismo inclusivo* tem sido utilizado pelo “trade” turístico e também em trabalhos acadêmicos, com relação, principalmente, às ações direcionadas aos portadores de necessidades especiais, bem como as tecnologias de acessibilidade necessárias e as estratégias para promover sua inclusão, como turistas. No entanto, o conceito norteador para a presente dissertação se baseou em estudos desenvolvidos pelo Instituto Virtual do Turismo (2004), que adotou uma definição mais ampla do termo, descrito como:

“...um novo conceito - turismo inclusivo - que combine sustentabilidade, desenvolvimento econômico e social e a concertação, necessariamente conduzida pelo poder público, de esforços da iniciativa privada e de outros segmentos da sociedade” (IVT-RJ, 2004).

Assim, o turismo inclusivo, um conceito em construção, pretende discutir compromissos de promoção de inclusão social via turismo, conforme resgatado a seguir, para orientar a discussão dos resultados da pesquisa:

... turismo inclusivo pode ser entendido como uma modalidade de turismo econômica, ambiental e socialmente sustentável, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social — **via afirmação da identidade local, geração de trabalho e renda e desenvolvimento de ações educativas de valorização da diversidade e do patrimônio histórico, ambiental e cultural**⁴⁹ — através de empreendimentos turísticos que levem em consideração

⁴⁹ Grifo da autora.

as necessidades e anseios identificados localmente, e que promovam o maior envolvimento possível entre visitados e visitantes dos mais diferentes segmentos sociais, em especial os setores populares (IVT-RJ, 2004).

Da mesma maneira, “inclusão social”, neste contexto, é entendida como inclusão *via* participação social, percebida como uma alternativa a uma “...inclusão degradada do ser humano no processo de reprodução [...] do capital” (MARTINS, 2003), expressa pela inclusão no mercado de trabalho e/ou consumo, a qualquer custo. Inclusão social pelo exercício da cidadania, para o qual a participação social é premissa indispensável, fazendo uma interface clara como o conceito de turismo inclusivo adotado.

A adoção desta concepção de turismo inclusivo, pela presente pesquisa, está associada a uma leitura ética, inspirada pelo Código Mundial de Ética do Turismo (1994), que tem por objetivo “...minimizar os efeitos negativos do turismo no meio natural e no patrimônio cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos” (OMT, 1999). Partindo-se desta premissa, para esta dissertação, o turismo inclusivo possibilita que a “inclusão” se traduza em satisfação socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, inserção cultural e política das populações locais dos destinos turísticos.

Para interpretar desafios e potencialidades para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca, conforme explicitado anteriormente na contextualização metodológica desta pesquisa, foram identificados quatro temas-chave em relação ao referencial adotado:

- A) Afirmação da Identidade Local;
- B) Geração de Trabalho e Renda;

- C) Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural;
- D) Mobilização e Participação dos Atores Sociais.

A partir dos principais eixos teóricos de turismo (FUSTER, 1971), turismo inclusivo (IVT-RJ, 2000) e as temáticas da exclusão/inclusão social (MARTINS, 2003; SACHS, 2004 e CAMPOS, 2005), a análise buscou identificar, primeiramente, de que maneira as políticas públicas de turismo, e também de proteção da natureza, podem ser interpretadas no sentido da possibilidade de internalização da perspectiva do turismo inclusivo na gestão de parques nacionais brasileiros.

A observação participante, utilizada durante o processo de mobilização de atores estratégicos e estruturação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca (entre 2005 e 2007), complementou e enriqueceu a análise, identificando percepções e abordagens diversas sobre o papel e o potencial do turismo associado à sua gestão, relacionando diversas óticas possíveis sobre o tema segundo os segmentos sociais ali representados.

6.1 Interpretando os Temas Selecionados

No presente capítulo são discutidos alguns dos resultados da pesquisa com relação aos temas-chave selecionados para análise, no sentido de responder à questão central desta dissertação: de que maneira acontece (ou não) o turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca.

A) Afirmação da Identidade Local: neste tema são consideradas diretrizes e ações que reforcem a identidade e a cultura local, representadas pelo patrimônio

lingüístico, religioso, artístico e demais manifestações e tradições culturais, assim como o *modus vivendi* particular das comunidades receptoras quanto ao trabalho, esporte, festas, relações sociais, etc. E ainda, diretrizes e ações relacionadas às necessidades e propostas locais para o desenvolvimento do turismo.

Com relação a este tema, a análise das políticas públicas de turismo selecionadas traz alguns elementos importantes para a questão central desta dissertação. No documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (1994) a necessidade de valorização da identidade e cultura local está expressa na própria conceituação de ecoturismo adotada no documento que, segundo o qual, deve abranger:

... a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. (EMBRATUR/IBAMA, 1994, pg.19).

Entretanto, esta temática não foi desenvolvida no decorrer do documento. O reconhecimento da importância da valorização da identidade local é mencionado apenas tangencialmente, com relação aos possíveis impactos negativos do ecoturismo nos destinos turísticos, como "... o alojamento das populações locais... [...] ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens".(pg.17).

No *Relatório Final das Oficinas "Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo"* (MTUR/MMA, 2004) o tema da Afirmação da Identidade Local aparece, indiretamente, nos itens relacionados à *Estratégia de Envolvimento da Comunidade* (p.18), quando estes visam promover o fortalecimento de comunidades e municípios, como estratégia para a inserção e o desenvolvimento regional do ecoturismo. Apesar desta estratégia estar vinculada diretamente aos temas (C) *Geração de Trabalho e Renda* e (D) *Participação e Mobilização dos Atores Sociais*, é possível identificá-la, também, como um indicativo de Afirmação da Identidade

Local, uma vez que demanda a identificação das características da oferta turística na comunidade receptora (p.18). Para tal, é necessário elaborar o Inventário da Oferta Turística (MTUR, 2006) de cada localidade ou região, no qual serão identificados os patrimônios materiais e imateriais, como os patrimônios lingüístico, religioso, artístico e as demais manifestações e tradições culturais, particulares às comunidades receptoras. Nesse processo, muitas vezes emergem e/ou se consolidam identidades culturais locais.

Ainda no âmbito das políticas públicas de turismo, esta temática pode ser identificada, também, no *Plano Nacional do Turismo 2003-2007*. Neste documento, o tema surge com freqüência, como ao se referir à riqueza e à diversidade cultural do Brasil como suporte para a potencialização dos atrativos turísticos brasileiros (MTUR, 2003), tendo por base que o turismo:

...atuará como mecanismo instigador de processos criativos, resultando na geração de novos produtos turísticos apoiados na **regionalidade, genuinidade e identidade cultural** do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades (MTUR, 2003, p.9)

Entre as metas propostas pelo *Plano Nacional do Turismo 2003-2007* estão a ampliação e diversificação da oferta turística brasileira, a partir do desenvolvimento de, no mínimo, três produtos turísticos de qualidade em cada estado, com base na “... pluralidade cultural e diversidade regional brasileira” (p.31). No mesmo documento, a relação entre oferta turística e identidade e cultura local reaparece explicitamente nos objetivos de dois dos sete macroprogramas propostos. Este tema é enfatizado no Macroprograma de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, quando estabelece como um dos objetivos “... diversificar os produtos turísticos contemplando nossa pluralidade cultural e diferença regional” (MTUR, 2003, p. 37-

38) e “... promover a diversidade cultural e regional brasileira” como parte dos objetivos do Macroprograma de Promoção e Apoio à Comercialização (pg. 43).

No entanto, no documento *Turismo no Brasil 2007-2010* (MTUR, 2006) o tema *Afirmação da Identidade Local* é ainda periférico, sendo identificado apenas indiretamente, em decorrência das discussões sobre os benefícios do turismo para o desenvolvimento local e o processo de regionalização do turismo, presentes no item *Estruturação e Diversificação da Oferta [turística]*:

“O aumento do número de produtos turísticos de qualidade, a diversificação dos produtos turísticos contemplando a pluralidade cultural, a riqueza natural e as diferenças regionais, o incentivo a estratégia de segmentação na estruturação de roteiros, a competitividade e a inclusão, são objetivos que devem ser perseguidos na estruturação e diversificação da oferta turística do País.” (MTUR, 2006).

A temática da *Afirmação da Identidade Local* geralmente não tem sido associada às políticas públicas de proteção da natureza no Brasil e, especificamente, às que dizem respeito aos parques nacionais. Este fato parece estar diretamente relacionado ao modelo preservacionista adotado originalmente para a criação e gestão de parques nacionais⁵⁰.

Assim, a Lei Nº.985 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), que rege as Unidades de Conservação (e os Parques Nacionais brasileiros), não desenvolve plenamente esta temática no corpo do documento. Entretanto, no texto de apresentação, afirma que esta Lei:

“... concebeu dispositivos que regulam as complexas relações entre o Estado, os cidadãos e o meio ambiente, propiciando a adequada preservação de significados e importantes remanescentes dos biomas brasileiros, considerando seus aspectos naturais e culturais.” (BRASIL, 2000)

⁵⁰ Conforme discutido no *Capítulo 3* da presente dissertação os princípios preservacionistas adotados como modelo para a criação de parques nacionais os resguardam da interferência humana.

Ao incluir os aspectos culturais relacionados aos biomas brasileiros, a noção de patrimônio se amplia (patrimônio natural, material e imaterial), trazendo implícita uma alternativa possível à dicotomia homem-natureza. Aponta para a mesma direção, a inclusão da proteção das “... características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural” (BRASIL, 2000) listada entre os objetivos do SNUC. Mas o documento vai além ao se comprometer com a proteção dos recursos naturais necessários “... à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura” (BRASIL, 2000). Esta afirmação, entretanto, diz respeito diretamente às Unidades de Conservação de Uso Sustentável — principalmente Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável — que têm por premissa o uso sustentável de seus recursos naturais pelas populações tradicionais.

O SNUC (2000) se refere a turismo quando identifica os tipos de uso possíveis para os parques nacionais — pesquisa, educação ambiental e turismo — e sua vocação para “... atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (SNUC, Art. 11, 2000). Este documento prevê, ainda, uma interação das administrações dos parques com as populações do entorno e com turistas, através da visitação e dos espaços de participação social (Conselho Consultivo e consulta pública para criação de Unidades de Conservação). Mas as bases desta relação parque/população do entorno não chegam a ser discutidas no documento.

No entanto, muitas comunidades localizadas no entorno de parques nacionais brasileiros têm sua identidade cultural baseada estreitamente nas relações com o ambiente, em variados graus de interação e dependência dos recursos naturais.

O turismo em parques nacionais, nesse caso, poderia contribuir para a valorização do patrimônio natural e cultural destas populações. Dessa maneira, as competências dos Conselhos de Unidades de Conservação, definidas pelo SNUC, podem contribuir, em tese, para o efetivo papel desta instância no sentido de internalização de iniciativas de turismo capazes de potencializar a **afirmação da identidade local**, no âmbito da gestão de parques nacionais.

No caso do *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas* – PNAP (BRASIL, 2006), a temática de *Afirmação da Identidade Local* já apresenta maior visibilidade. O Princípio III deste documento enfatiza a “... valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza”. O Princípio VII destaca que há um “... reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e sociocultural” (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar, portanto, que a recente inclusão de aspectos culturais, étnicos e simbólicos em políticas públicas de proteção da natureza e o reconhecimento da relação entre biodiversidade e diversidade cultural trazidos, principalmente, pelo PNAP (BRASIL, 2006), representam uma mudança importante na perspectiva dos modelos de gestão de áreas protegidas e, conseqüentemente, de gestão de parques.

No âmbito dos instrumentos e espaços de gestão do Parque Nacional da Tijuca analisados (Plano de Manejo e Conselho Consultivo) a temática de afirmação de identidade local é mencionada e discutida em diversos momentos do exercício da observação participante. Nas reuniões plenárias e de grupos focais durante todo o processo de estruturação do Conselho consultivo (conforme apresentado no **Capítulo 5**) esta temática aparece relacionada, principalmente, às ações do Núcleo

de Educação Ambiental (IBAMA/PNT), que desenvolve o Projeto Meio Ambiente e Religião, desde 1997, em parceria com atores sociais vinculados a diversas entidades religiosas, pesquisadores, comunitários e ambientalistas. Os temas racismo ambiental, justiça social, religião, identidade e cultura foram discutidos em diversas reuniões, assim como as práticas alternativas para oferendas religiosas em áreas protegidas e a compatibilização da proteção do patrimônio natural e cultural com a livre expressão da experiência religiosa.

Durante o processo de estruturação do Conselho consultivo do Parque foi possível, também, identificar esta temática na própria diversidade de atores sociais que participam de sua composição⁵¹. As instituições que compõem o Conselho representam diversos grupos sociais que estão vinculados ao PNT e se relacionam, direta ou indiretamente, com a natureza, a partir de perspectivas culturais distintas.

A Ong Novo Horizonte, por exemplo, representa a comunidade da Formiga, que está localizada no Maciço da Tijuca. Durante as reuniões dos grupos focais, diversas vezes os membros desta comunidade se referiram ao PNT como uma “extensão de casa” e que, como tal, mereceria um cuidado e limpeza constante. Este seria o principal motivo da realização de ações comunitárias para a conservação da área, como o Projeto Guardiões do Rio⁵² e os Mutirões de Reflorestamento⁵³. Ainda segundo estes interlocutores, o Maciço da Tijuca e os recursos hídricos que nascem no PNT e atravessam o Morro da Formiga, na Tijuca, fazem parte da história local e da percepção de identidade da comunidade. As relações entre o PNT e os moradores do Morro da Formiga se desenvolvem, também, através de ações de cidadania e de atividades culturais. Ações da Ong

⁵¹ Vide Quadro 2: Composição do Conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca em 2006.

⁵² O projeto *Guardiões do Rio* é responsável pela limpeza das valas e rios na comunidade do Morro da Formiga, na Tijuca, em parceria com projetos de reflorestamento e agentes ambientais locais.

⁵³ Projeto de reflorestamento das encostas do Maciço da Tijuca em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

Novo Horizonte e outras organizações não-governamentais dos Morros da Formiga e do Borel, em parceria com a administração do Parque Nacional da Tijuca, no Projeto Água em Unidade de Conservação, tem apoiado a realização de atividades de fortalecimento da identidade e culturas locais, dentre elas a Folia de Reis, que acontece em dezembro e as celebrações do dia de São Sebastião, em 20 de janeiro.

O Movimento Inter-Religioso (MIR) é uma instituição que congrega diversas religiões que, de alguma maneira, atuam nos espaços de visitação do Parque (católica, afro-brasileiras, druidas, esotéricas, xamanistas, evangélicas, entre outras). Muitas vezes, as práticas religiosas acontecem dentro do Parque, ou em seu entorno imediato, o que tende a gerar conflitos quanto ao uso público e a conservação da natureza. O MIR, que atualmente faz parte do Conselho consultivo do PNT, através do Projeto Espaço Sagrado, tem buscado a construção de diálogo entre as diversas religiões e entre as mesmas e a gestão do Parque, através de fóruns de discussão e de ações de educação ambiental. Nesse sentido, os interlocutores do MIR consideram a natureza presente no PNT como:

... um Altar Sagrado e, através da mediação de conflitos de interesse entre religiosos e ambientalistas contribuir para que seja considerado e respeitado o uso público religioso nesta unidade [PNT]. (MIR, 2006).

A busca por alternativas sustentáveis quanto ao uso do PNT para práticas religiosas, além de contribuir para a redução dos conflitos que envolvem os atores sociais relacionados ao parque, visa contribuir para o fortalecimento da diversidade cultural e da noção de patrimônio religioso, principalmente, em relação às religiões afro-brasileiras.

B) Geração de Trabalho e Renda: são consideradas iniciativas que promovam, além de geração de trabalho e renda, a democratização de oportunidades, a inclusão social pelo trabalho, a redistribuição equitativa dos benefícios advindos do turismo e o desenvolvimento socioeconômico, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras. Este tema pode ser identificado, também, em diretrizes e ações que promovam a autonomia, a economia solidária, os arranjos produtivos locais e o associativismo.

Esta temática foi identificada com frequência nas políticas públicas de turismo selecionadas. O documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (EMBRATUR/IBAMA, 1994) destaca os benefícios econômicos do ecoturismo quanto à "... diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micro e pequenos negócios, a geração local de empregos, a fixação da população no interior..." (EMBRATUR/IBAMA, 1994, p. 17).

No mesmo documento, o tema da *Geração de Trabalho e Renda* foi, também, associado às ações estratégicas de incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994) entre as quais, quatro das doze estratégias apontadas, têm como foco a geração de oportunidades para as comunidades receptoras:

- Facilitação e simplificação das linhas de crédito existentes, viabilizando seu acesso às comunidades, para implantação de serviços ecoturísticos;
- Inclusão de equipamentos ecoturísticos comunitários como beneficiários dos recursos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- Financiamento de cooperativas voltadas para a produção de bens e serviços destinados ao ecoturismo;
- Propor aos estados e municípios a criação de bônus fiscais para empresas que envolvam as comunidades locais na prestação de serviços aos empreendimentos turísticos. (EMBRATUR/IBAMA, 1994, Pg.28)

No *Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo”* (MTUR/MMA, 2004) o tema aparece diretamente vinculado à redistribuição eqüitativa dos benefícios advindos do turismo, inicialmente, como parte da estratégia denominada *Envolvimento da Comunidade*, que prevê a criação de mecanismos que “asseguem o retorno dos benefícios derivados do ecoturismo para a comunidade” (MTUR/MMA, 2004). No mesmo documento a temática da *Geração de Trabalho e Renda* aparece de forma direta e objetiva integrando, principalmente, a democratização de oportunidades, os arranjos produtivos locais e o associativismo, nas estratégias de *Incentivos ao Desenvolvimento do Ecoturismo*, descritas a seguir:

- Propor aos Estados e Municípios a criação de incentivos fiscais para empresas que envolvam as comunidades na prestação de serviços aos empreendimentos ecoturísticos.
- Promover e articular junto a governos e agentes financeiros a divulgação, facilitação ou simplificação das linhas de crédito existentes, adaptando-se às características específicas do segmento e viabilizando seu acesso às comunidades, para implantação dos serviços ecoturísticos.
- Criar mecanismos para fomentar o associativismo e cooperativismo, e incentivar financiamento ao empreendedorismo e políticas públicas para a produção de bens e serviços destinados ao ecoturismo.
- Elaborar proposta de inclusão de equipamentos ecoturísticos comunitários como beneficiários de recursos de fundos federais, estaduais e municipais (CADE, Compensações Ambientais, etc) nos termos da legislação vigente, desde que promovam a recuperação e proteção do patrimônio natural e cultural. (MTUR/MMA, 2004)

Ainda neste documento, destaca-se a proposta de “... terceirização dos serviços e equipamentos turísticos nos pólos de ecoturismo, envolvendo comunidades locais” (MTUR/MMA, 2004). Esta proposta, que integra a estratégia denominada *Infra-estrutura*, se relaciona, diretamente, à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento socioeconômico dos destinos turísticos.

O *Plano Nacional do Turismo 2003-2007* (MTUR, 2003) também estabelece uma vinculação direta com esta temática. Segundo este documento, os programas,

projetos e ações em turismo devem considerar a redução das desigualdades regionais; a redução das desigualdades sociais; geração e distribuição de renda, emprego e ocupação; e contribuição do turismo no equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

O texto propõe um “... novo modelo para o Turismo que contemple e harmonize a força e o crescimento do mercado com a distribuição da riqueza” (MTUR, 2003). No decorrer do texto é possível identificar que esta proposta se refere à redução das desigualdades regionais existentes no Brasil sem, no entanto, apresentar um foco estratégico direcionado para as comunidades locais, conforme citado a seguir:

“A geração de novos empregos no Brasil transitará via a promoção de investimentos no setor turístico.”

“... a importância do turismo como atividade estratégica de auto-sustentabilidade, com efeitos sociais evidentes”

“... [O turismo]... deverá se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades; ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população;” (MTUR, 2003).

Da mesma maneira, esta temática está presente no documento *Turismo no Brasil 2007-2010* (MTUR, 2006), ao afirmar que:

“O turismo é uma atividade de importância fundamental para o crescimento da economia do País devido, não somente a sua contribuição significativa para o aumento do PIB, como também pela sua potencial capacidade de geração de trabalho, ocupação e renda, com impactos na melhoria da qualidade de vida da população.” (MTUR, 2006)

O documento apresenta, em seguida, uma série de dados e tabelas sobre postos de trabalho formal e informal, que ultrapassava a casa de cinco milhões de empregos em turismo no Brasil, em 2005 (MUTR, 2006). Ainda segundo o documento, entre 2003 e 2005 foram gerados 788.742 de empregos formais e informais no Brasil.

Cabe ressaltar que, por ser um setor que utiliza mão-de-obra intensivamente e recebe divisas internacionais, a contribuição do turismo para a geração de trabalho e renda no Brasil é um fato que tem sido explicitado em diversos documentos e políticas públicas. Entretanto, o que se busca analisar aqui se refere mais às possibilidades do turismo como vetor que impulse práticas para a democratização de oportunidades, assim como a inclusão social pelo trabalho e a redistribuição eqüitativa dos benefícios advindos do turismo, com foco na economia local.

A temática *Geração de Trabalho e Renda* é mencionada apenas, indiretamente, em um dos objetivos do SNUC (Cap. 2, Art.4º, Parágrafos IV e V) que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável, a partir dos recursos naturais como estratégia para conjugar a conservação da natureza e os processos de desenvolvimento. Novamente, são as Unidades de Uso Sustentável, principalmente as RESEX e REDES, que se inserem no foco do desenvolvimento econômico apontados, ainda que indiretamente, pelo SNUC.

Por sua vez, entre os vinte e seis princípios que compõem o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006) dois têm relação direta com o tema *Geração de Trabalho e Renda*. Nesse caso, apresentados, basicamente, sob a mesma ótica de inclusão social adotada nesta dissertação. O Princípio XII do PNAP trata diretamente da repartição justa e eqüitativa dos benefícios provenientes da conservação da natureza visando à "... melhoria da

qualidade de vida, erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades regionais” (BRASIL, 2006). O desenvolvimento do turismo como alternativa socioambientalmente compatível com os objetivos de conservação dos parques nacionais se articula, também, com o Princípio XIII, favorecendo o “...desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas” (PNAP, Princípio XIII).

Cabe ressaltar que os parques nacionais estão distribuídos em todo o território nacional e, muitas vezes, situam-se em locais socioeconomicamente desprivilegiados, porém altamente relevantes quanto à diversidade biológica e ao patrimônio cultural. Mas, a dinâmica social do entorno destes parques nacionais tende, a médio e longo prazo, a ser afetada pela lógica do desenvolvimento econômico — concentração de poder político e renda, exploração degradante dos recursos naturais, especulação imobiliária, entre outros — acarretando as conseqüências correlatas da desagregação social, perdas substanciais em diversidade biológica e cultural, êxodo rural e desigualdades sociais. Como alternativa, nesse caso, o turismo inclusivo em parques nacionais pode se constituir, potencialmente, em alternativa sustentável para a redução das desigualdades regionais.

O Parque Nacional da Tijuca, quanto a seus instrumentos de gestão, apresenta alguns tópicos relacionados à temática da Geração de Trabalho e Renda. No Plano de Manejo (no prelo), o Encarte Uso Público prevê **Ações Estratégicas** que se relacionam diretamente com o compromisso da geração de trabalho e renda direcionado ao entorno e, conseqüentemente, às populações locais. Destacam-se, assim, as ações propostas com objetivo de “... desenvolver projetos que promovam alternativas de emprego e renda para a comunidade, com base em Educação

Ambiental” (IBAMA, no prelo). Estas se voltam, principalmente, para as comunidades de baixa renda que têm interface física com o entorno do Parque, como as de Ignácio Dias (Setor D), Borel (Setor A), Rocinha, especialmente a área do Laboriaux (Setor C) e Cerro-Corá/Guararapes (Setor B). Estas iniciativas atendem à crescente necessidade de fortalecimento dos vínculos do Parque com as comunidades de seu entorno, apontadas pelo Plano de Manejo. Nesse sentido, as atividades e projetos de geração de trabalho e renda propostos neste documento para as áreas de entorno enfatizam o turismo e a visitação associados à proteção da natureza, através de:

“... cursos de capacitação profissional em atividades ligadas ao turismo em áreas protegidas... [e da formação] de monitores ambientais, **guias de turismo sustentável, condutores de visitantes e agentes ambientais** para atuação em meio ambiente e práticas religiosas.” (IBAMA, no prelo)

Estas ações fazem interface também com a temática do *Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural*.

Ainda segundo o Plano de Manejo, no caso da necessidade da terceirização de serviços (não explicitados pelo documento), deve ser priorizada a contratação de mão-de-obra nas comunidades do entorno do Parque, estreitando as relações destas com o Parque e possibilitando a inclusão social, pelo trabalho, de comunidades situadas em seu entorno.

O compromisso de geração de renda para a própria Unidade de Conservação, assim como os desdobramentos possíveis deste processo, pode ser interpretado também como um subitem desta temática. A autonomia financeira e a sustentabilidade econômica dos Parques Nacionais, por exemplo, dependem, muitas vezes, dos montantes arrecadados com a cobrança de visitação e do turismo. Neste

sentido, a **Matriz de Avaliação Estratégica** do Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca prevê a implantação de um sistema de controle da receita gerada pela visitação que impeça sua evasão e viabilize a auto-sustentabilidade econômica do Parque.

Pela análise da temática da geração de trabalho e renda nas políticas públicas de proteção da natureza selecionadas é possível evidenciar a possibilidade da internalização do turismo inclusivo na gestão do PNT. Este cenário favorável foi reforçado durante o período da observação participante, no qual foi explicitada, inúmeras vezes, a percepção dos interlocutores institucionais, técnicos e conselheiros, ao identificarem o turismo como vetor de ações voltadas para a democratização de oportunidades de trabalho e para o aporte de receitas necessárias à conservação da natureza em parques nacionais.

Ainda através da observação participante, foi possível identificar que a temática de geração de trabalho e renda emerge como tema freqüente nas falas dos membros do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca, como preocupação a ser assimilada nos processos de gestão. Foi reafirmado por vários interlocutores do Conselho, em diversos encontros formais e informais que “... o turismo atualmente é uma expressiva fonte de receita para o Parque” e que este “... pode contribuir para a sua gestão gerando as receitas necessárias para o adequado manejo”, desde que considerados os objetivos essenciais de conservação.

C) Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural: este tema se refere às diretrizes e ações que promovam a compreensão e a valorização dos aspectos do patrimônio material e imaterial das comunidades receptoras através da

“educação formal e não-formal, assim como a capacitação, atualização e especialização em turismo, via rede pública ou privada” (IVT, 2004) dos atores dos processos de desenvolvimento do turismo, incentivando sua co-responsabilidade na conservação do patrimônio integral brasileiro.

As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994) reconhecem a diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural como um benefício ambiental advindo do ecoturismo em áreas protegidas, uma vez que o ecoturismo pode ser desenvolvido como alternativa a outras atividades econômicas que exercem um alto impacto sobre a integridade dos recursos naturais e culturais.

Segundo este documento, através do ecoturismo, as ações educativas de valorização da diversidade e do patrimônio histórico, ambiental e cultural podem ser desenvolvidas, representando, ainda, uma importante via para a educação ambiental, já que os objetivos do mesmo envolvem também a conscientização e informação ao ecoturista.

No *Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo”* (2004) esta temática se expressa, inicialmente, na estratégia *Informação e Comunicação*, no apoio a programas de educação ambiental em todos os níveis, contemplando a transversalidade, de maneira interdisciplinar e na criação de material informativo para as áreas de destino ecoturístico em âmbito federal, regional, pólos e localidades ecoturísticas, enfatizando ecossistemas e aspectos culturais (MTUR/MMA, 2004). O *Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo”* (2004) se refere ao tema da valorização do patrimônio histórico, ambiental e cultural através da educação e capacitação dos atores do desenvolvimento turístico de maneira geral na estratégia *Capacitação*. No mesmo

documento, esta temática se relaciona, ainda, à proposta de inserção “... da comunidade, com seus conhecimentos, em programas e ações de capacitação para o ecoturismo, preferencialmente de forma continuada” (MTUR/MMA, 2004).

O Plano Nacional do Turismo 2003-2007 explicita que o turismo deve representar um “... agente de valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade” (MTUR, 2003).

O documento Turismo no Brasil 2007-2010, no capítulo referente ao Eixo Temático Capacitação, faz referencia à necessidade de qualificar tanto o profissional de turismo como os serviços oferecidos, através da educação formal e não-formal específica para o setor. Destaca-se, principalmente, a indicação para a execução de ações educativas enfocando os atrativos turísticos quanto à “... proteção e conservação de patrimônio histórico e natural, a promoção e valorização das manifestações artísticas e culturais como patrimônio das populações locais e a hospitalidade e acolhida ao turista” (MTUR, 2006). A temática reaparece no incentivo da promoção de ações que promovam a:

“...conscientização, sensibilização e mobilização da sociedade para o turismo, como fator de desenvolvimento sustentável das regiões, com ênfase na importância da proteção e/ou conservação do meio ambiente e dos efeitos socioeconômicos para as localidades.”
(MTUR, 2006)

Nas políticas públicas de proteção da natureza esta temática A valorização econômica e social da diversidade biológica e cultural constituiu um dos objetivos do SNUC, o que se articula, em tese, à possibilidade de que o turismo, em bases sustentáveis, possa agregar valor à conservação da biodiversidade face à demanda turística nacional e internacional (SNUC, Art. 4º, Parágrafos XI e XII). Nesse sentido, o SNUC prevê o incentivo à promoção da “...educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (Art.4º, Parágrafo XII).

Assim, a experiência interpretativa proporcionada pelo turismo, em associação à educação e interpretação ambiental em parques nacionais, pode possibilitar também a valorização da diversidade e do patrimônio histórico, ambiental e cultural, através da conscientização ambiental dos turistas e dos demais atores estratégicos envolvidos no desenvolvimento do turismo e na gestão da área protegida.

Da mesma maneira, essa temática é explicitada pelo Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca na **Matriz de Avaliação Estratégica**, quando esta prevê a promoção dos valores naturais, históricos e culturais associados ao Parque, em nível local, regional, nacional e internacional. O Plano considera, ainda, a necessidade de se evidenciar a relação parque-cidade junto à sociedade. O Plano de Manejo do PNT evidencia também a diversidade e riqueza deste patrimônio, quando, por exemplo, especifica os seguintes objetivos relacionados com a temática de valorização do patrimônio e educação ambiental:

- Proporcionar oportunidades ao visitante para desenvolver atividades culturais, de visitação, lazer, interpretação, sensibilização ambiental e ecoturismo, em ambiente protegido, levando-o a compreender a importância da preservação da área e estimulando-o a formar uma consciência ambiental;
- Proteger, valorizar e difundir o patrimônio histórico arqueológico, tais como Ruínas do Archer (Sítio do Midosi), Ruínas do Humaitá, Ruínas do Mocke, Ruínas de Vila Rica, Ruínas do Sítio do Anil, Ruínas do Cantagalo entre outras;
- Proteger, valorizar e difundir o patrimônio histórico edificado, tais a Ponte Job de Alcântara, a Fazenda Luiz Fernandes, o Barracão, a Capela Mayrink, a Capela Silvestre, os Restaurantes Esquilos e A Floresta, o Hotel das Paineiras, a Vista Chinesa, a Mesa do Imperador, o Aqueduto das Paineiras, as nove caixas d' água da Gávea Pequena, Estação de Tratamento de Águas do Rio Carioca, o Parque Lage e demais bens culturais. (IBAMA, no prelo)

As **Diretrizes de Planejamento por área de atuação** do Plano de Manejo do Parque abordam esta temática, identificando os seguintes objetivos no item

Visitação:

- Proporcionar lazer ecológico e capacitação ambiental voltados para o turismo ecológico e cultural, através da realização de visitas guiadas e caminhadas dando ênfase à sensibilização dos visitantes aos aspectos naturais e culturais do PNT, bem como sensibilização ambiental.
- Subsidiar os guias e condutores de turismo e ecoturismo com informações objetivando a difusão do patrimônio integral da UC (natural, cultural e imaterial). (IBAMA, no prelo)

É importante ressaltar que estes dois objetivos foram adotados pelo Parque antes mesmo da revisão do Plano de Manejo, e vêm sendo implementados através da parceria do Parque com organizações não-governamentais, com a participação dos técnicos do IBAMA e de funcionários remanescentes da co-gestão com a municipalidade.

No caso do Conselho, esta temática emergiu na observação participante do processo de sua estruturação, quando da realização de reuniões dirigidas aos grupos focais⁵⁴ e plenárias para sua estruturação. Os grupos focais ligados à “... visitação, organizações não governamentais e voluntariado de apoio ao manejo” e também o grupo de “comunidades do entorno”, por exemplo, relataram diversos projetos que vem desenvolvendo em parceria com a administração do PNT ligados a esta temática, como mutirões de limpeza nas nascentes do Rio Carioca e nas trilhas do Parque. Nas reuniões plenárias, representantes de Unidades de Conservação (como o Parque Estadual da Pedra Branca e do Comitê Gestor da Baía de Guanabara) ressaltaram a importância do envolvimento dos parques com a população dos entorno, em parcerias que promovam ações conjuntas para a proteção da natureza.

⁵⁴ Os grupos focais estão descritos no Capítulo 3 da presente dissertação (pg.99)

Outro aspecto desta temática reaparece nas falas dos gestores, técnicos e funcionários do PNT e, também, nas propostas dos representantes de concessionários e operadores de serviços privados (terceirizados ou não), que atuam no interior do Parque, e que percebem como de fundamental importância a implementação de estratégias e campanhas de valorização do Parque como patrimônio histórico, ambiental e cultural da cidade do Rio de Janeiro, inclusive com investimento em mídia.

D) Mobilização e Participação dos Atores Sociais: o tema envolve diretrizes e ações que promovam a participação das comunidades receptoras e dos atores estratégicos no planejamento e gestão do turismo, bem como a identificação de espaços de participação e promoção do diálogo social. E também, o exercício da cidadania, o controle social e a concertação democrática dos conflitos socioambientais, com foco no turismo.

Uma perspectiva sobre participação e mobilização dos atores sociais está presente nas *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (EMBRATUR/IBAMA, 1994). Neste documento, participação social é interpretada como estratégia para o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, o documento ressalta a importância da articulação entre agentes governamentais, setor privado e comunidade envolvida, como determinante para o desenvolvimento adequado do ecoturismo no Brasil, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade da incorporação da gestão participativa no turismo, conforme mencionado:

É necessário avançar no modelo de gestão descentralizada e participativa, [...] buscando também uma maior articulação entre as diversas instâncias do governo federal, estadual e municipal, bem como com as instâncias de representação macro-regionais do turismo e entre o setor público e privado. (MTUR, 2006)

No mesmo documento identifica-se, ainda, a necessidade de foco nas ações de monitoramento e avaliação da gestão participativa do turismo, bem como a necessidade de articulações entre os diferentes ministérios, entre os quais o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente.

Ainda neste documento, é mencionada, especificamente, a utilização da arrecadação advinda do turismo em Unidades de Conservação para fomentar estratégias que alcancem os objetivos de formação e capacitação de pessoal para o ecoturismo em nível comunitário, desenvolvidas sob forma de incentivos e programas de capacitação empresarial (EMBRATUR/IBAMA, 1994, p. 25-26).

No *Relatório Final das Oficinas “Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo”* (2004) foram identificados os seguintes aspectos concernentes à estratégia denominada *Envolvimento da Comunidade*:

- Promover e fortalecer as instâncias de gestão nas regiões de ecoturismo, com critérios de sustentabilidade.
- Proporcionar a integração dos diversos atores no planejamento da atividade do ecoturismo.
- Fortalecer comunidades e municípios para inserção e desenvolvimento regional do ecoturismo, em processos de planejamentos, implementação e gestão de programas e projetos.
- Adotar processos e mecanismos de informações junto às comunidades sobre turismo sustentável e suas potencialidades econômicas.
- Apoiar e fortalecer as iniciativas de engajamento da comunidade em toda a cadeia produtiva da atividade de ecoturismo.
- Fomentar técnica e financeiramente, empreendimentos comunitários de base local.
- Incentivar empreendimento cooperativo de base comunitária.
- Promover e ajustar a demanda do ecoturismo de acordo com as características da oferta, identificadas na comunidade.
- Inserir a comunidade, com seus conhecimentos, em programas e ações de capacitação para o ecoturismo, preferencialmente de forma continuada.

- Criar mecanismos que assegurem o retorno dos benefícios derivados do ecoturismo para a comunidade.
- Utilizar os veículos de comunicação local como instrumento de divulgação da atividade e educação ambiental buscando o efetivo envolvimento da comunidade local.
- Promover a criação e implementação de roteiros interligando os pólos de ecoturismo enfocando o envolvimento da comunidade local. (MTUR/MMA, 2004)

Além destas, foram identificadas, no mesmo documento, diretrizes para o estabelecimento de sistemas de monitoramento dos impactos do ecoturismo no ambiente, com a participação da comunidade (como parte da estratégia Ordenamento e Normatização) e a promoção de campanhas de informação e sensibilização para as comunidades inseridas nas áreas de potencial ecoturístico (parte da estratégia Informação e Comunicação).

O *Plano Nacional do Turismo 2003-2007* aponta para uma gestão descentralizada de políticas públicas, priorizando o nível regional das ações visando à diversificação da oferta turística. A participação social das populações locais (leia-se a *comunidade* na citação abaixo) é citada como parte dos atores sociais envolvidos no processo, como destacado a seguir:

O efetivo envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental neste processo. Dessa forma cria-se o ambiente para alcançar a qualidade, a diversidade e competitividade do produto turístico brasileiro (MTUR, 2003).

O documento *Turismo no Brasil: 2007-2010*⁵⁵ (MTUR, 2006) enfatiza a necessidade de continuidade do processo de fortalecimento da participação social no turismo através do diálogo entre instâncias públicas e entre estas e a sociedade civil — iniciado no *Plano Nacional do Turismo 2003-2007*— com o objetivo do fortalecimento de uma **gestão descentralizada** de políticas públicas. Entretanto,

⁵⁵ O *Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão* (no prelo), que tem como base a inclusão social, até o momento de consolidação da pesquisa não havia sido lançado.

não há uma explicação se esta considera a gestão conjunta entre as instâncias governamentais municipais, estaduais e federais e, por exemplo, os empresários do turismo e/ou entidades de classe, ou se amplia essa participação para as populações locais que atuam no turismo, ou mesmo as que são afetadas por este.

A proposta de gestão descentralizada expressa no Plano Nacional de Turismo 2003-2007 vem fomentando a consolidação de uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Ainda que se tenha institucionalizado uma rede de cooperação entre os governos, iniciativa privada e terceiro setor, nos âmbitos federal, estadual, municipal, regional e macrorregional, a participação destas diversas instâncias no processo ainda é muito desigual, em função dos diferentes níveis de organização local, tanto do poder público, quanto dos diferentes segmentos da iniciativa privada, e da carência de um direcionamento mais focado com relação à complexidade de ações destes atores, nas diversas escalas territoriais.

No contexto da estruturação e diversificação da oferta deve ser considerada, ainda, a perspectiva da inclusão de parcelas da população brasileira na produção e no consumo do turismo no País. O Turismo Social, buscando identificar os diversos segmentos com potencial a ser trabalhado, deve ser visto como política transversal para promover inclusão, privilegiando a ótica de cada um dos distintos atores envolvidos na atividade: o turista, o prestador de serviços, o grupo social de interesse turístico e as comunidades receptoras e, neste sentido, deve ser entendido como a forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a equidade e o exercício da cidadania na (MTUR, 2006).

Esta temática vinha sendo pouco desenvolvido em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil. Entretanto, a Lei do SNUC (BRASIL, 2000) trouxe algumas mudanças importantes quanto aos espaços de participação social na criação e gestão de Unidades de Conservação (SNUC, Art. 5º). Este documento, que rege as Unidades de Conservação (e os Parques Nacionais brasileiros), introduziu duas instâncias que podem possibilitar afirmação da identidade local: a consulta pública para criação de Unidades de Conservação e a implementação de Conselhos Consultivos.

Neste caso, a introdução destas diretrizes, aliada a outros dispositivos (como as Câmaras Técnicas, os mosaicos de UC e a gestão participativa, entre outros), tende a incentivar a construção de parcerias e a cooperação de diversos atores sociais para a gestão de unidades de conservação. No tocante às parcerias para a gestão, especificamente, o SNUC prevê a integração entre a gestão de parques nacionais e a implementação das políticas públicas que incidam sobre o território e as águas do entorno da área protegida, considerando, ainda, as condições e necessidades sociais e econômicas locais (SNUC, Art. 5º, Parágrafo VIII).

A participação social prevista pelo SNUC objetiva ao controle social, proporcionando, durante os processos de gestão da unidade de conservação, a construção de relações pautadas pelo sentimento de pertencimento dos atores estratégicos, face aos parques nacionais, o que possibilita o alcance dos objetivos de conservação da natureza, em longo prazo.

O Decreto 4.340/2002, que regulamenta a Lei do SNUC, também apresenta uma articulação com a temática em foco, sobretudo quanto às necessidades e propostas locais para o desenvolvimento do turismo, tendo por base o Capítulo V, *Do Conselho* (pg 42 – 43), quando são definidas suas competências, entre as quais:

esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade” (Cap. V, Art. 20, § IV) [...e...] “propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso. (BRASIL, 2002. Cap.V, Art. 20, § IX)

As temáticas da participação e mobilização dos atores sociais no processo de elaboração, implementação e gestão de políticas e em projetos de turismo são pressupostos do turismo inclusivo que se articulam com os seguintes princípios do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (XVII e XVIII):

Princípio XVII - pactuação e articulação das ações de estabelecimento e gestão de áreas protegidas com os diferentes segmentos da sociedade;

Princípio XVIII - promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno de áreas protegidas. (BRASIL, 2006)

Nos instrumentos de gestão do Parque Nacional da Tijuca, a temática da participação dos atores sociais está claramente explicitada nos principais instrumentos de gestão do Parque (Plano de Manejo e Conselho) e concretizada pela instituição do Conselho Consultivo. Este tema está presente nas premissas da **Matriz Estratégica** do Plano de Manejo, quanto ao compromisso do fortalecimento da co-gestão e a capacitação para a gestão participativa do Parque. A temática se evidencia, também, nos **Objetivos Específicos** do Plano de Manejo, quando estes expressam a necessidade de integração da gestão do Parque com os atores sociais visando uma interlocução permanente com a sociedade civil e as comunidades do entorno.

Da mesma maneira, todo o processo de construção e implantação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca foi estruturado em bases participativas e democráticas, buscando a maior representatividade possível da

sociedade, visando o controle social. Desse modo, esta instância incorpora algumas das premissas fundamentais para a consolidação do turismo inclusivo, como a mobilização e a participação de atores sociais na gestão. Nesse sentido, Irving (2006) ressalta que o Conselho representa:

... um instrumento de gestão, uma instância potencial para a construção de governança, de expressão local, representação e participação da sociedade... podendo representar uma via importante de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder. (IRVING, 2006, p. 44)

O esforço para a participação e mobilização social na gestão de parques pode ser identificado, também, pela diversidade dos grupos sociais representados na composição do Conselho, que, observando a paridade entre setor público e sociedade civil, reúne representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal, instituições de pesquisa e ensino, organizações não—governamentais ambientais e socioambientais, associações de classe, setor privado e instituições representantes das comunidades do entorno. De um total de 24 membros do Conselho do Parque, três são de instituições que representam comunidades de baixa renda e ocupação informal, Formiga (Associação Novo Horizonte), Rocinha (movimento Rocinha XXI) e Inácio Dias-Covanca (Associação de Moradores) e, outras duas representam os bairros da Grande Tijuca (Rádio Comunitária Moitará) e Santa Tereza (Viva-Santa)⁵⁶.

No âmbito do Conselho, as Câmaras Técnicas permanentes e temporárias, representam também espaços importantes para a discussão de temas específicos, entre os quais o turismo. A implementação destas Câmaras, requer a ampliação na mobilização e participação da sociedade, pois as Câmaras técnicas (ou grupos temáticos) incorporam outros atores sociais ao Conselho e permitem uma relação

⁵⁶ A composição do Conselho Consultivo do Parque é apresentada na **p. 97**

mais direta entre os grupos sociais envolvidos no processo e entre estes e os gestores do Parque. No **Plano de Ação do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca 2007-2008** foram traçadas algumas estratégias visando as **Relações com as Comunidades**, no sentido de “... estimular a implantação de canais de interlocução e parcerias com as comunidades do entorno” (IBASE, 2006), através da criação de um fórum comunitário e da promoção de reuniões formais e informais entre gestores, conselheiros e lideranças comunitárias do entorno.

A RIOTUR, órgão governamental municipal de turismo da cidade do Rio de Janeiro e a empresa Trem do Corcovado estão diretamente vinculados ao turismo, e têm representação no Conselho Consultivo do Parque. As demais instituições relacionadas ao turismo que estão no Conselho são aquelas que atuam como parceiras do Parque nos programas de visitação, como o Instituto Terra Brasil, a Sociedade de Amigos do Parque e a FEMERJ, que atuam junto à visitação, a educação ambiental e a divulgação do Parque.

Além disso, o desenvolvimento do turismo no Parque Nacional da Tijuca, em bases sustentáveis é, em geral, compreendido como de fundamental importância, pelos interlocutores do Conselho. O tema, relacionado ao Uso Público, esteve presente em todas as plenárias e reuniões de grupos focais dos atores estratégicos para a construção e implantação do Conselho. Na elaboração do Plano de Ação do Conselho 2007-2008 (IBASE, 2006), o tema *Turismo e Usos Recreativos* foi considerado prioritário pelos Conselheiros e tem sido, desde então, direta ou indiretamente, tema constante nas plenárias.

A relevância do turismo para a gestão do Parque foi ressaltada em diversos momentos, durante o processo de estruturação do Conselho e também, posteriormente, nas etapas de consolidação da pesquisa. Da mesma forma, entre as

propostas de implementação de câmaras técnicas previstas no **Plano de Ação** do Conselho consultivo, a Câmara Técnica permanente de Turismo foi a primeira a ser instituída e a única em operacionalização, atualmente. Esta instância de gestão visa a discussão e o encaminhamento de propostas ambiental e economicamente sustentáveis para o desenvolvimento e a gestão do turismo no Parque. A Câmara Técnica de Turismo visa também a articulação de instituições vinculadas ao tema, participantes ou não do Conselho, tais como: Empresa Trem do Corcovado, Sociedade de Amigos do Cristo, lojistas estabelecidos no Cristo Redentor, Sociedade de Amigos do PNT, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Viva Santa e Associação de Moradores e Amigos de Santa Tereza, entre outras.

Como resultado da análise das políticas públicas de turismo e proteção da natureza em articulação com a análise dos instrumentos de gestão do PNT, acrescidas da observação participante do processo de estruturação de seu conselho consultivo (entre 2005 e 2007), primeiramente, identifica-se a existência de uma base teórica que possibilita o desenvolvimento do turismo como um vetor de articulação entre objetivos de proteção da natureza e inclusão social.

As análises revelam, ainda, que o conceito de turismo inclusivo pode ser associado à gestão de parques nacionais com base nas políticas públicas de turismo e proteção da natureza, principalmente, a partir da consolidação do SNUC e aplicação dos princípios do PNAP.

É importante ressaltar que a administração dos parques nacionais está a cargo de um gestor federal (IBAMA) e, assim, a premissa de que o turismo inclusivo deva ser encaminhado como uma "... concertação, necessariamente conduzida pelo poder público, de esforços da iniciativa privada e de outros segmentos da sociedade" (IVT-RJ, 2004) se articula diretamente com este nível de gestão.

Ao mesmo tempo, está claro, até mesmo pelas diretrizes das políticas públicas de preservação da natureza analisadas, que o papel deste gestor é o de aglutinar e dinamizar a participação dos diversos interesses dos atores sociais focando nos objetivos da preservação da natureza e conservação da biodiversidade.

Com relação, especificamente, à internalização do turismo inclusivo no Parque Nacional da Tijuca, foram identificadas, no escopo do Plano de Manejo do Parque, preocupações concernentes aos temas da *Afirmação da Identidade Local, Geração de Trabalho e Renda, Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural e Mobilização de Atores Sociais*, especialmente quanto ao Uso e Visitação (IBAMA, no prelo). As diretrizes traçadas a partir destas preocupações no Plano de Manejo, assim como o caráter participativo e representativo do Conselho consultivo do PNT, representam importantes pontos de partida para o processo.

Nesse sentido, a diversidade de grupos sociais representados na estrutura do Conselho tem possibilitado um diálogo de interesses diversos e a explicitação de objetivos comuns para a proteção do Parque. Progressivamente, os interesses específicos dos diferentes atores sociais vão se delineando na construção e operacionalização das Câmaras Técnicas permanentes (entre os quais a Câmara Técnica de Proteção e a Câmara Técnica de Turismo) e/ou temporárias. Este cenário é, portanto, favorável para a implementação de ações que articulem conservação da natureza e inclusão social. A instalação da Câmara Técnica Permanente de Turismo, no âmbito do Conselho consultivo do PNT, demonstra a percepção da importância do turismo em sua gestão e aponta para a intenção coletiva de se desenvolver ações que consolidem e reforcem esta percepção.

Ao mesmo tempo a mobilização e participação dos atores nos processos de gestão do turismo inclusivo possibilitam a construção de espaços de participação social, o que pode contribuir para a percepção do turismo como um vetor de construção de cidadania.

Os esforços da administração do Parque em equilibrar os enfoques de valorização do patrimônio histórico-cultural, em relação à ênfase primordial sobre o patrimônio natural, na gestão, se articulam também com as premissas do turismo inclusivo.

Vale ressaltar, ainda, que o Conselho consultivo do PNT vem se constituindo como importante espaço de **participação e mobilização dos atores sociais** o que possibilita o diálogo, a disseminação de saberes e subjetividades, a construção de acordos e a concertação com o objetivo de proteção da natureza na área do Parque. Este espaço de participação social é imprescindível para a internalização do turismo inclusivo em uma perspectiva cotidiana da gestão.

O Conselho é também percebido, muitas vezes, como um espaço de expressão de **identidades locais** pela representatividade de diversos grupos sociais que envolvem o processo de gestão do Parque, o que também contribui para a internalização das premissas do turismo inclusivo. Os interlocutores do Conselho, nesse caso, são percebidos como “portadores” de perspectivas culturais distintas e muitas vezes de identidades que necessitam ser reafirmadas na gestão.

O reconhecimento da necessidade de implementação de projetos sociais que possibilitem o diálogo entre o Parque e a cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, com as comunidades localizadas em seu entorno traz também, na gestão, uma nova potencialidade no sentido de desenvolvimento do turismo inclusivo. As instituições que compõem o Conselho percebem que a relação de parceria com as comunidades

do entorno pode contribuir para a diminuição da pressão antrópica sobre o Parque. Esta aproximação possibilita também às populações locais exercerem a co-responsabilidade no processo de conservação da biodiversidade. Da mesma forma, os conselheiros passam a perceber a função socioambiental desta unidade de conservação e a necessidade da instrumentalização das populações locais do entorno para a consolidação do Parque e o desenvolvimento de atividades sustentáveis que não ameacem a sua biodiversidade e gerem um novo olhar sobre a natureza, em relação às possibilidades de uso turístico do Parque. Nesse caso, Parque e populações locais poderiam atuar juntos, via turismo, pela proteção da natureza e pela geração de oportunidade de trabalho e renda com este objetivo. No caso do turismo inclusivo, isso é fundamental, pois a **geração de trabalho e renda** se materializa, em tese, através de empreendimentos turísticos que considerem as necessidades e anseios locais (IVT, 2004).

As instâncias formais responsáveis pela gestão do PNT também reconhecem a necessidade de melhoria da “qualidade [da experiência] do turista” que frequenta o Parque, a partir da qualificação da visitação, da disponibilização de profissionais capacitados e do desenvolvimento de atividades de interpretação ambiental e ecoturismo. Nesse sentido existe a idéia da implementação de um “Centro de Excelência de Pesquisas da Mata Atlântica” no Parque, com exposições permanentes e temporárias, capazes de permitir a ampliação do conhecimento do turista e/ou visitante sobre o bioma.

A percepção de que um turismo “mais organizado e mais constante” (desejo expresso pelos gestores do parque) pode gerar um volume de receita maior e com maior durabilidade parece também assinalar a existência de um campo favorável para o desenvolvimento do turismo inclusivo. Entretanto, para atingir este objetivo é

necessário que o Parque disponha de um planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo em seu interior, em articulação com o entorno. Este planejamento, desenhado com base no Plano de Manejo, deve se basear em uma análise do contexto global no qual o Parque se insere, e também em estudos sobre a capacidade de carga e de impacto de visitação, além da elaboração do inventário turístico do PNT e de sua inserção.

Vale ressaltar que a temática da mobilização e participação dos atores é percebida, como condição fundamental e estruturante para o desenvolvimento das demais temáticas. Nesse sentido, o Conselho consultivo do PNT tem papel fundamental e vem se constituindo como um espaço importante para o diálogo, para a disseminação de saberes e subjetividades e para a construção de acordos, o que é imprescindível para a internalização do turismo inclusivo no processo de gestão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARTICULANDO A REFLEXÃO PARA A INTERNALIZAÇÃO DO TURISMO INCLUSIVO NA GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA (RJ)

A presente pesquisa se delineou, inicialmente, a partir de inquietações produzidas pelos estudos do Turismo associado aos parques nacionais e, principalmente, das questões que emergiram de sua interface com o olhar da Psicossociologia.

Retomando a definição de Fuster (1971) sobre turismo, este se constitui como um fenômeno que se expressa, essencialmente, pelas relações produzidas nas destinações, ou seja, pelos efeitos negativos e positivos que se produzem em nível local. No caso da implementação clássica do turismo, e do chamado turismo de massa, os efeitos negativos gerados em nível local, surgem marcadamente em escala mundial, pulverizando possíveis efeitos positivos, concentrados, geralmente, nos subsistemas turísticos circunscritos à iniciativa privada.

O ambiente natural dos parques nacionais também é apropriado e ressignificado pelo turismo como “matéria-prima” e/ou atrativo turístico, de modo geral desconectado das dinâmicas sociais dos destinos turísticos, reproduzindo processos de degradação socioambiental e exclusão social.

Para os parques nacionais brasileiros, principalmente, não caberia, portanto, o desenvolvimento de um turismo desarticulado de seus objetivos de proteção da natureza, e sim um turismo que se articulasse a estes objetivos de maneira que pudesse potencializá-los e, ainda, integrar as questões de inclusão social.

Nesse sentido, para o desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental a adoção de uma abordagem que considerasse o turismo em suas inter-relações sociais, econômicas, culturais e ambientais. Assim, o turismo inclusivo foi adotado,

como um conceito em construção, que expressa os compromissos da sustentabilidade econômica, ambiental e social, conduzida como um projeto de governo para potencialização da inclusão social (IVT-RJ, 2004).

A partir desta premissa, a pesquisa discutiu teoricamente o tema do turismo inclusivo e interpretou, preliminarmente, algumas políticas públicas no sentido de avaliar as possibilidades de inserção do turismo inclusivo nos processos de gestão de parques nacionais. Esta análise partiu, principalmente, da identificação de temáticas básicas para o desenvolvimento de políticas públicas de turismo e de proteção da natureza.

Foram analisados os seguintes documentos de políticas públicas de turismo: *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (EMBRATUR/IBAMA, 1994), *Plano Nacional de Turismo 2003-2007* (MTUR, 2003), *Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo* (BRASIL, 2004) e o documento *Turismo no Brasil 2007-2010* (MTUR, 2006). E em relação às políticas públicas de proteção da natureza foram analisados a *Lei do SNUC* (BRASIL, 2000), o *Decreto 4.340* que o regulamenta (BRASIL, 2002) e o *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas* (BRASIL, 2006).

Além disso, foram analisados o *Plano de Manejo* (IBAMA, no prelo) e o *Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca (RJ)*, por se constituírem nos principais instrumentos de gestão desta unidade de conservação de proteção integral.

A análise das políticas públicas de turismo e proteção da natureza em articulação com a análise dos instrumentos de gestão do PNT, acrescidas da observação participante do processo de estruturação de seu conselho consultivo (entre 2005 e 2007), contribuíram para a compreensão do panorama político-administrativo no qual o Parque se insere atualmente.

Estas análises revelaram, primeiramente, a existência de uma base teórica contida nas políticas públicas analisadas, que possibilita o desenvolvimento do turismo como um vetor de articulação entre objetivos de proteção da natureza e inclusão social.

Nesse sentido, a identificação das temáticas de (A) *Afirmação da Identidade Local*, (B) *Geração de Trabalho e Renda*, (C) *Desenvolvimento de Ações Educativas de Valorização da Diversidade e do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural* e (D) *Mobilização e Participação de Atores Sociais* nos documentos de políticas públicas de turismo indicaram algumas possibilidades e caminhos para a articulação destas com as políticas de proteção da natureza. Além disso, as temáticas estruturantes do turismo inclusivo foram identificadas nos documentos analisados, apontando, assim, para a potencialidade de sua aplicação no desenvolvimento do turismo em parques nacionais.

A instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000) indicou uma abertura para a ótica socioambiental na gestão de unidades de conservação, e de parques nacionais, ao apontar para a necessidade de participação e controle social. Da mesma maneira, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006) prevê o exercício da cidadania na gestão de áreas protegidas e inclusão social de grupos socioambientalmente vulneráveis no processo, o que se articula mais concretamente com os princípios do turismo inclusivo. A temática da *Mobilização e Participação dos Atores Sociais*, portanto, se torna condição primordial para a estruturação e o desenvolvimento das ações relacionadas às demais temáticas.

Pensando na aplicabilidade integral do turismo inclusivo é fundamental que o turismo seja planejado e desenvolvido de maneira sistemática, e integrado aos processos de gestão de parques, inclusive nas diretrizes dos Planos de Manejo.

Para que o turismo possa se tornar um vetor efetivo de articulação entre preservação da natureza e inclusão social, através de sua internalização nos processos de gestão de parques nacionais, é fundamental que pesquisas complementares sejam desenvolvidas neste sentido, considerando as especificidades de cada unidade de conservação.

Como recomendações para trabalhos futuros são necessárias pesquisas que dêem prosseguimento ao tema, assim como as pesquisas complementares, desenvolvidas no sentido de promover a articulação das temáticas de turismo, proteção da natureza e inclusão social.

É recomendável, ainda, que o turismo em parques nacionais brasileiros seja apresentado, também, como um conjunto de potencialidades turísticas em nível regional e nacional.

A própria noção de turismo inclusivo precisa ser aprofundada e consolidada conceitual e metodologicamente. De forma a contribuir para a consolidação do conceito, é importante também a identificação, promoção e divulgação de iniciativas que se aproximem e/ou trilhem o caminho do turismo inclusivo.

É interessante ainda, investigar as questões que emergem do olhar da Psicossociologia sobre o Turismo, como por exemplo, uma dimensão psicossocial do fenômeno turístico.

No caso do Parque Nacional da Tijuca, apesar de figurar sempre nas estatísticas oficiais entre os parques nacionais mais visitados do Brasil, ainda não conta com um plano de desenvolvimento turístico estruturado. O turismo no Parque

tem acontecido, em grande medida, em decorrência do turismo na cidade do Rio de Janeiro e, assim, não se materializa ainda como resultado de uma estratégia de médio e longo prazo.

Entretanto, as análises revelaram que existe uma percepção do turismo como vetor potencial para a sustentabilidade econômica e socioambiental do Parque. Esta percepção é verbalizada, inúmeras vezes, em demandas por ações para o desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis, pelos atores sociais institucionais e representantes da sociedade civil que participam de seus processos de gestão. E se expressa, também, pela instituição da Câmara Técnica permanente de Turismo.

As análises identificaram bases para a internalização do turismo inclusivo na gestão do Parque Nacional da Tijuca, representadas pela identificação dos temas-chave vinculados ao turismo inclusivo nas políticas públicas de turismo e proteção da natureza que, progressivamente, podem ser incorporadas nos instrumentos de gestão do PNT: Conselho consultivo e Plano de Manejo.

Nesse sentido, a temática *Mobilização e Participação Social*, que é considerada como condição estruturante para o desenvolvimento do turismo inclusivo, tem expressão clara no Plano de Manejo e no Conselho consultivo do Parque, o que torna o ambiente particularmente favorável para desdobramentos futuros. O Conselho consultivo do PNT vem se constituindo como um espaço importante para o diálogo, para a disseminação de saberes e subjetividades e para a construção de acordos, o que é imprescindível para a internalização do turismo inclusivo no processo de gestão.

O caminho encontra-se, ainda, em construção, mas as condições político-administrativas vinculadas à gestão do PNT, atualmente, favorecem a articulação dos diferentes interesses para o desenvolvimento do turismo inclusivo.

Por fim, a presente dissertação buscou contribuir para a construção de um turismo que considere as questões socioambientais e suas inter-relações com os processos de exclusão/inclusão social no Brasil. Para que o turismo possa ser desenvolvido como um vetor para o exercício da cidadania e para a sustentabilidade socioambiental, reforçando um posicionamento crítico traduzido nas palavras de Betinho como uma "... resposta a uma ética da exclusão, [face à qual] estamos todos desafiados a praticar uma ética da solidariedade."

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

ABREU, M. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Instituto Pereira Passos - IPP. Rio de Janeiro, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas, Ed. Papirus, São Paulo: 2003.

BECK, U.; GIDDENS, A. LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. UNESP, São Paulo, 1997.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro, FGV: 2006

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988.

_____ **LEI Nº 9985/ 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000.

_____ **Decreto Nº 4340/ 2002**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília: 2002.

_____ **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília, 2006.

_____ **DECRETO Nº 50.923/1961**

_____ **DECRETO Nº 84.017/1979**

_____ **DECRETO S/Nº / 2004**

_____ **NOTIFICAÇÃO 987 DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)**

CAMARGO, H. L. **Fundamentos multidisciplinares do turismo: História**. In: Turismo. Como aprender, Como Ensinar. 3ªEd. Ansarah, M. G. (Org.). Ed. SENAC SAO PAULO, São Paulo, 2004.

CAMPOS, A; PORCHMANN, M.; AMPORIM, R.; SILVA, R. (Orgs.) **Atlas da exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO NETTO, A. L. **A Interface florestal-urbana e os desastres naturais relacionados à água no Maciço da Tijuca: desafios ao planejamento urbano numa perspectiva sócio-ambiental**. Revista do Departamento de Geografia, USP, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 46-60, 2005.

COHN, A. **Para Além da Justiça Distributiva**. In: Observatório da Cidadania 2005. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE: Rio de Janeiro, 2005.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE; **A História do Abastecimento de Água de Cidade do Rio de Janeiro**. CEDAE, 2007. Disponível em <<http://www.cedae.rj.gov.br/raiz/002002003.asp>>

CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. IV. **Anais**, Vol. I. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Pró-Unidades de Conservação, 2004.

CONTEUDO ESCOLA. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/site/>

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R.S.V. (Orgs.) **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 2000.

_____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, 3ªed. São Paulo: Hucitec – USP, 2001.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, EMBRATUR/MICT//IBAMA, 1994.

ESCOBAR, A. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?** 2003.

FERNANDES, Manoel do Couto ; AVELAR, André de Souza ; COELHO NETTO, Ana Luiza . **Domínios geo-hidroecológicos do Maciço da Tijuca, RJ: subsídios ao entendimento dos processos hidrológicos e erosivos..** Anuário do Instituto de Geociências (Rio de Janeiro), v. 29, p. 122-148, 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A Liga das Nações**. Documento eletrônico. FGV/CPDOC, 2005. <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. **O Parque Nacional da Tijuca. Contribuição para a gestão compartilhada de uma Unidade de Conservação Urbana**. Instituto de Estudos da Religião (ISER) /Parque Nacional da Tijuca/FUNBIO, 1999.

FUSTER, L. F. **Teoria y Técnica del Turismo**, 2ª Ed. Ed. Nacional, San Augustin, Madrid, 1971.

GIDDENS, A. **A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional**. In: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. UNESP, São Paulo, 1997.

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Diagnóstico Socioambiental: Parque Nacional da Tijuca e áreas do entorno**. Rio de Janeiro, IBASE, 2005.

_____ **Parque Nacional da Tijuca: integrando proteção ambiental e participação social em áreas urbanas**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006a.

_____ **Elaboração de Plano de Ação em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006b.

_____ **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006c.

_____ **Processo de Mobilização de Atores Estratégicos para a Recomposição do Conselho Consultivo do Parna Tijuca**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006d. Disponível em www.ibase.org.br.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo**. 2ª Edição, Ed. Thomson, São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DO DESENVOLVIMENTO FLORESTAL & FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IBDF & FBCN). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. FBCN/IBDF. Brasília, 1981. 113p.

INSTITUTO VIRTUAL DO TURISMO – IVT – RJ. **Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande - RJ**. In: Caderno Virtual de Turismo, Nº12, ISSN 1677-6976, 2004. Disponível em < <http://www.ivt-rj.net/caderno> >

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Educação Ambiental no Parque Nacional da Tijuca. Publicação para Professores**. CECIP/IBAMA/MMA, 1998.

_____ **Lista Oficial de Flora Ameaçada de Extinção** (IBAMA, Portaria IBAMA 37 -N de 3 de abril de 1992)

_____ **Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica**. Edições IBAMA, 2002.

_____ **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. (no prelo)

_____ **Atos do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Tijuca. Nº01/07**, IBAMA, Rio de Janeiro, 03 de julho de 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO - ISER; PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. **O Parque Nacional da Tijuca: Contribuição para a Gestão Compartilhada de uma Unidade de Conservação Urbana**. ISER/PNT/FUNBIO, Rio de Janeiro, 1999.

IRVING, M. A. **Turismo e Ética: premissa de um novo paradigma**. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Sociedade e Ecologia. Vol.50.Nº4. Imago: 1998.

_____ **Construindo um modelo de turismo de base comunitária: um estudo de caso**, Série Documenta nº 10, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

_____ ; AZEVEDO, J. **Turismo. O Desafio da Sustentabilidade**, São Paulo: Futura, 2002.

_____ & MATOS, K. (2006) **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Floresta e Ambiente, Vol. 13, No 2, 2006.

_____ (Org.) **Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados**. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius. Rio de Janeiro, 2006.

_____ ; Cozzolino, L. F.; Fragelli, C.; Sancho, A. **Parques Nacionais no Brasil: governança democrática para a inclusão social**. Rio de Janeiro, 2006. *In* Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius. Rio de Janeiro, 2006.

JODELET, D. **Os Processos Psicossociais da Exclusão**. *In* SAWAIA, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

JUNQUEIRA, M.A. **Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções**. Revista Brasileira de História. Vol.21 no.42 USP, São Paulo, 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300004&lng=in&nrm=iso&tlng=in>

KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**, Campinas, SP: Papyrus, 2002.

LOUREIRO, C.F. et. al. (Orgs.) **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. 2ª ed. IBAMA/IBASE. Rio de Janeiro: 2005.

MANÃO, D. **Desigualdades entre Iguais: As contribuições de Amartya Sen para a Teoria da Justiça Contemporânea.** In: Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Nº 3. PPGSD/UFF: 2005.

MARTINS, J.S. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2ªed., Petrópolis, Vozes, 2003.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. GARAY, I. **Áreas Protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social.** In: Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados. Irving, M. (Org.) Ed. Aquarius, Rio de Janeiro: 2006.

MENEZES, P.C. **Floresta da Tijuca: a Selva na MetrÓpole.** Coleção Cantos do Rio; Nº10. Ed. Relume DumarÁ/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.

MILANO, M.S. (Org.) **Unidades de Conservação: atualidades e tendências.** Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/cdb/cdb.html>> Retirado em 03/11/2004.

_____ **Gestão Participativa do SNUC.** Série Áreas Protegidas do Brasil, Vol. 2. MMA, Brasília, DF, 2004.

_____ **Áreas Protegidas.** Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/cdb/cdb.html>>. Retirado em 03/11/2004.

_____ **Diretrizes sobre Diversidade Biológica e Desenvolvimento do Turismo.** Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, 2004.

_____ **VIII Conferencia das Partes da Convenção de Diversidade Biológica.** Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/>>

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007.** Ministério do Turismo, Brasília, 2003.

_____ **Relatório Final das Oficinas Diálogos para as Diretrizes de Ecoturismo.** Ministério do Turismo, Brasília, 2004.

_____ **Turismo no Brasil 2007 – 2010.** Ministério do Turismo, Brasília, 2006.

MOESCH, M. **A Produção do Saber Turístico,** São Paulo, Contexto, 2000.

NASCIUTTI, J. **Notas de aula na Disciplina de Metodologia.** Programa EICOS/UFRJ, 2004.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Introducción al Turismo.** 1ªEd., Madrid, Espanha, 1998.

_____ **Recommendations on Tourism Statistics.** Madrid, 1993.

PEREIRA, K. C. A. **O Sujeito Oculto da Floresta Encantada da Tijuca.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ, 2005. p. 71.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico II da Cidade do Rio de Janeiro: "As cidades da Cidade",** PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/>>

QUINTAS, J.S. **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente.** 2ªEd.; Brasília, IBAMA, 2002.

ROCHA, J.C. **Floresta da Tijuca.** Disponível em <<http://www.almacarioca.com.br/tijuca.htm>>

SACHS, I. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado,** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo: 2000.

SECRETARIA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLOGICA (Directrices del CDB) **Directrices sobre Diversidad Biológica y Desarrollo del Turismo.** Montreal, 2004.

SILVA, H. P. **Pressões Antrópicas em Áreas Protegidas: Desafios para a Conservação no Século XXI.** IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais..., Vol.I. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Rede Pró-Unidades de Conservação, 2004.

SOARES, M.C.C.; BENSUSAN, N. & NETO, P.S.F. (Org.). **Entorno de Unidades de Conservação: Estudos de Experiências com UC de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: Funbio, 2002. (Série Estudos Funbio, n. 4)

SPOSATTI, A. **Mapa da Exclusão/ Inclusão na Cidade de São Paulo**. EDUC, São Paulo: 1996.

_____. **A. Exclusão Social Abaixo da Linha do Equador**. USP: 1998.
Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/>>

TAULOIS, A. E. **Memória do Fundo da Baía de Guamabara (3)**. 21/01/2005.
Instituto Histórico de Petrópolis. <<http://www.ihp.org.br/ihp/site/>>

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Vol 1. 2ª Ed. São Paulo, Aleph: 2000.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - UICN.
Guidelines for Protected Areas Management Categories. UICN, Cambridge, UK and Gland, Switzerland. 261pp. (1994). Disponível em http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/

Unión Mundial para La Naturaleza. **Acuerdo de Durban**. Durban, República de Sudáfrica, 2003.

_____. **2003 UN List of Protected Areas**. UICN/UNEP/WCPA, 2003.
<Disponível em http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/UN_list/index.htm>

UNICED. **Our Common Future**. Report of the World Commission on Environment and Development. World Commission on Environment and Development, 1987.
Disponível em: www.un-documents.net/wced-ocf.htm

UNITED STATES OF AMERICA GOVERNMENT. **Wilderness Act**. Disponível em <http://www.dep.state.pa.us/dep/PA-Em-Her/pinchot_bio.htm> Retirado em 10/11/2004.

_____. **U.S. National Park Service**. Disponível em: www.nps.gov.
United States of America Government, 2004.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO. **UNTWO NEWS Magazine**. UNWTO, 2006. Disponível em <<http://unwto.org>>

_____. **THE 1991 OTTAWA CONFERENCE AND THE 1993 UNWTO RECOMMENDATIONS ON TOURISM STATISTICS: THE FIRST STEP**. UNWTO, 1993. Madrid, Spain. Disponível em http://www.unwto.org/statistics/tsa_in_depth/chapters/ch1-1-2.htm

_____. **Código Municipal de Ética para o Turismo**,
Organização Mundial do Turismo, 1999.

_____ **The Tourism Satellite Account (TSA): Past, Present and Future Developments – Part II.** UNWTO, 2001. Madrid, Spain. Disponível em <http://unwto.org/statistics/tsa/historical/part_ii.pdf>

VELLOSO, R. **Relatório sobre Gerenciamento do Parque Nacional da Tijuca – Atividades de Uso Público, Patrimônio de Interesse Histórico e Cultural, Serviços Explorados por Terceiros, Equipamentos e Infra-Estrutura.** Relatório de Consultoria Nº2. Projeto de um Modelo de Gestão Participativa para o Parque Nacional da Tijuca. ISER/PNT, 1998.

VIANA, N. **Catadores de Lixo: Renda Familiar, Consumo e Trabalho Precoce.** Estudos – Negócios. UCG. Vol. 27, n. 3, jul.set./2000.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos Parques Nacionais Brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina.** Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, DF, 2006. Disponível em Instituto Terra Brasil <<http://www.terrabrasil.org.br/>>

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

AIEST - INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCIENTIFIC EXPERTS INTOURISM. Disponível em: http://www.aiest.org/org/idt/idt_aiest.nsf/ Retirado em: 03/04/2000.

INSTITUTO TERRA BRASIL. Disponível em: www.terrabrasil.org.br

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: www.mma.br

MUSEUS CASTRO MAIA. Disponível em: <http://www.museuscastromaya.com.br/>

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD – Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home/>

PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/minisite/programa-ambiental/index.asp2005>

RIOTUR. <<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/pagina/?Canal=349>>

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. Disponível em: www.wttc.org/eng/.../2007_WTTC_UK_Event/

ANEXOS

ANEXO 1 - Parques Nacionais Brasileiros: listagem cronológica

NOME	UF	ANO DE CRIAÇÃO
PARQUE NACIONAL DE ITATIAIA	RJ	1937
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU	PR	1939
PARQUE NACIONAL DE UBAJARA	CE	1959
PARQUE NACIONAL DAS EMAS	GO	1961
PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA	DF	1961
PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM	SC	1961
PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADES	PI	1961
PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL	BA	1961
PARQUE NACIONAL DA TIJUCA	RJ	1967
PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA	TO	1971
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS	GO	1972
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA	SP	1972
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA	MG	1972
PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA	RS	1972
PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA	PA	1974
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA	PI	1979
PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA	AM	1979
PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE	AP	1980
PARQUE NACIONAL DO JAÚ	AM	1980
PARQUE NACIONAL DO PANTANAL MATOGROSSENSE	MT	1981
PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	MA	1981
PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS	BA	1983
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ	MG	1984
PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ORGÃOS	RJ	1984
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA	BA	1985
PARQUE NACIONAL DA LAGOA DO PEIXE	RS	1986
PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	PE	1988
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	1989
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR	AC	1989
PARQUE NACIONAL DO MONTE RORAIMA	RR	1989
PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI	PR	1989
PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS	RO	1990
PARQUE NACIONAL DA SERRA GERAL	RS	1992
PARQUE NACIONAL DE CAPARAO	MG	1997
PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE	PR	1997

NOME	UF	ANO DE CRIAÇÃO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DAS CONFUSÕES	PI	1998
PARQUE NACIONAL RESTINGA DE JURUBATIBA	RJ	1998
PARQUE NACIONAL VIRUÁ	RR	1998
PARQUE NACIONAL DO DESCOBRIMENTO	BA	1999
PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL	BA	1999
PARQUE NACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU	MG	1999
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA	MS	2000
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CUTIA	RO	2001
PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE	PR	2001
PARQUE NACIONAL DAS NASCENTES DO RIO PARNAIBA	PI	2002
PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE VIVAS	MG	2002
PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA	CE	2002
PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU	PE	2002
PARQUE NACIONAL DOS PONTÕES CAPIXABAS	ES	2002
PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	AP	2002
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ	SC	2004
PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS	MG	2004
PARQUE NACIONAL DA SERRA DO PARDO	PA	2005
PARQUE NACIONAL DAS ARAUCÁRIAS	SC	2005
PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA	SE	2005
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS	MA	2006
PARQUE NACIONAL DO JAMANXIM	PA	2006
PARQUE NACIONAL DO JURUENA	MT	2006
PARQUE NACIONAL DO RIO NOVO	PA	2006
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	AM	2006
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	PR	2006

Fonte: IBAMA, 2007.

ANEXO 2 - DECRETO Nº 50.923, DE 6 DE JULHO DE 1961

DECRETO Nº 50.923, DE 6 DE JULHO DE 1961

Cria o Parque Nacional do Rio de Janeiro, no Estado do Rio da Guanabara. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e,

CONSIDERANDO que o art. 175 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais do Poder Público as obras, monumentos de valor histórico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza; CONSIDERANDO que as florestas existentes na área urbana da Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, são dignas de proteção e cuidados especiais por parte dos Podêres Públicos, não só pelas belezas naturais e paisagísticas que oferecem, como por serem elas protetoras de mananciais existentes na região; CONSIDERANDO que essas florestas estão relacionadas entre os bens do domínio da União, por força do que dispõe o Decreto-lei nº 3.889, de 5 de dezembro de 1941; CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 5.º, alínea c , 9º e seus parágrafos 10 e 56 do Código Florestal, aprovado pelo Decreto n.º 23.793, de 23 de fevereiro de 1934,

DECRETA:

Art 1º Fica criado, no Estado da Guanabara, o Parque Nacional do Rio de Janeiro (PNRJ), subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art 2.º O PNRJ será constituído pelas áreas das florestas do domínio público da União, denominadas Tijuca Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca, atualmente sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, por força do disposto no Decreto-lei nº 3.889, de 5 de dezembro de 1941.

Art 3.º As terras, flora, fauna e belezas naturais integrantes da área do Parque ficam sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal, baixado como o Decreto número 23.793, de 23 de fevereiro de 1934.

Art 4.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimento com o Govêrno do Estado da Guanabara e com os eventuais proprietários de áreas e benfeitorias situadas no perímetro do Parque, para o fim especial de promover

doações e efetivar desapropriações, podendo ainda adotar outras medidas que se fizerem necessárias para a sua instalação definitiva.

Art 5.º A administração do Parque Nacional do Rio de Janeiro e as atividades a ele afeta serão exercidas por servidores do Ministério da Agricultura, especialmente designados para êsse fim.

Art 6.º O Ministério da Agricultura baixará, no prazo de sessenta (60) dias, um Regimento para o Parque se fizerem necessárias para a sua pendo sôbre a sua organização funcionamento.

Art 7.º O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 6 de julho de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

ANEXO 3 - DECRETO Nº 60.183, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1967

DECRETO Nº 60.183, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera o nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto nº50.923, de 6 de julho de 1961, para Parque Nacional da Tijuca, (PNT), com as dimensões e demais características previstas no presente Decreto, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art 1º Fica alterada para Parque Nacional da Tijuca (PNT), a denominação do Parque Nacional do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto nº 50.923, de 6 de julho de 1961 e subordinado ao Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura.

Art 2º A área patrimonial do Parque Nacional da Tijuca, referida no art. 6º do presente decreto será inalienável e poderá ser acrescida de outras áreas adquiridas por doação ou desapropriação.

Art 3º Fica o Ministério da Agricultura autorizado, por seus órgãos competentes, a entrar em entendimentos com as autoridades federais e estaduais e com os particulares, objetivando aquisição das áreas e benfeitorias necessárias à instalação e consolidação do Parque Nacional, podendo adotar as medidas que se tornarem necessárias para sua implantação definitiva.

Art 4º A organização, direção e funcionamento do Parque Nacional da Tijuca, e as atividades a ele afetas, serão disciplinadas em Regimento próprio a ser expedido no prazo não superior a trinta (30) dias, a contar da publicação deste Decreto.

Art 5º Para todos os efeitos, o mapa base de referência para a situação do Parque Nacional é o formado pelas folhas de Escala 1:5.000, executado em 1961 para o Departamento de Urbanismo (3UR-SGVO) do Estado da Guanabara, por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

Art 6º O Parque Nacional da Tijuca, originalmente com cerca de 3.200 hectares (32 km 2), compreende tôdas as áreas situadas em cotas superiores aos seus limites, que são:

a) no conjunto Corcovado - Sumaré - Gávea Pequena, pelas suas vertentes meridionais:

Começa na encosta oriental do Morro de Dona Marta (PONTO 1) na cota dos duzentos metros de altitude e segue pela mesma cota pela encosta meridional do Morro de Dona Marta (PONTO 2), da chácara da Bica (PONTO 3), da Chácara da Lage (PONTO 4), da Chácara do Cabeça (PONTO 5), da Pedra do Cão (PONTO 6) e daí sempre pela mesma cota dos duzentos metros, até cruzar as águas do riacho que alimenta as Caixas de reunião 3 e 4, a montante da Represa dos Macacos (PONTO 7); Desce pela sua margem direita até encontrar direção geográfica Norte-Sul que passa pela face oriental da Pedra do Camaleão (PONTO 8) desce pela mesma para o sul, cruza a Estrada Dona Castorina e vai até cota dos cem metros (PONTO 9); Continua pela mesma cota em direção ao Rio dos Macacos, cruza-o e continua até o limite do Horto Florestal da Gávea (PONTO 10); Acompanha este até divisas de água entre os Rios Macacos e Rainha na cota dos cento e sessenta metros (PONTO 11), subindo pelo espigão da Vista Chinesa até cota de quatrocentos metros (PONTO 12); Segue pela cota dos quatrocentos metros pela vertente esquerda do Rio Rainha, cruza-o (PONTO 13), continua pela mesma cota pela vertente direita até limite do Parque da Cidade (Gávea) (PONTO 14) e, sempre pela mesma cota contorna as elevações, passa por paredão rochoso (PONTO 15); Daí vai até o Norte do Viaduto das Canôas (PONTO 16), contornando o morro do Côcrane pela cota dos quatrocentos metros até o encontro da direção Norte-Sul (PONTO 17) que passa pelo km 2,5 da Estrada Vista Chinesa (a partir do Largo do Lampião Grande); Segue por tal linha para Norte, cruza a Estrada no ponto citado (PONTO 18) e segue margeando o paredão rochoso no contato com a floresta (PONTO 19) e daí até os limites com a Reserva Florestal do Estado (PONTO 20) acompanhando o seu limite oriental até o espigão do divisor dos riachos do Alto da Boa Vista com os da Gávea Pequena (PONTO 21); Daí, desce a cota dos quinhentos e sessenta metros até cruzar as águas do riacho que verte para a esquina da Rua Amado Nervo com a Estrada do Redentor (PONTO 22); Desce pela margem direita deste riacho até encontrar a cota dos quatrocentos metros (ponto 23), seguindo-a até cruzar a Estrada do Redentor no local chamado Sapucaia (PONTO 24).

b) No conjunto Sumaré - Corcovado, pelas sua vertentes setentrionais: Da Estrada do Redentor (PONTO 24), desce em direção norte até encontrar a Avenida Edson Passos (PONTO 25); Segue pelo seu lado direito (de quem vai para a Usina da Tijuca), margeando-a sempre até a Caixa Velha da Tijuca (PONTO 26); Prossegue,

englobando-a, até cota dos duzentos e quarenta metros em direção oriental, até o paredão rochoso fronteiro a Rua Muçu (PONTO 27); continua pelo sopé no contato da floresta com os rochedos até encontrar a cota dos quatrocentos e sessenta metros (PONTO 28) na vertente esquerda do rio que vai acompanhar a Rua Agostinho; Cruza tal rio, passa por sopé de parede rochosa (PONTO 29) e sempre pela cota dos quatrocentos e sessenta metros contorna espigão até pedrão (PONTO 30) no vale do riacho que vai acompanhar a Rua Castelo novo e, continua até encontrar o espigão divisor de águas entre o referido riacho e o rio Trapicheiro (PONTO 31); Desce pelo divisor até encontrar com a cota dos trezentos e vinte metros (PONTO 38); Do ponto citado, sempre pela cota dos trezentos e vinte metros até encontrar (PONTO 39) com as águas do riacho que alimenta a piscina do Lagoinha Country Clube; Desce pela margem direita do curso d' água referido e pelo escoamento de água da citada piscina até a Rua Almirante Alexandrino (PONTO 40); e daí segue em direção ao Silvestre, pela sua margem direita (de quem sobe); cruza o início da Estrada da Paineiras (PONTO 41); continua pela margem direita da Rua Almirante Alexandrino até cruzamento com a linha férrea (PONTO 42); atravessa-a e desce pela sua projeção horizontal do lado direito do viaduto até encontrar a Ladeira do Ascurra com a cota dos duzentos metros (PONTO 43); Pela cota citada segue em direção ao Morro de Dona Marta, contorna-o pela face setentrional e volve para a face oriental até encontrar o PONTO 1 já descrito.

c) No conjunto Pedra Bonita - Pedra da Gávea, pelas suas vertentes orientais: Tem início na Estrada das Canoas, no local onde a cota dos trezentos e sessenta metros a atravessa (PONTO 1) e segue para o Sul pela mesma cota até paredão rochoso da Pedra na Gávea fronteiro à Pedra Bonita (PONTO 3); Daí acompanha o paredão rochoso da Pedra da Gávea pela linha sinuosa que dista cinqüenta metros do sopé rochoso, contornando-o em sua face oriental e sul, volvendo até encontrar a costa dos trezentos metros na face oriental (PONTO 4); Continua pela cota citada, pelas vertentes que volem para a Barra da Tijuca e Lagoa da Tijuca, passando por sopés rochosos (PONTOS 5 e 6) até encontrar paredão rochoso da Pedra Bonita (PONTO 7); acompanha tal paredão pelo seu sopé para ocidente até encontrar cota dos duzentos e oitenta metros (PONTO 8); Segue para o norte pela cota citada, passa por rochedo (PONTO 9) e continua até encontro da citada cota com o paredão rochoso que olha para as Furnas (PONTO 10); contorna-o pelo Norte até encontrar a cota dos quinhentos metros de altitudes (PONTO 11); Pela cota dos

quinhentos metros, vai circundando pelo Norte o maciço da Pedra Bonita até encontrar (PONTO 12), o paredão rochoso dos Dois Picas (de 575,5m e 610,5m); circundado pelo Norte a linha reta que liga o ponto culminante de 610,5m ao ponto mais alto com 369,0m da Estradas das Canoas; Desce por esta linha até margem direita (PONTO 14) da Estrada das Canoas, e segue pela mesma direção a São Conrado até encontrar o PONTO 1, da cota dos trezentos e sessenta metros, já descrito.

d) No maciço da Tijuca, pelas suas vertentes ocidentais: começa no Portão da Floresta da Tijuca na Praça Afonso Viseu (PONTO 1) e sobe pelo espigão, que vai até o ponto culminante de 517,3m até encontro com a cota dos quatrocentos e sessenta metros (PONTO 2); Daí segue pela mesma cota em direção oeste até encontrar (PONTO 3) a linha geográfica de direção norte-sul (S); que passa pelo ponto culminante de 538,5m;

Desce por tal linha até encontrar a Estrada do Açude (PONTO 4) e, pela sua margem direita (de quem vem do Alto da Boa Vista) segue margeando-a, passa pelo Açude (PONTO 5) e segue até cruzar com as águas do riacho, a cento e cinqüenta metros de portão do Açude (PONTO 6); Daí sobe pela margem esquerda do citado riacho até encontrar com a cota dos seiscentos e sessenta metros (PONTO 7) e vem seguindo-a para o sul (S); em demanda do morro da Taquara, até encontrar pé de sopé rochoso (antiga pedreira) no PONTO 8; e segue-o para oeste até encontrar (PONTO 9) a cota dos seiscentos metros; Continua pela mesma cota, passa por pedras (PONTOS 10, 11 e 12), contornando o Morro da Taquara e contínua para o Norte, cruzando os rios que descem do Bico do Papagaio para Jacarepaguá (PONTOS 13, 14 e 15); seguindo sempre pela cota dos seiscentos metros até encontrar (PONTO 16) o espigão divisor de águas entre os rios que vertem para Quitite, São Francisco e os que formam os três Rios (para a Reprêsa dos Ciganos); Daí, vai descendo pelo divisor em direção à Estrada Grajaú - Jacarepaguá, passando pelos pontos de 553,0m (PONTO 17), de 506,5m (PONTO 18) de 494,5m (PONTO 19), de 489,0m (PONTO 20); Daí contínua pelo divisor de águas da bacia esquerda da Reprêsa dos Ciganos até cruzar (PONTO 21), as águas do Rio Sagrado; prossegue em direção geográfica Norte até margem da antiga Estrada dos Três Rios (PONTO 22); Segue pela sua margem direita (de quem sobe) em direção leste, até encontro com a Estrada Grajaú - Jacarepaguá (PONTO 23); Prossegue margeando o lado direito da Estrada Grajaú - Jacarepaguá (para quem vai para o

Grajaú) até ponto mais elevado no divisor de águas Jacarepaguá - Engenho Nôvo - (PONTO 24);

e) No maciço da Tijuca, pelas suas vertentes orientais:

Do Ponto citado, sobe para os sul pelo mesmo divisor de águas, passa pelo ponto de 489,5m (PONTO 25), continua pelo divisor para sudeste pela Serra do Matheus passando por 677,0m, e 672,5m (PONTOS 26 e 27) até Morro do Elefante (723,5m), no encontro com divisor de águas Andaraí, Grajaú com Engenho Nôvo (PONTO 28); Daí desce pelo divisor na direção aproximada Nordeste, passa pelo ponto de 664,5m (PONTO 30), de 653,0m (PONTO 31), de 659,5m (PONTO 32) pelo divisor da Bacia dos Riachos que alimenta as Caixas na Rua Borda do Mato, até ponto de 350,0m de altitude na face oeste do Pico do Perdido (Grajaú) - (PONTO 33); Desce pelo sopé rochoso do citado Pico, circundando-o em suas faces ocidental, norte e oriental, até encontro (PONTO 34) com a cota dos duzentos metros em sua face sul; Prossegue pela cota citada para o sul cruzando os riachos até encontrar (PONTO 35) com suas águas do riacho que desse da Excelsior, sem cruzá-lo e sobe pela sua margem esquerda até cota de quatrocentos e sessenta metros (PONTO 36); Pela mesma cota, contorna a elevação de 535,0m e continua para o sudoeste até encontrar (PONTO 37), sopé do paredão rochoso da face oriental da Pedra do Conde; prossegue para o sul pelo sopé até encontrar a cota dos quatrocentos e sessenta metros (PONTO 38); Prossegue por tal cota em direção ao Alto da Boa Vista até encontrar (PONTO 39) a linha reta que liga o ponto culminante de 563,9m com o Portão da Floresta da Tijuca; segue descendo tal linha até o Portão na Praça Afonso Viseu (PONTO 1, já citado).

Art 7º o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Severo Fagundes Gomes

ANEXO 4 - DECRETO Nº 70.186, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1972

DECRETO Nº 70.186, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1972

Dispõe sobre a administração das áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 30 do Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

Art 1º Compete ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF a administração e conservação de todas as áreas integrantes do Parque Nacional da Tijuca fixadas pelo Decreto nº 60.183, de 8 de fevereiro de 1967, e dos imóveis nelas localizados.

Parágrafo único. No exercício dessa competência, poderá o IBDF celebrar convênios, delegar poderes atendidas as exigências da legislação aplicável, bem como adotar as providências necessárias junto aos órgãos do Estado da Guanabara para cumprimento do presente,

Decreto.

Art 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

EMÍLIO G. Médici

L. F. Cirne Lima

ANEXO 5 - DECRETO DE 03 DE JUNHO DE 2004

DECRETO DE 03 DE JUNHO DE 2004

Redefine os limites do Parque Nacional da Tijuca, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e de acordo com o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e o que consta no art. 22, §§ 2º e 6º, da Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam redefinidos os limites do Parque Nacional da Tijuca, na forma das áreas delimitadas no art. 2º, descritas a partir do mapa do Município do Rio de Janeiro, na escala de 1:10.000, do ano de 1999, elaborado pela Diretoria de Informações Geográficas-DIG, do Instituto Pereira Passos-IPP, da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O Parque Nacional da Tijuca fica compreendido pelas áreas situadas em cotas superiores aos seus limites, que são:

Floresta da Tijuca (Setor A), pela vertente oeste:

começa no Portão da Floresta da Tijuca na Praça Afonso Viseu (Ponto 1) e sobe pelo espigão na direção do cume do Morro do Visconde (517,4 m), cruzando as cotas 375 m (Ponto 2), cota 425 m (Ponto 3), cota 460 m (Ponto 4). Daí, segue por esta cota 460 m em direção oeste e encontra a linha imaginária geográfica de direção Norte-Sul (Ponto 5), que liga o cume do Morro do Almeida (537,1 m) à Estrada do Açude, cruzando as curvas de cota 440 m (Ponto 6), e cota 410 m (Ponto 7). Encontra a Estrada do Açude (Ponto 8) e pela sua margem direita (de quem vem do Alto da Boa Vista) segue margeando-a, passando pelo Açude da Solidão e segue

até cruzar as águas do Rio da Cova da Onça, a 150 m do Portão do Açude (Ponto 9). Daí, sobe pela margem esquerda do citado rio até encontrar a curva de cota 660 m (Ponto 10) e vem seguindo por esta, em direção sul, contornando o Morro das Pedras, cruzando o Vale do Sertãozinho, em demanda ao Morro da Taquara, até encontrar o sopé rochoso (antiga pedreira) (Ponto 11), seguindo em direção sudoeste até encontrar a curva de cota 600 m (Ponto 12). Continua na cota dos 600 m, contornando os Morros da Cocanha do Itanhangá (Morro São Miguel) e o Morro do Cipó, passa por pedras, contornando os Castelos da Taquara e a vertente oeste do Morro da Taquara, seguindo sempre pela curva de cota 600 m até encontrar a Rio do Ernesto (Ponto 13). Segue o rio, pela margem direita em direção nordeste ao cume do Pico Magalhães Castro(559,5 m), cruzando as curvas de cota 575 m (Ponto 14), cota 550 (Ponto 15), cota 525 m (ponto 16). Daí, segue em linha reta na direção de elevação de altitude 559 m (Ponto 17). Seguindo pelo divisor de águas em direção Noroeste, passando pelas curvas de cota 550 m (Ponto 18), cota 525 m (Ponto 19), cota 505 m (Ponto 20). Daí, vai em direção norte até encontrar o cume do Pico Nazaro Esteves (510 m) (Ponto 21). Segue em direção noroeste passando pelas curvas de cota 500 m (Ponto 22), cota 485 m (Ponto 23). Sobe em direção noroeste, passando pelas curvas de cota 485 m (Ponto 24), cota 500 m (Ponto 25), encontrando o cume do Pico Jorge Lossio, na altitude de 501m (Ponto 26).Segue em direção oeste, passando pelas curvas de cota 475 m (Ponto 27) e cota 450 m (Ponto 28). Vai em direção noroeste, passando pelas curvas de cota 425 m (Ponto 29), cota 400 m (Ponto 30), cota 405 m (Ponto 31),pelos cumes de altitudes 406,7 m (Ponto 32), 412,8 m (Ponto 33) e o cume principal do Morro do Thedim (417,8 m) (Ponto 34).

Daí, vai em direção norte, passando pelas curvas de cota 400 m (Ponto 35), cota 375 m (Ponto 36), cota 350 m (Ponto 37), cota 328 m (Ponto 38), cota 300 m (Ponto 39), cota 275 m (Ponto 40), cota 250 m (Ponto 41), cota 225 m (Ponto 42), cota 200 m (Ponto 43), cota 175 m (Ponto 44), cota 150 m (Ponto 45), cota 125 (Ponto 46), cruza o Rio Sangrador (Ponto 47) e vai até o cruzamento da Av. Menezes Cortes com a curva de cota 165 m (Ponto 48). Deste ponto, segue pela margem direita da Av. Menezes Cortes em direção leste, até encontrar a curva de cota 313 m, no local conhecido como Garganta do Matheus (Ponto 49).

Pela sua vertente leste:

do ponto citado (Garganta do Matheus) sobe para sudeste pelo mesmo divisor de águas, passando pelas curvas de cota 325 m (Ponto 50), cota 350 m (Ponto 51), 375 m (Ponto 52), cota 400 m (Ponto 53), cota 425 m (Ponto 54), cota 450 m (Ponto 55), cota 475 m (Ponto 56), chegando ao cume do Pico do Ramalho (484,3 m) (Ponto 57). Segue pelo divisor de águas em direção sudeste pela Serra do Matheus, passando pelas curvas de cota 475 m (Ponto 58), cota 450 m (Ponto 59) e cota 420 m (Ponto 60). Daí, volta a subir pelo divisor de águas, passando pelas curvas de cota 425 m (Ponto 61), cota 450 m (Ponto 62), cota 475 m (Ponto 63), cota 500 m (Ponto 64), cota 525 m (Ponto 65), cota 550 m (Ponto 66), cota 575 m (Ponto 67), cota 600 m (Ponto 68), cota 625 m (Ponto 69), cota 650 m (Ponto 70), passa pela curva de cota 673,2 m (Ponto 71) e continua subindo às altitudes 675 m (Ponto 72), 700 m (Ponto 73), 714 m (Ponto 74), no Morro do Elefante. Segue em direção nordeste pelo divisor de águas (cumeada do Morro do Elefante), passando pelas curvas de cota 700 m (Ponto 75), cota 675 m (Ponto 76), cota 678,4 m (Ponto 77), cota 656,5 m (Ponto 78), cota 663,7 m (Ponto 79), cota 650 m (Ponto 80), cota 625 m (Ponto 81), cota 600 m (Ponto 82), cota 575 m (Ponto 83), cota 550 m (Ponto 84),

cota 525 m (Ponto 85), cota 500 m (Ponto 86), cota 475 m (Ponto 87), cota 450 m (Ponto 88), cota 425 m (Ponto 89), cota 400 m (Ponto 90). Vai em direção leste, caindo para curva de cota 375 m (Ponto 91) e cota 350 m (Ponto 92). Daí, segue contornando o paredão rochoso do Pico do Perdido em direção Leste (Pontos 93 a 101), até encontrar a curva de cota 175 m (Ponto 102). Vai acompanhando o paredão rochoso até cruzar a curva de cota 200m (Ponto 103). Segue em direção sudeste acompanhando a limite da mata (Ponto 104), continua descendo na mesma direção (Ponto 105), contorna a Rua Marianópolis (Ponto 106 e Ponto 107), continua seguindo para Sudeste em linha reta até encontrar a curva de cota 145 m (Ponto 108). Segue por esta até encontrar o Rio Jacó (Ponto 109). Daí, segue para noroeste seguindo o curso do rio Jacó até encontrar o Rio do Excelsior (Ponto 110). Segue o curso do Rio Excelsior subindo pela margem esquerda, sem cruzá-lo, até encontrar a curva de cota 460 m (Ponto 111). Segue nesta cota, contornando o Morro do Felizardo, o Morro Anhanguera ou do Excelsior e cruza o Rio São João (Ponto 112). Contorna o Morro da Pedra da Caixa, nesta mesma cota de 460 m, cruza o Rio Maracanã (Ponto 113).

Vai contornando o Morro do Alto do Bandeira e segue na direção de uma linha imaginária retilínea, que vai do cume do Morro do Alto do Bandeira até o portão da Floresta da Tijuca, na Estrada da Cascatinha (Ponto 114). Seguindo em linha reta até o Ponto 1.

No conjunto Corcovado - Sumaré - Gávea Pequena (Serra da Carioca) (Setor B), pela sua vertente sul:

começa na encosta leste do Morro Dona Marta (Ponto 1), na cota dos duzentos metros de altitude e segue pela mesma cota na encosta sul do Morro Dona Marta e do Morro do Corcovado, passando pela Chácara da Bica, da Chácara da Lage,

incluindo toda a área do Parque Lage até à Rua Jardim Botânico (Ponto 2 a Ponto 10). Segue pela cota dos 200 metros de altitude, onde cruza com o Rio Cabeça (Ponto 11); continuando nesta mesma cota, cruza o Rio Algodão (Ponto12), cruza um Riacho sem nome, que fica a montante da Represa do Macacos(Ponto13). Continua pela cota dos 200 m, cruzando a Estrada Dona Castorina pela margem direita de quem desce em direção ao Jardim Botânico (Ponto14) e passa para a cota dos 100 metros de altitude no cruzamento com o Rio dos Macacos (Ponto 15). Nesta mesma cota 100m, contorna o Morro do Horto (Ponto 16).Segue em linha reta pelo espigão até encontrar a cota dos 160 m (Ponto 17); daí, vai subindo pelo espigão da Vista Chinesa, passando pelas cotas de 170 m, 185 m, 200 m, 305 m, 310 m, 315 m, 120 m, 345 m, 350 m, 380 m (respectivamente Pontos de 18 a 27), quando chega a cota dos 400 m da Vista Chinesa (Ponto 28). Segue pela cota de altitude 400 m, pela vertente esquerda do Rio Rainha, cruza-o (Ponto 29), continua pela mesma cota, pela vertente direita até limite do Parque da Cidade e sempre pela mesma cota, segue contornando as elevações da Ponta das Andorinhas e do Morro do Labouriaux. Daí, vai até o norte do Viaduto das Canoas, contornando o Morro do Cochrane pela mesma cota dos 400 m até o encontro da direção norte-sul (Ponto 30). No cruzamento da linha norte-sul com a Estrada da Vista Chinesa no km 2,5 (ponto 31), e segue por tal linha para o norte, até o encontro de paredão rochoso com o leito da Estrada da Vista Chinesa (Ponto 32).Segue contornando o paredão rochoso (Pontos de 33 a 40). Daí, desce a cota dos quinhentos e sessenta metros, seguindo pela vertente norte dos morros da Freira e da Boa Vista (Ponto 41), até cruzar as águas do Riacho Taylor (Ponto 42.Desce pela margem direita do Riacho Taylor (Pontos 43 a 49) até encontrar a cota dos 400 m, seguindo-a até cruzar a Estrada do Redentor(Ponto 50), no local chamado Sapucaia.

Pelas suas vertentes norte: da estrada do Redentor em direção norte até encontrar a Av. Edison Passos (Ponto 51). Segue, margeando esta Avenida pelo seu lado direito (de quem vai para a Usina/Tijuca), até a altura das caixa velha da Tijuca (Ponto 52). Segue em linha reta no sentido leste até a cota de 240 m de altitude (Ponto 53). Contorna o paredão rochoso fronteiro a Rua Muçu e continua pelo sopé, no contato da floresta com os rochedos (Pontos 53 a 114). Encontra a cota dos 460 m e cruza o Riacho do Pico da Carioca (Ponto 115). Segue pela cota 460 m até o pedrão (Ponto 116). Segue pelo espigão (Pontos 116 a 119) até encontrar a cota dos 200 m (Ponto 120). Segue em linha reta margeando a linha de transmissão, até encontrar a cota de 250 m (Ponto 121). Vai margeando a linha de transmissão do morro do Sumaré (Pontos 122 a 128) até encontrar a cota de 420 m (Ponto 129). Segue pela cota de 420 m, cruza a Estrada do Sumaré (Ponto 130) e prossegue pela margem esquerda desta estrada até o espigão (Pontos 131 a 133), até encontrar a cota de 320 m (Ponto 134). Segue nesta cota de 320 m contornando a encosta da Serra da Formiga, cruza com o Rio Comprido (Ponto 135) e encontra com o Riacho que alimenta a piscina do Lagoinha Country Club (Ponto 136). Desce pela margem direita do Curso d'água referido e pelo escoamento de água da citada piscina até o encontro com a Rua Almirante Alexandrino (Ponto 137). Daí, segue em direção ao Silvestre pela margem direita (de quem sobe) da estrada, cruza com o início da Estrada das Paineiras (Ponto 138), continua pela margem direita da Rua Almirante Alexandrino até o cruzamento com a linha férrea da Estrada de ferro do Corcovado, atravessa-a desce pela projeção horizontal do lado direito do viaduto do Silvestre até encontrar a Ladeira do Ascurra na cota dos 200 m (Ponto 139). Segue nesta cota de 200 m de altitude até encontrar o Ponto 1.

No Conjunto Pedra Bonita - Pedra da Gávea (pela vertente leste) (Setor C):

tem início na Estrada das Canoas, no local onde a cota dos 360 m de altitude a atravessa (Ponto 1) e segue para o sul pela mesma cota, cruza o Rio do Emydio, no Morro do Bandeira (Ponto 2), desce acompanhando o paredão rochoso do morro do Bandeira, quando passa para a cota de 300 m (Ponto 3), segue por esta cota contornando o Pico dos Quatro e continua pelas vertentes da Pedra da Gávea que vovem para a Barra da Tijuca, Lagoa da Tijuca e Itanhangá, cruza o Rio da Barra (Ponto 4), depois cruza o Rio Jacaré (Ponto 5) e continua por esta cota de 300 m até o cruzamento como Riacho Pedra Bonita (Ponto 6), seguindo pelo Riacho até encontrar a cota de 280 m (Ponto 7). Segue em direção norte pela citada cota e continua até o encontro da cota 280 m com o paredão rochoso que olha para as Furnas, denominado Pedra Agassiz (Ponto 8), contorna o paredão rochoso, cruzando as curvas de cota 350 m(Ponto 9), cota 400 m(Ponto 10), cota 450 m (Ponto 11), até encontrar a cota 500 m (Ponto 12). Pela cota dos 500 m vai circundando pela face norte o maciço da Pedra Bonita na elevação denominada Morro do Chapecó, cruza o colo entre os Morros da Gávea Pequena e Pedra Bonita (Ponto 13), segue pela cota 500 m, contornando o Morro dos Dois Picos e a Pedra Aguda. Vai em direção nordeste (Ponto 14) passando pelas cotas 450 m (Ponto 15), cota 425 m (Ponto 16), cota 400 m (Ponto 17), cota 375 m (Ponto 18) e chega na cota 369 m (Ponto 19), onde encontra a Estrada das Canoas e o Ponto 1.

Serra dos Pretos Forros e Covanca (Setor D):

começa no cume do Morro do Inácio Dias (449,4 m) (Ponto 1), segue para noroeste até cruzar a curva de cota 400 m (Ponto 2), continua nesta direção até cruzar a curva de cota de 375 m (Ponto 3), segue por esta altitude em direção oeste até e linha imaginária geográfica norte-sul (Ponto 4), segue para sul nesta linha, até atingir a cumeada de elevação 411,9 m (Ponto 5). Vai em linha reta na direção sudoeste,

passando pelas cumeadas de altitude 325,5 m (Ponto 6) e 326,5 m (Ponto 7). Daí segue para oeste em linha reta cruzando as curvas de cota 300 m (Ponto 8), cota 275 m (Ponto 9), cota 250 m (Ponto 10), cota 225 m (Ponto 11), cota 200 m (Ponto 12) até encontrar a curva de cota 175 m (Ponto 13). Segue por esta cota até o Ponto 14 e deste vai em linha reta na direção Sul até encontrar a cota de 125 m (Ponto 15). Segue por esta curva de cota 125 m até o Ponto 16. Segue em linha reta na direção leste até encontrar a curva de cota 160 m (Ponto 17). Vai por esta cota até o Ponto 18, localizado acima do túnel Engenheiro Raimundo de Paula Soares. Vai subindo em direção nordestes, cruzando as curvas de cota 175 m (Ponto 19), cota 200 m (ponto 20), cota 225 m (Ponto 21), cota 250 m (Ponto 22), cota 275 m (Ponto 23), cota 300 m (Ponto 24), até a curva de cota 325 m (Ponto 25). Segue em linha reta na direção Sudeste até encontrar a curva de cota 250 m (Ponto 26) próximo a Rua Guimaraes. Segue por esta cota até o Ponto 27 e deste em direção Sudoeste até a elevação de altitude 236,3 m (Ponto 28). Vai em direção Sudeste até encontrar a curva de cota 125 m (Ponto 29). Segue por esta cota até o Ponto 30, na Av. Menezes Cortes. Segue por esta avenida, pela margem esquerda no sentido do bairro do Grajaú, até o Ponto 31, no início do local denominado Garganta do Matheus. Vai em direção leste, em linha reta até encontrar a curva de cota 325 m (Ponto 32). Segue em direção nordeste até a elevação de altitude 358,9 m (Ponto 33). Vai em linha reta para leste até encontrar a curva de cota 275 m (Ponto 34) e segue por esta cota até o Ponto 35. Vai em linha reta na direção sudoeste até o cume de altitude 364,6 m (Ponto 36), continuando nesta direção sudoeste passando pela curva de cota 375 m (Ponto 37) até o cume do Pico do Matheus (403,1 m) (Ponto 38). Segue em direção oeste passando pelas curvas de cota 375 m (Ponto 39), e 350 m (Ponto 40). Deste, segue até o cume de altitude 359,9 m (Ponto 41).

Segue na mesma direção, pela cumeada da Serra dos Pretos Forros, passando pelas curvas de cota 325 m (Ponto 42), 350 m (Ponto 43), 375 m (Ponto 44) até o cume de altitude 413,8 m (Ponto 45). Ainda em direção noroeste até encontrar a curva de cota 425 m (Ponto 46). Segue por esta cota em direção norte, contornando o Morro da Água Santa, até o Ponto 47. Vai em linha reta na direção noroeste até o cruzamento com o Rio Faria na curva de cota 225m (Ponto 48). Segue em linha reta na direção Noroeste até encontrar o cume do Morro do Inácio Dias, que corresponde ao Ponto 1, deste setor.

Art. 3º As coordenadas dos vértices definidores dos limites do Parque Nacional da Tijuca estão descritas no Anexo deste Decreto.

Art. 4º As terras contidas nos limites do Parque Nacional da Tijuca, de que trata este Decreto, pertencentes à União, serão cedidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da lei.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Brasília, 3 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

ANEXO 6 - NOTIFICAÇÃO 987 DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)



Notificação nº 987

de 16 de dezembro de 1966

NOTIFICA A INSCRIÇÃO NOS LIVROS DO TOMBO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL O MONUMENTO NATURAL PARQUE NACIONAL DA TIJUCA E FLORESTAS DE PROTEÇÃO, COM DELIMITAÇÃO DA ÁREA.

Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1966

Do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Ao Senhor Governador do Estado da Guanabara:

Senhor Governador:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em reunião realizada a 8 de setembro do corrente ano, atendendo à proposta de tombamento formulada pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara à qual se associou o Administrador do Parque Nacional do Rio de Janeiro, resolveu, de acordo com o artigo 8º do Decreto-lei n.º 26, de 30 de novembro de 1937, inscrever nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o seguinte monumento natural, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura:

Parque Nacional da Tijuca e florestas de proteção, compreendendo toda a área delimitada pela linha que começa na Estrada do Tamboá (Pedra dos Dois Irmãos), com a curva de nível de 80 metros segue pela Estrada do Tamboá até o cruzamento dessa estrada com a curva de nível de 100 metros, linha limítrofe da zona urbana; segue pela encosta oriental da Pedra dos Dois Irmãos pela cota de 100 metros, cruzando a Rua Marquês de São Vicente até o limite com o Jardim Botânico, daí continua pela Estrada Dona Castorina, pela mesma cota de 100 metros pela encosta meridional da Serra de Carlos e sempre pela mesma cota de 100 metros circunda o Morro Dona Marta até o encontro com o corte de entrada do túnel Coque Velho - Rio Comprido. Daí em linha reta cruza a Rua Almirante Alexandrino até a saída do mesmo túnel na Avenida Paulo de Frontin,



na parte oriental do Morro das Prazeres no encontro com a cota 100 metros; segue por esta pela encosta norte do Sumaré e da Serra da Carioca, passando pela Lapa da Tijoca, Borel, vertentes do Andaraí, Grajaú até a Estrada Grajaú Jacarepaguá; continua pela mesma cota de 100 metros, pelas vertentes do Engenho Novo, Boca do Mato, Encantado, pelo Morro do Inácio Dias, circundando o Morro da Bica e continuando pelas vertentes de Jacarepaguá, rumo sul, até a Estrada de Fumas; desce por esta estrada até a cota de 80 metros e, pela mesma cota de 80 metros segue contornando a Pedra da Gávea, o Morro do Côrão, a Pedra dos Dois Irmãos, até o ponto inicialmente referido na Estrada do Tambá. Fica excluída do tombamento até ulterior deliberação do Chefe do Poder Executivo, a área constituída pelo Parque Henrique Lage, cuja inscrição no Livro do Tombo Paisagístico foi cancelada por despacho do Presidente da República, no Processo P.R. 25.898/60, publicado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1960.

Solicitando a Vossa Excelência queira abusar recebimento da presente notificação, para fins estabelecidas na citada disposição legal, apresento-lhe os protestos do meu alto apreço.

Rodrigo M. F. de Andrade

Diretor

A Sua Excelência

Embaixador Francisco Negrão de Lima

Governador do Estado da Guanabara

Palácio Guanabara

Rio de Janeiro – Guanabara

Proc. 763-T-65

ANEXO 7 – REGULAMENTO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

DECRETO Nº 84.017, DE 21 DE SETEMBRO DE 1979

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o artigo 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art . 1º - Fica aprovado o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros que com este baixa.

Art . 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ângelo Amaury Stabile

PARQUES NACIONAIS

REGULAMENTO

Art . 1º - Este Regulamento estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais.

§ 1º - Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se Parques Nacionais, as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo.

§ 2º - Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais: educativos e recreativos e, criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis.

§ 3º - O objetivo principal dos Parques Nacionais reside na preservação dos; ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Art . 2º - Serão considerados Parques Nacionais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I - Possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os " habitats ", ofereçam interesse especial do ponto de vista

científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico;

II - Tenham sido objeto, por parte da União, de medidas efetivas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênicos, que determinaram a criação do Parque Nacional;

III - Condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos, ou recreativos.

Art . 3º - O uso e a destinação das áreas que constituem os Parques Nacionais devem respeitar a integridade dos ecossistemas naturais abrangidos.

Art . 4º - Os Parques Nacionais, compreendendo terras, valores e benfeitorias, serão administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 5º - A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios deles advindos, serão elaborados estudos das diretrizes visando um manejo ecológico adequado e que constituirão o Plano de Manejo.

Art . 6º - Entende-se por Plano de Manejo o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades.

Art . 7º - O Plano de Manejo indicará detalhadamente o zoneamento de área total do Parque Nacional que poderá, conforme o caso, conter no todo, ou em parte, as seguintes zonas características:

I - Zona Intangível - É aquela onde a primitividade da natureza permanece intacta, não se tolerando quaisquer alterações humanas, representando a mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas. Esta zona é dedicada à proteção integral de ecossistemas, dos recursos genéticos e ao monitoramento ambiental. O objetivo básico do manejo é a preservação garantindo a evolução natural.

II - Zona Primitiva - É aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de zona de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação.

III - Zona de Uso Extensivo - É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso e facilidade públicos para fins educativos e recreativos.

IV - Zona da Uso Intensivo - É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

V - Zona Histórico-Cultural - É aquela onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretada para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

VI - Zona de Recuperação - É aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. Zona provisória, uma vez restaurada, será incorporada novamente a uma das zonas permanentes. As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.

VII - Zona de Uso Especial - É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque Nacional, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com seu caráter natural e devem localizar-se, sempre que possível, na periferia do Parque Nacional. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.

Art . 8º - São vedadas, dentro da área dos Parques Nacionais, quaisquer obras de aterros, escavações, contenção de encostas ou atividades de correções, adubações ou recuperação dos solos.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo ou de Uso Especial, poderão, eventualmente, ser autorizadas obras ou serviços, desde que interfiram o mínimo possível com o ambiente natural e se restrinjam ao previsto nos respectivos Planos de Manejo.

Art . 9º - Não são permitidas, dentro das áreas dos Parques Nacionais, quaisquer obras de barragens, hidroelétricas, de controle de enchentes, de retificação de leitos, de alteração de margens e outras atividades que possam alterar suas condições hídricas naturais.

Parágrafo Único - Quaisquer projetos para aproveitamento limitado e local dos recursos hídricos dos Parques Nacionais, devem estar condicionados rigorosamente ao objetivo primordial de evitar alterações ou perturbações no equilíbrio do solo, água, flora, fauna e paisagem, restringindo-se ao indicado no seu Plano de Manejo.

Art . 10 - É expressamente proibida a coleta de frutos, sementes, raízes ou outros produtos dentro da área dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - A coleta ou apanha de espécimes vegetais só será permitida para fins estritamente científicos, de acordo com projeto a ser aprovado pela Presidência

do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido a Departamento Nacional de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, e quando seja de interesse dos Parques Nacionais.

Art . 11 - O abate e o corte, bem como o plantio de árvores, arbustos e demais formas de vegetação só serão admitidos nas Zonas de Uso Intensivo, Uso Especial e Histórico-Cultural, mediante as diretrizes dos respectivos Planos de Manejo.

Parágrafo Único - Nas Zonas de Uso Intensivo e de Uso Especial, os arranjos paisagísticos darão preferência à utilização de espécies das formações naturais dos ecossistemas do próprio Parque Nacional, limitando-se ao mínimo indispensável a utilização de espécies estranhas à região.

Art . 12 - Nas Zonas Intangível, Primitiva e de Uso Extensivo, não será permitida interferência na sucessão vegetal, salvo em casos de existência de espécies estranhas ao ecossistema local, ou quando cientificamente comprovada a necessidade de restauração.

Parágrafo Único - A necessidade de eliminação de espécies estranhas comprovar-se-á por pesquisa científica.

Art . 13 - É expressamente proibida a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna dos Parques Nacionais, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.

Parágrafo Único - A coleta ou apanha de espécimes animais só será permitida para fins estritamente científicos, de acordo com projeto a ser aprovado pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes e quando seja do interesse dos Parques Nacionais.

Art . 14 - É vedada a introdução de espécies estranhas aos ecossistemas protegidos.

Art . 15 - A título de regra geral, o controle da população animal ficará entregue aos fatores naturais de equilíbrio, incluindo os predadores naturais.

§ 1º - O controle adicional será permitido em casos especiais, cientificamente comprovados, desde que realizado sob orientação de pesquisador especializado e mediante fiscalização da Administração dos Parques Nacionais.

§ 2º - É proibido o exercício de caça esportiva ou amadorista no recinto dos Parques Nacionais, ainda que para efeito de controle da superpopulação animal.

Art . 16 - Os animais domésticos, domesticados ou amansados, sejam aborígenes ou alienígenas, não poderão ser admitidos nos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - Em caso de necessidade, poderá ser autorizada, pela Presidência do Instituto Brasileira de Desenvolvimento Florestal – IBDF, ouvido o Departamento

de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, a introdução e permanência de animais domésticos destinados ao serviço dos Parques Nacionais, observadas as determinações do respectivo Plano de Manejo.

Art . 17 - Os exemplares de espécies alienígenas, serão removidos ou eliminados com aplicação de métodos que minimizem perturbações no ecossistema e preservem a primitivismo das áreas, sob a responsabilidade de pessoal qualificado.

Parágrafo Único - Se a espécie já estiver integrada no ecossistema, nele vivendo como naturalizada e se, para sua erradicação, for necessário o emprego de métodos excessivamente perturbadores do ambiente, permitir-se-á sua evolução normal.

Art . 18 - Somente será realizado o controle de doenças e pragas, mediante autorização fornecida pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido a Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, após apreciação de projeto minucioso, baseado em conhecimentos técnicos, cientificamente aceitos e sob direta supervisão dos respectivos diretores.

Art . 19 - É lícito reintroduzir espécies, ou com eles repovoar os Parques Nacionais, sempre que estudos técnico-científicos aconselharam essa prática, e mediante autorização da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes.

Art . 20 - Toda e qualquer instalação necessária à infra-estrutura dos Parques Nacionais, sujeitar-se-á a cuidadosos estudos de integração paisagística, aprovados pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes.

Art . 21 - É expressamente proibida a instalação ou afixação de placas, tapumes, avisos ou sinais, quaisquer outras formas de comunicação audiovisual ou de publicidade que não tenham relação direta com o programa interpretativo dos Parques Nacionais.

Art . 22 - É vedado o abandono de lixo, detritos ou outros materiais, que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica dos Parques Nacionais.

Art . 23 - É expressamente proibida a prática de qualquer ato que possa provocar a ocorrência de incêndio nas áreas dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - O fogo só será usado como técnica de manejo, quando indicado no Plano de Manejo.

Art . 24 - É vedada a execução de obras que visem a construção de teleféricos, ferrovias, rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão ou outras, que não sejam de interesse do Parque Nacional.

Art . 25 - O desenvolvimento físico dos Parques Nacionais limitar-se-á ao essencialmente adequado para o seu manejo.

Art . 26 - A locação, os projetos e os materiais usados nas obras dos Parques Nacionais devem condizer com os ambientes a proteger e revestir-se da melhor qualidade possível.

Art . 27 - Só serão admitidas residências nos Parques Nacionais, se destinadas aos que exerçam funções inerentes ao seu manejo.

§ 1º - As residências concentrar-se-ão nas áreas indicadas no respectivo Plano de Manejo, de preferência na periferia dos Parques Nacionais e afastadas da Zona Intangível.

§ 2º - O uso de residências nos Parques Nacionais obedecerá à regulamentação própria, a ser estabelecida quando da aprovação de seu Plano de Manejo.

Art . 28 - Só será permitida a construção de campos de pouso na área dos Parques Nacionais, quando revelar-se impraticável sua localização fora de seus limites ou quando indicada no Plano de Manejo, excluído o uso indiscriminado pelo público.

Art . 29 - Os despejos, dejetos e detritos que se originarem das atividades permitidas nos Parques Nacionais, deverão ser tratados e expelidos além de seus limites.

Parágrafo Único - Sempre que tal medida revelar-se impossível, serão empregadas técnicas adequadas, tais como: aterro sanitário, incineração ou qualquer outra forma de tratamento que torne os detritos inócuos para o ambiente, seus habitantes e sua fauna.

Art . 30 - A utilização dos valores científicos e culturais dos Parques Nacionais, impõe a implantação de programas interpretativos que permitam ao público usuário compreender a importância das relações homem-meio ambiente.

Art . 31 - Para recepção, orientação e motivação do público, os Parques Nacionais disporão de Centros de Visitantes, instalados em locais designados nos respectivos Planos de Manejo e onde se proporcionará aos visitantes oportunidade para bem aquilatar seu valor e importância.

Art . 32 - Os Centros de Visitantes disporão de museus, de salas de exposições, e de exibições, onde se realizarão atividades de interpretação da natureza, com a utilização, de meios audiovisuais, objetivando a correta compreensão da importância dos recursos naturais dos Parques Nacionais.

Art . 33 - Para o desenvolvimento das atividades de interpretação ao ar livre, os Parques Nacionais disporão de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando a melhor apreciação da vida animal e vegetal.

Art . 34 - As atividades desenvolvidas ao ar livre, os passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos Parques Nacionais.

Art . 35 - Sempre que possível, os locais destinados a acampamento, estacionamento, abrigo, restaurante e hotel, localizar-se-ão fora do perímetro dos Parques Nacionais.

Parágrafo Único - Sempre que absolutamente necessária, com o fim de proporcionar ao público maiores oportunidades de apreciar e de se beneficiar dos valores dos Parques Nacionais, a localização dessas facilidades dentro dos seus limites, restringir-se-á às zonas de Uso Intensivo, nas condições previstas no Plano de Manejo.

Art . 36 - A direção dos Parques Nacionais poderá permitir a venda de artefatos e objetos adequados às finalidades de interpretação.

Art . 37 - As atividades religiosas, reuniões de associações ou outras eventos, só serão autorizados pela direção dos Parques Nacionais, quando:

I - existir entre o evento e o Parque Nacional uma relação real de causa e efeito;

II - contribuir efetivamente para que o público bem compreenda as finalidades dos Parques Nacionais;

III - a celebração do evento não trazer prejuízo ao patrimônio natural a preservar.

Art . 38 - São proibidos o ingresso e a permanência nos Parques Nacionais de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados a corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora.

Art . 39 - As atividades de pesquisa, estudos e reconhecimento, somente serão exercidas após autorização prévia da Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, ouvido o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, obedecendo sempre os termos da convenção para Proteção das Belezas Cênicas, da Flora e da Fauna dos Países da América.

Art . 40 - Autorizações especiais para estudo ou pesquisa somente serão concedidas nos seguintes casos:

I - quando do interesse ao manejo do próprio Parque Nacional;

II - se indispensáveis para dirimir dúvidas biológicas a respeito das espécies dificilmente encontráveis fora da área protegida.

§ 1º - Não se permitirá a coleta ou apanha de espécimes para formar coleções ou mostruários, exceto quando de interesse exclusivo do Parque Nacional.

§ 2º - Para obtenção de autorização especial é indispensável que o interessado pertença a instituição científica oficial ou credenciada, ou que a elas seja indicado.

Art . 41 - O estudo para criação de Parques, Nacionais deve considerar as necessidades do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza , onde amostras dos principais ecossistemas naturais fiquem preservadas, evitando-

se o estabelecimento de unidades isoladas que não permitam total segurança para a proteção dos recursos naturais renováveis.

Art . 42 - Propostas para criação de Parques Nacionais devem ser precedidas de estudos demonstrativos das bases técnico - científicas e sócio-econômicas, que justifiquem sua implantação.

Art . 43 - O Decreto de criação de Parques Nacionais estabelecerá o prazo dentro do qual será executado e aprovado o respectivo Plano de Manejo.

§ 1º - Para os Parques Nacionais já criados, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, providenciará, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) anos, a elaboração dos respectivos Planos de Manejo.

§ 2º - O Plano de Manejo sofrerá revisão periódica a cada 5(cinco) anos, obedecendo-se no entanto o estabelecido no plano básico.

Art . 44 - Os Parques Nacionais disporão de estrutura administrativa compreendendo: direção, pessoal, material, orçamento e serviços.

Art . 45 - Os Parques Nacionais serão dirigidos por diretores designados pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, escolhidos entre pessoas de reconhecida capacidade técnico - científica no que se refere a conservação da natureza.

Art . 46 - O horário normal de trabalho nos Parques Nacionais é idêntico ao fixado para a serviço público federal, ressalvados os regimes especiais estabelecidos no regimento interno de cada Parque, para atender a atividades específicas.

Art . 47 - A visitação a utilização de áreas de acampamento, abrigos coletivos ou outros nos Parques Nacionais, ficam condicionadas ao pagamento das contribuições fixadas pela Presidência do Instituto Brasileira de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 48 - As rendas resultantes do exercício de atividades de uso indireto dos recursos dos Parques Nacionais, bem como subvenções, dotações e outras que estes vierem a receber, inclusive as multas previstas neste regulamento, serão recolhidas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A - BNCC, a crédito do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art . 49 - As pessoas físicas ou jurídicas, que infringirem as disposições do presente Regulamento, ficam sujeitas às seguintes penalidades:

I - multa;

II - apreensão;

III - embargo.

§ 1º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§ 2º - A aplicação das penalidades previstas neste Regulamento não exonera o infrator das cominações civis ou penais cabíveis.

Art . 50 - Multa é a penalidade pecuniária aplicada ao infrator pelos fiscais do Parque Nacional e fixada com base no maior valor de referência vigente no País.

Parágrafo Único - As multas, consoante a gravidade da infração, classificam-se em:

I - Preventiva - relativas à ação ou omissão do que resulte perigo de dano, e à presença em locais proibidos ao acesso humano. Valor: 1(um) valor de referência;

II - Repressivas - relativas à ação ou omissão de que resulte dano real à flora, à fauna ou a instalações do Parque Nacional, e às obras ou iniciativas tais como referidas no art. 52. Valor: de 2 (dois) a 50 (cinquenta) valores de referência.

Art . 51 - Apreensão é a captura de armas, munições, material de caça ou pesca, e do produto da infração, irregularmente introduzidos ou colhidos no Parque.

Parágrafo Único - Dá lugar à apreensão e simples posse dos objetos ou produtos referidos neste artigo, independentemente da aplicação de multa.

Art . 52 - Embargo é a interdição de obras ou iniciativas não expressamente autorizadas ou previstas no Plano de Manejo, ou que não obedeçam às prescrições regulamentares.

Parágrafo Único - Ocorrendo o embargo, o infrator será obrigado a reparar os danos, sem prejuízo da aplicação de multa repressiva.

Art . 53 - Respondem solidariamente pela infração:

I - Seu autor material;

II - O mandante;

III - Quem, de qualquer modo, concorra para a prática da mesma.

Art . 54 - Se a infração for cometida por servidor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a penalidade será determinada após a instauração de processo administrativo, na forma da legislação em vigor.

Art . 55 - A multa será fixada em função da gravidade da infração e dos prejuízos que o ato que a caracterizou causar ao patrimônio natural e material dos Parques Nacionais.

Art . 56 - Para cada Parque Nacional será baixado, quando da aprovação de seu Plano de Manejo, um regimento interno que particularizará situações peculiares, tendo como base o presente Regulamento.

Art . 57 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.